



VIANA DO CASTELO



ASSOCIAÇÃO
DE SOCIOLOGOS
DO ALTO MINHO

ASSOCIAM

**Estudo sobre as Migrações e a
Integração de Nacionais de Países
Terceiros em Portugal:
Políticas locais para imigrantes**
-Viana do Castelo-



Ficha Técnica

Promotor

Câmara Municipal de Viana do Castelo

Coordenador

Margarida Torres, Câmara Municipal de Viana do Castelo

Equipa de Investigação da ASSOCIAM

António Cardoso, IPVC/CICS.Nova. UMinho

Margarida Torres, Câmara Municipal de Viana do Castelo

Manuel Carlos Silva, CICS.Nova. UMinho e Professor Visitante do CEAM, U. de Brasília

Paulo Vargues

José Miguelote Monteiro

Colaboração

CMVC – Carina Ramos

IPVC- Escola Superior de Saúde

Joana Monteiro

CLAIM- Bruna Silva

Edição

Viana do Castelo, julho de 2020

Nota Prévia

Este projeto teve por base uma candidatura que a Câmara Municipal de Viana do Castelo apresentou ao Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI), no âmbito dos “Estudos sobre Migrações e a Integração de Nacionais de Países Terceiros em Portugal: Políticas locais para imigrantes”. Para o efeito, foi elaborado o diagnóstico das condições de vida, práticas e representações dos imigrantes de países terceiros no concelho de Viana do Castelo, no sentido de “conhecer mais para agir melhor” e fornecer recomendações para a política pública de integração de imigrantes. Para desenvolver o referido projeto, a Câmara Municipal solicitou assessoria técnico-científica à Associação de Sociologia do Alto Minho (ASSOCIAM).

É de salientar o empenho da equipa de investigadores da ASSOCIAM que, mesmo com as condicionantes da situação pandémica devido ao COVID-19, tornou possível e levou a cabo as atividades inerentes à implementação e execução do projeto, nomeadamente o trabalho de campo, aplicação dos inquéritos, entrevistas, recolha e tratamento de dados.

Será justo aproveitar aqui para também manifestar o reconhecimento aos responsáveis da Câmara Municipal de Viana do Castelo, Senhor Presidente e Senhora Vereadora da Ação Social pela confiança e disponibilidade, assim como os interlocutores e /ou responsáveis de diversas organizações tais como a Cáritas Diocesana de Viana do Castelo, o Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) de Viana do Castelo, o Instituto de Segurança Social, o Instituto Politécnico de Viana do Castelo (Escola Superior de Saúde), a Escola Secundária de Santa Maria Maior, a Escola Secundária de Monserrate, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, a Junta de Freguesia de Chafé, a Junta Freguesia da União de Freguesias de Viana do Castelo, o Centro Dramático de Viana, o Casulo Abrigo, o Gabinete de Apoio à Família, ADECCO e em especial, aos imigrantes que foram inquiridos e entrevistados e que colaboraram neste estudo.

E, por fim, não posso deixar de referenciar a preciosa colaboração, dedicação e empenho da Carina Ramos na concretização deste estudo.

Margarida Torres, Coordenadora

Prefácio

Viana do Castelo é um concelho hospitaleiro que recebe quem cá chega de braços abertos. Atrai cada vez mais imigrantes, vindos um pouco de todo o mundo, devido a uma economia em crescimento, às oportunidades de trabalho, à constante sensação de segurança, aliada à beleza das paisagens, ao centro histórico bem cuidado e às condições de vida proporcionadas.

Foi a pensar nesta atratividade crescente que Viana do Castelo criou e está a implementar o Plano Municipal para Integração dos Migrantes (PMIM) 2018-2020, que integra 58 medidas integradas em 13 áreas de intervenção. O PMIM foi lançado forma de valorizar e consciencializar a comunidade para este tema, com o objetivo de acolher e integrar, promovendo a interação de culturas. As atividades previstas no Plano Municipal têm como base temas que visam contribuir para o desenvolvimento dos cidadãos, desde o emprego, juventude, voluntariado, à saúde, segurança, entre muito mais.

A dimensão estratégica do plano centra-se nas áreas “Acolhimento e Integração”, “Mercado de Trabalho e Empreendedorismo”, “Cultura”, “Cidadania e Participação Cívica”, por se considerar que são as áreas que mais contribuem para o fomento da coesão social, do diálogo intercultural e do sentimento de pertença, essenciais para garantir a dignidade humana e fundamentais para a concretização efetiva das políticas de acolhimento e integração dos cidadãos Nascidos em Países Terceiros (NPT).

Nesse sentido, Viana do Castelo, tendo em conta o aumento dos fluxos migratórios no concelho e com recurso ao Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI), promoveu um estudo, através da assessoria técnico-científica da Associação de Sociologia do Alto Minho (ASSOCIAM), para desenvolver políticas locais de acolhimento e integração desta população. Foram inquiridos 200 migrantes, predominantemente em idade ativa, de 28 nacionalidades, com maior representação do Brasil, Venezuela, São Tomé e Príncipe, Colômbia e Ucrânia. Das dificuldades com que estes imigrantes inquiridos se confrontam, salientam-se as questões relacionadas com o acesso ao mercado de trabalho, à habitação, falta de transportes públicos e processos de integração na comunidade.

Viana do Castelo tem tentado dar resposta a estas questões e, através do Plano Municipal para Integração dos Migrantes, pretende conduzir ao aumento da taxa de empregabilidade dos cidadãos Nascidos em Países Terceiros; incrementar os níveis de conhecimento e o domínio da língua portuguesa; criar condições para o aumento da formação e capacitação, promover a aquisição de



VIANA DO CASTELO

novas competências, assim como potenciar e reforçar relações dos cidadãos NPT com a comunidade de acolhimento, são também propósitos deste Plano.

Estamos, assim, atentos. Queremos acolher bem quem escolhe Viana do Castelo para viver. Afinal, Viana é Amor.

O Executivo Municipal



Índice

Ficha Técnica	1
Nota Prévia.....	2
Prefácio	3
Índice de Figuras.....	7
Índice de Quadros.....	8
Lista de siglas.....	9
Introdução e problema	11
1. Migrações: enquadramento teórico	16
1.1. Posicionamentos teóricos.....	16
1.2. Teoria liberal e neoliberal.....	17
1.3. Da teoria keynesiana à teoria neoinstitucional.....	18
1.4. Teoria marxista e as teorias neomarxistas da dependência e do centro-periferia.....	19
1.5. Teorias decoloniais e pós-coloniais	21
1.6. As migrações vistas pelas estratégias dos migrantes.....	22
1.7. Balanço crítico	24
2. Políticas públicas para Imigrantes em Portugal	26
2.1. Das políticas públicas à intervenção Local	32
3. Viana do Castelo: demografia, economia e imigração	34
3.1. Dinâmica demográfica	34
3.2. Atividade económica: alguns indicadores	36
3.3. Imigração	38
Algumas considerações de ordem metodológica	43
Imigrantes em Viana do Castelo: perfis e modos de vida	47
5.1. Caraterização da população inquirida.....	47

5.2. Migrar: motivos, escolhas e estatuto de residência.....	51
5.3. Acolhimento	57
5.3.1. Apoios institucionais.....	58
5.3.2. Informação, participação e lazer	65
5.4. Cultura e relações de proximidade.....	71
5.5. Integração.....	77
5.5.1. Habitação.....	78
5.5.2. Emprego e situação profissional	83
5.5.3. Transportes.....	90
6. Conclusões e recomendações	95
BIBLIOGRAFIA.....	102
ANEXOS.....	111
LISTAGEM DE NPT E ENTIDADES LOCAIS CONTACTADOS/AS E.....	112
GUIÃO DE ENTREVISTA A ENTIDADES LOCAIS	119
QUESTIONÁRIO APLICADO A NACIONAIS DE PAÍSES TERCEIROS	122

Índice de Figuras

Figura 1 - Evolução da população estrangeira em território nacional 2000-2019.....	26
Figura 2 - Evolução da população estrangeira em Viana do Castelo 2008-2019	41
Figura 3 - Grupo Etário dos inquiridos.....	48
Figura 4 - Nacionalidade dos inquiridos	49
Figura 5 - Grau de escolaridade dos inquiridos	50
Figura 6 - Freguesia de residência	50
Figura 7 - Motivo da migração.....	52
Figura 8 - Motivos para escolher Portugal	53
Figura 9 - Tempo de residência em Viana do Castelo	55
Figura 10 - Estatuto legal de residência em Portugal.....	56
Figura 11 - Apoios no acolhimento.....	59
Figura 12 - Tipo de apoio recebido	59
Figura 13 - Inquiridos que recorreram aos serviços de saúde	61
Figura 14 - Inquiridos que têm Médico de família	61
Figura 15 - Dificuldades no Atendimento/ Acesso a serviços de saúde.....	63
Figura 16 - Avaliação da atuação dos serviços	64
Figura 17 - Participação em atividades socioculturais, recreativas e de lazer	66
Figura 18 - Contributo das atividades na integração de migrantes	67
Figura 19 - Meio de conhecimento das atividades em Viana do Castelo	68
Figura 20 - Aspetos do país de origem de que sente falta	72
Figura 21 - Conhece ou sabe quem são os seus vizinhos	73
Figura 22 - Relações de proximidade	74
Figura 23 - Sentimento de discriminação	76
Figura 24 - Tipo de habitação	79
Figura 25 - Tipologia de habitação	80
Figura 26 - Situação profissional.....	84
Figura 27 - Participação em formação profissional.....	88
Figura 28 - Áreas de formação profissional de interesse	90
Figura 29 - Meios de transporte utilizado	91
Figura 30 - Avaliação da frequência/regularidade dos transportes públicos	92

Figura 31 - Planos a longo/médio prazo 94

Índice de Quadros

Quadro 1 - Evolução populacional residente no Município de Viana do Castelo (1981-2019) 35

Quadro 2 – Possibilidade de voto em Portugal 69

Quadro 3 - Participação em associação ou grupo 70

Quadro 4 - Participação em algum tipo de ação pública 71

Lista de siglas

- ACIDI- Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.
- ACIME- Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas
- ACM- Alto Comissariado para as Migrações
- AETT- Associação de Empresas de Trabalho Temporário
- AEVC- Associação Empresarial de Viana do Castelo
- ASSOCIAM- Associação de Sociologia do Alto Minho
- CDVC- Caritas Diocesana de Viana do Castelo
- CLAII- Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes
- CLAIM- Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes
- CMVC- Câmara Municipal de Viana do Castelo
- CNAI- Centros Nacionais de Apoio à Integração de Imigrantes
- CNAIM- Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes
- CV- Currículo vitae
- ENVC- Estaleiros Navais de Viana do Castelo
- FAMI- Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração
- FEINT- Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros
- GIP- Gabinete de Inserção Profissional
- GAF- Gabinete de Atendimento à Família
- IEFP- Instituto de Emprego e Formação Profissional
- INE- Instituto Nacional de Estatística
- IPVC- Instituto Politécnico de Viana do Castelo
- IMAD- Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade
- ISS- Instituto da Segurança Social, IP
- MAI- Ministério da Administração Interna
- NPT- Nacionais de Países Terceiros
- NR/NA- Não responde/ Não se aplica
- NUTS- Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
- OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- ONG- Organizações Não Governamentais
- PALOP- Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa



VIANA DO CASTELO

PEM- Plano Estratégico para as Migrações

PFOL- Português para Falantes de Outras Línguas

PMII- Planos Municipais para a Integração de Imigrantes

PMIIVC- Plano Municipal para a Integração de Migrantes

PO- País de Origem

PPT- Português para Todos

RVCC- Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

U.E- União Europeia

UFVC- União de Freguesias de Viana do Castelo

ULSAM- Unidade Local de Saúde do Alto Minho

Introdução e problema

A mobilidade humana entre territórios e fronteiras é parte de qualquer sociedade e não pode ser dissociada dos processos de transformação de qualquer organização sociocultural. Porém, como nem sempre esta mobilidade se revela pacífica, o confronto cultural determina a tomada de decisões políticas, económicas, sociais, jurídicas ou outras, nem sempre compreendidas, mas de uma forma geral entendidas como positivas para os territórios onde este movimento se manifesta com mais intensidade, nomeadamente na produção de riqueza, na inovação, na diversidade cultural e na demografia.

Este movimento, aparentemente livre, determina a necessidade de se promover medidas comuns nos controlos fronteiriços e nos constrangimentos à mobilidade entre territórios. Caberá aos países estabelecer o seu quadro jurídico, bem como os processos de acolhimento e integração, de forma a minimizar os impactos negativos e tirar partido dos benefícios dos diferentes fluxos migratórios, enquanto *“forças de transformação social capazes de modelar as sociedades e os diversos processos de ordem económica, jurídica, política, social ou cultural”* (Baganha et al., 2010; Castles, 2005), como referido em Góis e Marques (2018, pp. 126).

As dinâmicas de acolhimento e de integração dos países podem influenciar positiva ou negativamente os fluxos de entrada de imigrantes, bem como todas as fases subsequentes da sua estadia no novo país. Na verdade, a decisão de imigrar acarreta, implicitamente, um conjunto de dúvidas, incertezas e receios que, do ponto de vista psicológico e social, são, por si só, elementos potenciadores de instabilidade emocional, não só para quem decide imigrar como também para a própria sociedade de acolhimento, que nem sempre percebe com *“bons olhos”* a chegada dos imigrantes, tratando-se, por isso, de um processo que se desenvolve de forma biunívoca. Daí a importância que o acolhimento assume nos processos de integração dos migrantes nas comunidades de acolhimento, tal como é destacado pela própria União Europeia¹ quando refere que os *Estados-Membros* devem prestar, não só ajuda material como também assistência médica e psicológica, bem como outros apoios que assegurem a sua integração. No entanto, nem sempre nos deparamos com boas práticas em matéria de acolhimento, quer no plano internacional, quer no plano nacional.

¹ EU-Migração e Asilo, in http://europa.eu/pol/index_pt.htm <http://europa.eu/!JF89wH>, acessado em 14.05.2020

É nesta dinâmica, de relativas oportunidades e obstáculos, que se processa a experiência vivida dos imigrantes que escolheram Portugal como país de acolhimento, como este estudo o vem evidenciar. Importará, por isso, refletir sobre esses fatores facilitadores e obstrutivos que marcam as histórias de vida daqueles que se veem obrigados a imigrar. Abordaremos, por isso, de uma forma sucinta, as questões complexas que se colocam àqueles que decidiram escolher Portugal como país de acolhimento para refazerem as suas vidas e/ou procurarem melhores condições económicas e, mais especificamente, a cidade de Viana do Castelo. Para uma melhor sistematização, consideraremos dois momentos fundamentais desse processo, obviamente interligados: o Acolhimento e a Integração.

Já no início do século, Fonseca (2003), baseado em duas sondagens do Eurobarómetro, efetuadas em 1997 e 2000, alertava para os paradoxos entre o espírito da lei e da realidade quanto ao processo de acolhimento, pelo que será feita uma abordagem às políticas de integração e acolhimento que têm vindo a ser implementadas em Portugal nas últimas duas décadas (legislação e estruturas oficiais de apoio às migrações).

No plano das políticas sociais, a integração apresenta-se como um constante desafio aos atores institucionais em causa, devido, por um lado, à multiplicidade de situações que os diversos imigrantes apresentam sendo o seu *habitus* cultural o mais difícil de gerir e, por outro lado, às estratégias a adotar de forma a diluir as tensões sociais entre autóctones e imigrantes. O sucesso destas estratégias passa muito pelo modelo adotado pela sociedade de acolhimento no que se refere à integração dos imigrantes. Porém, não existe um único modelo de integração, pelo que a intervenção pública, dependendo da conjuntura nacional e dos contextos em que esta se desenrola bem como dos objetivos que se pretende atingir, pode assumir uma diversidade de formas².

Hoje as relações entre maioria e minorias étnicas, perante determinados constrangimentos e dificuldades institucionais e de inserção quer nos sistemas de ensino, de saúde e de habitação, quer no mercado de trabalho, quer ainda no plano da sua participação cidadã exigem uma desdobrada atenção por parte das entidades públicas e da própria sociedade numa base intercultural crítica e não apenas ‘benigna’ ou ‘táctica’, como referem respetivamente Stoer e Cortesão (1999), Santos (2000) e Silva (2002). Tal situação, tendo em conta o pensamento weberiano (Weber, 1978) sobre eventuais clivagens étnicas mais marcantes que entre classes, exige, segundo Pierré-Caps (1995), um desafio e uma ‘nova gestão política’ das diferenças.

² A política portuguesa de integração dos imigrantes: uma análise dos dois primeiros—planos de integração *in* https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/5708/1/e-book_MDC-N%C2%BA1_planos_integracao.pdf

A abordagem intercultural crítica (Stoer e Cortesão, 1999; Santos 2000 e Silva 2002) adequa-se, e bem, ao processo de integração, exigindo das instituições públicas uma atenção articulada, sempre no respeito pela diversidade cultural, nomeadamente na educação intercultural (Moura 2002), o que, segundo Bäckström e Castro-Pereira (2012), permite “*um enriquecimento cultural e social e laços de partilha entre pessoas e grupos sociais*” (p.88). Na verdade, na própria Europa, são manifestas as resistências e contradições face ao interculturalismo que decorrem, e se reconfiguram, em função das tendências políticas³.

No que concerne às políticas de integração em Portugal, o aumento dos fluxos migratórios no início do século XXI, face à inexistência de uma política concertada nesta matéria, forçou a tomada de medidas de regularização extraordinária para os imigrantes em situação irregular, bem como a repensar a política de imigração que tem vindo a desenvolver-se ao longo do tempo, com tomadas de posições restritivas e políticas securitárias, de acordo com as políticas de governação internas, as diretivas europeias e internacionais e com as dinâmicas territoriais. Contudo, tendo presente que Portugal é um país com pouca experiência em matéria de imigração - que só ganha expressão a partir do último quarto do século XX -, há que reconhecer uma significativa evolução no que concerne ao quadro legislativo e à organização e implementação de serviços públicos destinados à operacionalização das políticas públicas sobre imigração. Daí que, tendo em conta o significativo aumento do número de imigrantes no país nos últimos anos, com fortes impactos nas regiões, tornou-se evidente a necessidade de se analisar este fenómeno, no sentido de orientar as políticas públicas e locais para responder a este desafio de forma concertada.

Assim, e tal como consta no Aviso 42/FAMI/2018, o Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI), com vista a “*Assegurar o aprofundamento contínuo do conhecimento sobre o fenómeno migratório e das dinâmicas de acolhimento e de integração de imigrantes e de requerentes de asilo (...)*” (2018, pp.3), lançou um programa de financiamento para apoiar estudos e investigação sobre os NPT em Portugal, propondo que, do resultado desses estudos, resultem “*recomendações para a política pública de integração de imigrantes NPT residentes em Portugal e de requerentes de asilo, embebidos do mote do Observatório das Migrações de conhecer mais para agir melhor*” (2018, pp.3)

³ Jacques Delors, referiu que “*trata-se de aprender a viver em conjunto, conhecendo melhor os outros, a sua história, as suas tradições e a sua espiritualidade e, a partir daí, criar um espírito novo que leve à realização de projetos comuns ou à solução inteligente e pacífica dos inevitáveis conflitos (...)*” (citado em R. Stavenhagen, 1997, pp.15).

O Município de Viana do Castelo, não sendo marcadamente um território de imigrantes, tem vindo a sentir o impacto do aumento dos fluxos migratórios dos últimos anos pelo que aceitou o desafio lançado pelo FAMI, propondo-se proceder ao estudo sobre os NPT que residem no seu próprio território, a partir do qual pretende, não só fornecer recomendações para a política pública como, também, reconfigurar a sua intervenção junto desta população, no sentido de responder às suas necessidades específicas e de promover a sua efetiva integração na comunidade.

Assim, considerando o número de estrangeiros residentes no concelho de Viana do Castelo, dos quais 67% são NPT (SEFSTAT- Portal de estatística, 2019), e tendo em conta os objetivos deste trabalho de diagnóstico, tomou-se como ponto de partida as seguintes questões: i) Que causas e mecanismos explicam as trajetórias de vida dos imigrantes no concelho de Viana do Castelo; ii) Quais as suas condições de vida em termos educacionais, laborais, habitacionais; iii) Qual o seu grau de integração social; iv) Quais as suas relações e representações com as instituições, nomeadamente a nível local; v) Quais as suas relações com cidadãos/as portugueses/as;

Pretende-se, ainda, Identificar e caracterizar o percurso histórico das últimas décadas que marcam a presença de comunidades imigrantes em Viana do Castelo, bem como referenciar a importância das comunidades imigrantes nas dinâmicas locais de desenvolvimento e de transformação da cidade de Viana do Castelo.

Antes de elaborar uma política de integração e acolhimento, importa obviamente conhecer e realizar um diagnóstico da realidade social das minorias étnicas e dos imigrantes, as suas trajetórias, as suas condições objetivas de vida no campo educacional, laboral e habitacional, assim como as suas representações culturais e simbólicas, particularmente nas suas relações com a maioria, por um lado, e com as instituições, por outro⁴, tendo em conta os diversos fatores e níveis de análise, assumindo aqui, portanto, uma perspetiva pluridimensional e plurinível (cf. Luhmann, 1982; Bader e Benschop, 1988; Silva, 1998).

O presente estudo é, assim, composto por cinco capítulos onde, no decorrer dos mesmos procuraremos dar resposta às questões acima mencionadas.

No primeiro capítulo, debruçar-nos-emos sobre o enquadramento teórico suscetível de proporcionar um modelo ou articulação de modelos que permitam interpretar e explicar as diversas

⁴ A este respeito, importa ter presente e incorporar a reflexão, os contributos e conclusões de diversos estudos de autores provenientes de diversas áreas científicas, não só sobre as migrações mas também as relações entre maioria e minorias étnicas e migrantes: cf Machado 1992, Leandro 1995, Almeida *et al.* 1992, Malheiros 1998, Marques 2000 e M. Marques 2005, Baganha 2001, Baganha *et al.* 2005, Fonseca 2005, Malheiros *et al.* 2007, Vala *et al.* 1999, Silva 2000, 2008 e 2018, Cabecinhas 2003, Mendes e Magano 2013.

situações e comportamentos sociais e, na origem, este fenómeno migratório em direção a Portugal e, em particular, ao concelho de Viana do Castelo.

No segundo capítulo, será abordada a evolução do fluxo migratório e das políticas de imigração desenvolvidas nas últimas duas décadas em Portugal.

No terceiro capítulo, embora de uma forma sumária, faremos uma caracterização sociodemográfica do concelho de Viana do Castelo, seguindo-se de um quarto capítulo onde são apresentadas considerações de ordem metodológica. E, por último, o quinto capítulo onde são expostos os dados resultantes do estudo, bem como a sua análise e considerações finais com algumas propostas e sugestões para as políticas locais na integração de migrantes em Viana do Castelo.

E, finalmente, para além da conclusão, apresentar-se-á uma série de ideias ou recomendações, especialmente dirigidas ao poder político, no intuito de as diversas entidades públicas tomarem nota e proporcionem condições aos cidadãos nacionais de países terceiros, no sentido de prestarem melhor qualidade de serviço e melhorar as relações entre comunidades autóctones e alóctones.

CAPÍTULO I

1. Migrações: enquadramento teórico

Neste capítulo daremos conta da diversidade de modelos atualmente presentes para explicar os fenómenos migratórios e seus principais fluxos, sintetizando adequadamente os diversos posicionamentos teóricos a respeito das migrações no quadro do capitalismo, os quais se podem subsumir nas seguintes perspetivas: teoria liberal e neoliberal, teoria neoinstitucional, a marxista e suas variantes como a teoria da dependência e a do centro-periferia e, por fim, embora em grande convergência com estas últimas, as teorias decoloniais ou pós-coloniais.

1.1 . Posicionamentos teóricos

As migrações e deslocações humanas constituem um fenómeno secular inerente a concentrações e fluxos de grupos humanos pelas mais variadas razões: económicas, militares, políticas e religiosas, amiúde entrelaçadas. Porém, as diversas explicações estão associadas não só aos diferentes períodos históricos e, mais especificamente, às sucessivas formações sociais e aos interesses das sucessivas classes dominantes a nível nacional e internacional, tendo tal ocorrido particularmente a partir dos processos de colonização nos séculos XV e XVI. Com efeito, a primeira tentativa para explicar tais deslocações apenas terá emergido a partir do século XVI com o surgimento da doutrina mercantilista, a que certamente não será alheia ao processo de colonização geradora do saque e do transporte de metais preciosos (ouro, prata), como forma de entesourar tais metais e, conseqüentemente, já com a circulação monetária, acumular capital-dinheiro. Com efeito, a doutrina mercantilista, defendida por Halles no século XVI e, mais tarde, por Colbert (1619-83) no século XVII, sustentava que as relações comerciais, nomeadamente a circulação comercial do ouro, da prata e outros metais preciosos constituíam a principal fonte de riqueza sem levar em linha de conta o processo original de saque gerador dessa enorme transferência de riquezas, mas pelo contrário, legitimando assim o ascendente capitalismo comercial. Com a crescente relevância da agricultura, a teoria mercantilista viria a ser contestada por fisiocratas como Quesnay (1778) que, no seu *Tableau Economique*, assumia ser a agricultura a única atividade produtiva e fonte de riqueza, mas mais na ótica dos proprietários de terra, justificando, por sua vez, a acumulação de riqueza pela via da renda fundiária.

No século XIX, a revolução industrial virá provocar profundas mudanças nos modos de produção artesanal e manufatureira de âmbito local e, com a implantação de grandes unidades de produção

industrial, tal implicaria a absorção e concentração de trabalhadores assalariados em médias e grandes cidades, nomeadamente na Inglaterra. É neste período histórico que se acentuam os fluxos migratórios para os quais surgem novas teorias e seus respetivos expoentes fundadores, ora liberais, ora marxistas.

Hoje as relações entre maioria e minorias étnicas, migrantes e refugiados suscitam cada vez maior atenção, dadas as dificuldades de inserção na sociedade de acolhimento.

1.2. Teoria liberal e neoliberal

A teoria liberal relativamente às migrações está estreitamente ligada aos pressupostos da própria teoria liberal fundada por Smith (1993), segundo a qual as migrações decorreriam da própria lei da oferta e da procura, ou seja, do mecanismo do mercado, pelo qual os agentes económicos, quer sejam empresários quer sejam trabalhadores, tomam decisões com base no interesse próprio e no cálculo racional a partir da liberdade individual de escolha num quadro concorrencial. Esta teoria, embora inovadora no campo da economia, teria tido precursores no próprio campo da filosofia, particularmente na filosofia empirista inglesa, cujo principal expoente seria Locke (1961). Com efeito, para este autor, defensor da ideia do progresso e da liberdade individual, a própria natureza estaria na base dos próprios negócios humanos, fazendo com que o ser humano, impulsionado pelo princípio hedonista do interesse próprio em realizar os seus objetivos, teria por efeito geral a harmonização de todos no interesse comum. Na sequência desta ideia, a convergência do interesse individual e do interesse comum teria lugar justamente pela lei da oferta e da procura, segundo a qual cada indivíduo, num quadro livre e concorrencial, procuraria o seu benefício económico e, operando todos nessa base por obra da chamada ‘mão invisível’, o resultado seria o equilíbrio perfeito entre a oferta e a procura, independentemente das próprias intenções de cada agente económico ou ator social.

À luz desta teoria geral de economia aplicada ao fenómeno migratório, os migrantes, enquanto agentes económicos e atores racionais no mercado de trabalho, providos dos recursos disponíveis económicos e informacionais ao seu alcance e pesando as vantagens e desvantagens de migrar, estariam em condições de avaliar a situação e tomar a decisão de (e)migrar ou não em direção a determinada região ou país. As migrações constituiriam assim um mecanismo obedecendo à lei da oferta e procura e gerando, simultaneamente, vantagens comparativas quer para o trabalhador num espaço com excesso de mão de obra, desemprego e baixos salários em busca de melhor salário, quer para o capital que, tendo défice de mão de obra e força de trabalho mais cara, teria vantagem da

afluência de mão de obra estrangeira, pressionando esta para embaratecer a força de trabalho da região ou país de acolhimento.

Dado que para Smith (1993), o crescimento seria ilimitado, nem sequer equacionava o problema do eventual desequilíbrio entre o crescimento demográfico e os recursos naturais, considerando mesmo que as migrações teriam a vantagem de resolver eventual problema de sobrepopulação numa região ou país, desde que funcionasse a referida lei da oferta e da procura. Porém, esta tese não seria partilhada por outros liberais como Ricardo (1975) e Mill (1970), os quais para este problema propunham respetivamente a manutenção de salários ao nível da simples sobrevivência ou a diminuição de horas de trabalho com redução de salário, assim como sobretudo por Malthus (1999), o qual, dada a superior progressão geométrica do crescimento demográfico sobre o limitado crescimento de recursos naturais em progressão aritmética, propunha moralisticamente a abstinência sexual e o casamento tardio para reduzir o número de filhos no casamento.

É igualmente à luz destes pressupostos liberais que Ravenstein (1885) no seu estudo *Laws of Migration* avança o modelo de atração-repulsão, segundo o qual o trabalhador, ciente das más condições de vida na sua região/país de origem e, como tal, repulsivas (secas, privação, fome, desemprego, baixos salários), é atraído pelas melhores condições de vida e salário da região/país de acolhimento, considerando ainda neste modelo variáveis como distância e tempo. Segundo Silva (2018), a teoria de Ravenstein viria a ser complementada por Lee (1969), em que esta não só tem em conta os fatores facilitadores ou bloqueadores dos fluxos migratórios tais como distâncias, transportes e tecnologias, contexto rural ou urbano das correntes migratórias e leis migratórias, mas toma em consideração os fatores do ciclo de vida (fase de escolaridade, entrada no mercado de trabalho, o casamento), as motivações e capacidades pessoais e os fatores de avaliação de ordem subjetiva.

1.3. Da teoria keynesiana à teoria neoinstitucional

A teoria liberal assente no princípio da lei da oferta e da procura e propagada através do *slogan* liberal *laissez-faire, laissez-passer* na base da concorrência não comportou nem o equilíbrio apregoado, tendo provocado inclusive uma enorme crise e depressão nos anos '30 do século XX com elevado índice de desemprego, o que induziu alguns economistas institucionais a começar por Keynes (1973) a pôr em causa o princípio da concorrência perfeita e do alegado equilíbrio na base da oferta e da procura, concluindo, após uma análise macroeconómica, pela necessidade de intervenção do

Estado na economia através quer da poupança quer do investimento público nas infraestruturas e em obras públicas, de modo a atingir o pleno emprego como forma de debelar a crise instalada. No que concerne o tema das migrações tal significaria alguma regulação nos fluxos migratórios. Será, porém, após a segunda guerra mundial que vários autores neoinstitucionais como Myrdal (1974), Galbraith (1976) e Seers (1969), embora sem colocar em causa as premissas do capitalismo, vêm todavia criticar os pressupostos liberais sobre o equilíbrio com base na lei da oferta e procura, constatar as assimetrias e desequilíbrios entre regiões/países desenvolvidos e países subdesenvolvidos em termos de acumulação de capital, distribuição de rendimentos, propondo-se reduzir a desigual distribuição de capital e suster a explosão demográfica de modo minorar tais assimetrias.

O diagnóstico de tal situação impunha, conseqüentemente, pugnar pela intervenção pragmática, gradual e ético-política do Estado no sentido de regular o mercado e reduzir as situações de pobreza e desnutrição nos países e regiões subdesenvolvidas. E, no que concerne as migrações, tal significaria não só empreender políticas de regulação e concertação entre países de acolhimento e países de origem dos migrantes como apostar mais em estruturas de apoio aos migrantes, valorizar e qualificar o capital humano destes. Esta perspetiva tem convergido, quer no passado, quer no presente, com uma visão reformista e social-democrata, inspirada na II Internacional e consubstanciada em programas de partidos sociais democratas e/ou ditos socialistas a nível mundial, embora com maior lastro e marca na Europa.

1.4. Teoria marxista e as teorias neomarxistas da dependência e do centro-periferia

Segundo a teoria marxista, já inspirada na própria obra magna de *O Capital* em Marx (1974), as migrações quer internas, quer externas, constituiriam um dos resultados da desigual concentração e distribuição de capital inerente ao próprio funcionamento e desenvolvimento desigual do capitalismo entre países e regiões centrais, com forte acumulação de capital, e países e regiões dependentes com baixo nível de capitalização na agricultura e na indústria e eventual relativa sobrepopulação. A sobreabundância e/ou excesso de mão de obra, com baixa ou nula escolaridade, habitação precária e condições de vida degradadas, constituiria o que Marx (1974) designou de 'exército industrial de reserva'⁵ que viria a funcionar como fator de pressão para a descida de salários dos trabalhadores no

⁵ O 'exército industrial de reserva' não resulta apenas da sobrepopulação no interior ou exterior de cada país mas, sobretudo em fases mais avançadas do capitalismo, de processos de mecanização, automação e incorporação de novas tecnologias na produção, dispensando trabalhadores e aumentando o desemprego, sendo os desempregados, juntamente com migrantes disponíveis a entrar

ativo a nível ora nacional ora internacional (ao tempo de Marx na relação entre trabalhadores irlandeses para o capital concentrado na Inglaterra). Desde este ponto de vista, as migrações, para além de suprir em determinados períodos défices de mão de obra em regiões e países fortemente capitalizados - no passado na procura de mão de obra desqualificada, mas hoje, a par da desqualificada, também qualificada – são efeitos da desigual acumulação de capital, obrigando a força de trabalho excedentária numa região ou país com baixo grau de capitalização a deslocar-se para regiões ou países centrais e semiperiféricos e, mais uma vez e num quadro de vulnerabilidade social, baixa sindicalização e limitada mobilização política, aceitar situações de baixos salários e até de sobre-exploração, particularmente quando se encontram indocumentados ou não regularizados.

Diversos têm sido os autores marxistas e neomarxistas que se têm debruçado sobre o fenómeno migratório, sobretudo no pós-segunda guerra mundial, sendo de destacar, entre outros, Castles e Kosack (1973) e Tapinos (1974). Mas relevam sobremaneira desde os anos 60 os defensores da teoria da dependência⁶ (Frank 1961, Marini 1973, Amin 1976 e T. Santos 2000) e do centro-periferia (Wallerstein 1990). Segundo estes autores, a desigual acumulação de capital e a correlativa divisão internacional do trabalho a nível mundial comporta, a par da troca desigual no comércio internacional, deslocalizações e transferências de força de trabalho entre países situados em diferenciados patamares de (sub)desenvolvimento por parte dos respetivos países: periféricos, semiperiféricos e centrais. Ou seja, segundo os referidos autores, o subdesenvolvimento nos países dependentes e satélites é produto do desenvolvimento das metrópoles capitalistas, ou seja, desenvolvimento dos países centrais desde a colonização nos séculos XV-XVI não é explicável senão à custa do subdesenvolvimento de países periféricos (com inerente saque de recursos naturais e de matérias primas), assumindo os semiperiféricos uma posição intermédia ou mediadora com características de uns e outros.

Deste modo, para além da sobre-exploração da força de trabalho pelo capitalismo em contexto colonial e neocolonial no seio dos próprios países dependentes, dominados e periféricos – tendo implicado durante vários séculos e em sucessivas formações sociais relações ora de escravatura, ora

no mercado de trabalho a qualquer preço, as categorias sociais a ir ao encontro da estratégia do capital em nivelar por baixo o preço da força do trabalho no ativo (Marx, 1974).

⁶ Embora a teoria da dependência numa fase de posterior consolidação crítica com base nos escritos dos autores a seguir, importa salientar as reflexões pioneiras da CEPAL com alguma repercussão em termos de diagnóstico nos países na América Latina e influência institucional no Brasil, sendo de referir os contributos de Prebisch (1963) e sobretudo de Furtado (1976)

de servilismo e ora ainda de sobre-exploração assalariada –, a partir sobretudo do século XX verificam-se movimentos migratórios de força de trabalho por razões de sobrevivência e/ou melhoria de vida nos dois sentidos, mormente em sentido inverso dos antigos países colonizados ora em direção a países centrais na América como Estados Unidos e Canadá nomeadamente por parte de países da América do Sul e Central, ora em direção a países centrais europeus a partir do Sul de Europa e de países (neo)colonizados da África e da Ásia, em regra em vista da sua sobrevivência. Com efeito, estes, não detendo nem capital nem infraestruturas e transportes e, muito menos, conhecendo processos de industrialização para absorver a própria mão de obra vinda do campo, além de fornecerem matérias primas e monoculturas e importarem produtos manufaturados dos países centrais, exportam mão de obra, sendo duplamente penalizados e contribuindo com os seus emigrantes à implementação de infraestruturas, grandes obras públicas e processos de industrialização, eventualmente intensiva em mão de obra.

Estes processos de troca desigual e de exploração inviabilizam um desenvolvimento autossustentado, pelo que para estes autores, na esteira da tese marxista, só a implantação do socialismo poderia implantar uma nova sociedade sem necessidade de ter que emigrar por necessidade económica.

1.5. Teorias decoloniais e pós-coloniais

No seguimento das teorias da dependência e do centro-periferia tem surgido nas últimas décadas particularmente a partir de teóricos da América Latina uma nova perspetiva que, mesmo quando convirja em bastantes aspetos com as teorias da dependência e do centro-periferia, reivindica uma epistemologia própria do Sul e linha própria de pensamento que é conhecida e designada como decolonial ou pós-colonial. Ou seja, esta abordagem visa romper com o que designa as marcas da colonialidade do poder capitalista e eurocêntrico identificado *grosso modo* com os impérios coloniais, da civilização dita ocidental e todos os seus pressupostos epistemológicos, teóricos e políticos (cf. Quijano, 2000; Mbembere, 2013; Grosfoguel, 2018), ideias estas também sustentadas por Santos e Meneses (2009) e desenvolvidas nas epistemologias do Sul contrapostas, numa perspetiva dual, às hegemónicas epistemologias do Norte. O fator estruturante e constitutivo do padrão colonial emergente no século XV e deste então persistente é o racismo assente no privilégio branco que, enquanto autotitulada como raça superior, se atribui a si a ‘universalidade’ civilizacional moderna com a cultura judaico-cristã, se apropria dos recursos, reprime e coloniza pela violência e pelo

genocídio de índios e camponeses e sujeita negros à escravatura, primeiro com o tráfico de negros de África para as Américas e depois os desumaniza como ‘coisas’ ou seres subhumanos.

À luz destas teorias decoloniais, as migrações no quadro da colonização foram deslocamentos forçados e, como tal, enquadram-se no processo de colonização que, embora com diferentes expressões, ainda se mantém. Se não obedece ao padrão alegadamente livre das migrações contemporâneas, para a teoria decolonial a colonialidade do poder regressa também nas sociedades metropolitanas quando tratam tendencialmente os imigrantes e refugiados, sobretudo os indocumentados, como ‘violentos’, ‘perigosos’ ou mesmo como ‘terroristas’.

1.6. As migrações vistas pelas estratégias dos migrantes

Se nas exposições anteriores as migrações, certamente analisadas em perspetivas diferenciadas e até antagónicas, se situam a nível (macro) estrutural e global, importa contudo complementar a análise a nível não só micro – dado que no micro a estrutura também está presente – mas também a nível das estratégias e motivação dos atores sociais migrantes, de modo a compreender o sentido das suas ações, resistindo ou pressionando sobre os constrangimentos estruturais.

O tema das migrações não foi apenas objeto de abordagens económicas, mas também sociológicas quer numa perspetiva estrutural, como já exposto, mas também pela perspetiva do próprio ator migrante, a qual viria a ser relevada pela abordagem acionalista, já implicitamente presente em Weber (1978), mas nesta matéria trabalhada e classicamente desenvolvida por Simmel (1984, 1987) e, num registo etnográfico e interacionista por autores da Escola de Chicago como Thomas e Znaniecki (1971) e Wirth (1987), embora estes últimos mais do ponto de vista descritivo que explicativo. Em todo o caso, as abordagens realizadas por estes autores representaram um importante contraponto em relação às abordagens estruturo-funcionalista de Durkheim (1977) e Parsons (1988), segundo os quais, partindo do pressuposto que a sociedade é coesa, harmónica e integrada, não reconhecem a diversidade e o conflito e consideram que todos devem pautar-se por normas e valores comuns, devendo ser os transgressores penalizados no caso de incumprimento. Por outro lado, autores (inter)accionalistas chamam a atenção para as especificidades e diversidades de ordem étnica e cultural e para o papel dos atores e dos sentidos dados à sua ação, na medida em que as teorias do conflito assentes apenas no conceito de classe, na perspetiva estruturalista marxista, nem sempre dão conta desses tipos de conflito, sendo necessária a incorporação de estudos já realizados relativamente à tensão entre *insiders* e *outsiders* (cf. Simmel, 1987; Elias e Scotson, 1969).

Por outro lado, importa indagar em que medida estamos, neste estudo de caso, perante situações de demarcação e eventual hostilidade que façam dessas minorias o que Myrdal (1944), relativamente ao negros nos Estados Unidos, designava de ‘subclasse étnica’ enquanto comunidades constituídas por minorias étnicas e trabalhadores migrantes vistos como ‘parasitas’, ‘perigosos’ nomeadamente em círculos conservadores, sem estes se ocuparem das raízes e causas de situações de ‘marginalidade’ social ou, mais precisamente, de segregação socio-espacial.

Focalizando-nos no quadro de trabalhos a nível nacional, Portugal já detém um conhecimento considerável sobre o tema das migrações, sendo de relevar alguns dos estudos tendo como quadro de fundo analítico o quadro do desenvolvimento do capitalismo, analisando as migrações, nomeadamente de portugueses/as para o exterior como resultado desse desenvolvimento (cf. Almeida e Barreto 1976, Serrão 1977, Arroteia 1983). Há já hoje em Portugal um conjunto de estudos desenvolvidos sobre as migrações que tem proporcionado um conhecimento teórico e empírico extremamente valioso de ordem histórica, económica e socio-antropológica⁷. Se até aos anos 80 e 90 os estudos se centravam mais no fenómeno da emigração, a partir daí começaram a surgir cada vez mais estudos sobre imigração, na medida em que Portugal, sem deixar de ser um país de emigrantes, passou a ser cada vez mais também um país de imigrantes vindos de diversos quadrantes (cf. Silva 2018), tal como o haviam sido outros países europeus desde os anos 60 e 70 com todas as inerentes mudanças demográficas e políticas migratórias (cf. Münz 2017). Neste domínio, particularmente sobre estudos a nível municipal e local e já não só sobre emigração mas, também, e sobretudo, sobre imigração importa reter as iniciativas institucionais do Alto Comissariado para as Migrações em trabalhos coordenados pelo geógrafo Jorge Malheiros, sendo de mencionar nomeadamente os trabalhos levados a cabo por Silva *et al.* (2011) e, a nível nacional, referir, entre outros, do Observatório das Migrações uma série de estudos sobre migrações (Malheiros e Esteves 2013, Valente *et al.* 2016, Esteves *et al.* 2017, Góis *et al.* 2018, Dias *et al.* 2018), apoiadas também pelo Alto Comissariado para as Migrações.

⁷ A nível nacional, refiram-se, entre outros, Almeida e Barreto (1976), Godinho (1978), Serrão (1985), Cepeda (1988), Peixoto (1992), Rocha-Trindade (1976, 1995), Leandro (1995), Baganha *et al.* (2000, 2004), Leandro (1995), Silva (1998), Silva, Matos e Neves (2011), Leandro *et al.* (2014).

1.7. Balanço crítico

No estudo do fenómeno migratório, se importa ter presente, por um lado, os fatores de atração e repulsão, nomeadamente os fatores exógenos derivados do maior ou menor grau de oferta no mercado de trabalho, por outro não é possível fechar os olhos aos desequilíbrios socioeconómicos entre regiões e países provocados pela lei da oferta e da procura, o que implicaria a necessidade de alguma regulação, como advoga a teoria neoinstitucional. Porém, o problema é mais complexo e só as perspetivas críticas (neo) marxista e decolonial conseguem incluir na análise as desigualdades em termos macroestruturais, englobando a análise histórica e sociopolítica dos conflitos de classe e étnico-raciais.

Assim, se no quadro do sistema capitalista, importa ter presente as razões da perspetiva da lei da oferta e da procura, não só o princípio como os seus corolários são suscetíveis de serem rebatidos na medida em que reproduzem as assimetrias e desigualdades entre países, regiões e entre classes e/ou raças/etnias. A teoria neoinstitucional se, por um lado, representa um avanço em relação ora à clássica teoria liberal ora inclusive em relação às vertentes neoliberais mais recentes no sentido de propor uma intervenção moderada do Estado, designadamente na regulação dos fluxos migratórios e na defesa de direitos básicos dos emigrantes, não vai à raiz do problema, na medida em que não questiona os fundamentos do modo de produção capitalista, o desigual desenvolvimento e a própria natureza do Estado na defesa dos interesses dominantes do capital a nível nacional e internacional. Nesta ótica, a abordagem marxista e as teorias subsequentes da dependência e do centro-periferia são fulcrais e indispensáveis para a compreensão dos movimentos migratórios. E, por sua vez, a perspetiva decolonial ou pós-colonial, convergindo mais com as teorias da dependência e do centro-periferia do que o assumido por alguns dos seus principais autores, aportam novas vertentes e argumentos valiosos para entender não só os processos de migrações condicionadas mas inclusive as migrações forçadas no quadro colonial e neocolonial, seja nas sociedades colonizadas, seja nas sociedades metropolitanas.

Em todo o caso, as abordagens decoloniais e pós-coloniais representaram um novo recorte nos estudos sobre desenvolvimento e, na matéria em debate, sobre as migrações. Por isso, relativamente às teorias decoloniais, não deixando de partilhar grande parte dos pressupostos e posicionamentos, consideramos ser necessário alguma prudência epistemológica quando à contraposição reificada em torno do dualismo entre epistemologias do Sul e epistemologias do Norte, as quais exigem um escrutínio mais fino numa perspetiva emancipatória, tal como o apontaram com sentido crítico Sousa

e Lewis (2013). Se há uma clara abordagem epistemológica emancipatória no Sul, também no Norte há posicionamentos críticos e emancipatórios em função dos diferenciados ou mesmo antagónicos interesses e mundividências na intersecção dos conceitos de classe, raça, género, nacionalidade, entre outros, que, numa perspetiva emancipatória podem estar mais presentes no Sul mas não de modo exclusivo.

Por fim, se é incontornável assumir um posicionamento estrutural na análise das migrações (inter)nacionais, ela seria incompleta e/ou redundaria numa visão estruturalista vaga, dogmática e infrutífera se não incluísse a perspetiva dos próprios migrantes atores, salientando, no quadro dos diversos constrangimentos, as estratégias ora de sobrevivência e/ou melhorias das suas condições de vida e até, eventualmente de modo ainda que excepcional, algumas trajetórias de mobilidade social que, em todo o caso, não invalidam a regra da reprodução social dos migrantes como membros de classes e/ou etnias exploradas, dominadas e mesmo oprimidas não só nas suas regiões ou países de origem mas também nas regiões ou países de chegada.

A fim de traçar e implementar políticas públicas a nível nacional, regional e local torna-se necessário ter presente não só as perspetivas (macro)estruturais, nomeadamente as críticas que exigem intervenção do Estado, mas igualmente os estudos económicos, sociológicos e antropológicos que traduzam o conhecimento das situações concretas a nível municipal e local, no qual este estudo também se situa. Tendo em vista a inserção das diversas minorias nacionais no todo nacional, diversos estudos realizados em vários países têm evidenciado a importância do vínculo de cidadania de imigrantes e refugiados, passando do estatuto de residente para permanente e deste para o estatuto de cidadão/a nacional pleno e, em particular, a acessibilidade aos sistemas de saúde, de educação, jurídicos e participação política não só a nível nacional, municipal e local como global em termos de direitos humanos⁸.

⁸ Alguns destes estudos sobretudo sobre níveis de educação diferenciados de refugiados levados a cabo na Holanda, alguns dos quais também na Suécia, Alemanha e Turquia de modo a potenciar oportunidades, mais presente na Suécia, de modo intermédio mais na Holanda que na Alemanha e de modo algum na Turquia que os devolve à Síria, com alguns países a partir de 2015 a facilitar a cidadania e outros a dificultar culpabilizando o refugiado pela não integração por razões alegadamente religiosas ou por os considerar uma ameaça à segurança (cf. respetivamente Vink 2017, Groenendijk 2017, Michalowski 2017, Oomen 2017, Crul *et al.* 2017, Teutsch 2017, Martin 2017, Wodak 2017, Triandafyllidou 2017, Szucs 2017)

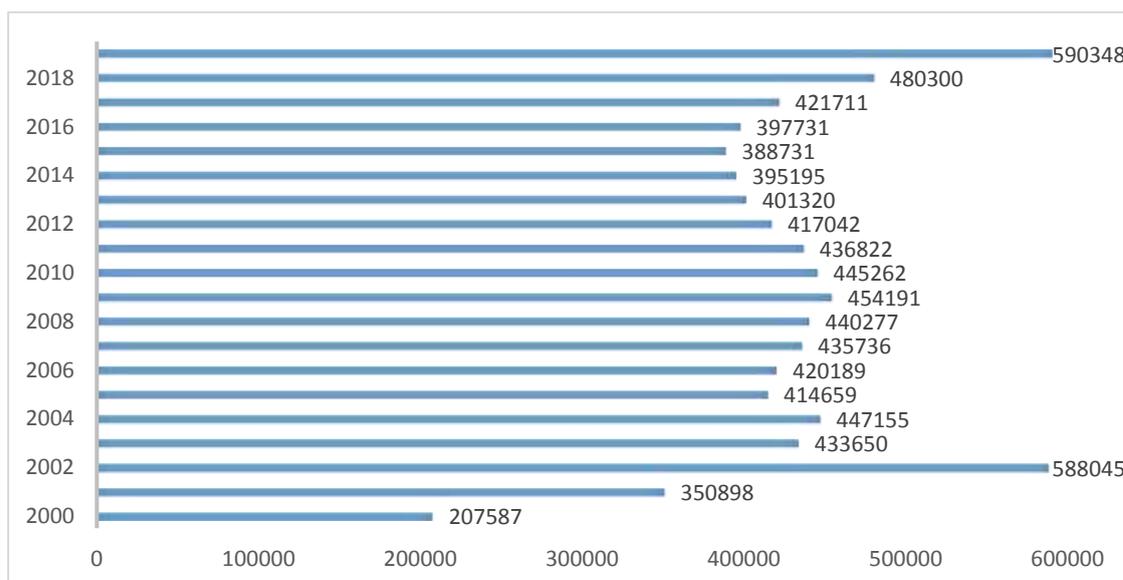
CAPÍTULO II

Neste capítulo, dar-se-á conta, de uma forma sintética, da evolução do fluxo migratório e das políticas de imigração desenvolvidas nas últimas duas décadas em Portugal.

2. Políticas públicas para Imigrantes em Portugal

Para se compreender melhor a forma como o país se foi adaptando ao impacto do movimento migratório que se verificou no final do século passado a nível da Europa e ao qual Portugal não foi alheio, neste capítulo far-se-á uma breve abordagem à evolução do quadro legislativo e outras políticas públicas estabelecidas, nas últimas duas décadas, no sentido de se assegurarem as condições de integração dos imigrantes nas comunidades de acolhimento, começando por apresentar os dados estatísticos sobre a população estrangeira residente em Portugal, neste período:

Figura 1 - Evolução da população estrangeira em território nacional 2000-2019



Fonte: Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, 2019

Como se pode verificar, a Figura 1 evidencia uma tendência de aumento dos fluxos migratórios entre 2000 e 2019, com exceção do intervalo 2010-2015 devido, provavelmente, à crise financeira que abalou o país no referido período. No entanto, em 2019, verificou-se “(...) um aumento de 22,9% face a 2018, totalizando 590 348 cidadãos estrangeiros titulares de autorização de residência, o valor mais elevado registado pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, desde o seu surgimento em 1976 (SEF 2019, pp.9). Segundo o SEF, o aumento de população imigrante em Portugal, no período

compreendido entre 2015 e 2019, foi potenciado pela conjuntura económica favorável e pelo crescimento do emprego, o que vem reforçar a atratividade de Portugal como destino de imigração.

E como já aqui foi referido, o final do século XX e início do século XXI pautaram-se por uma viragem nos movimentos migratórios da Europa, que se redirecionaram dos países do centro europeu para os países do Sul, onde Portugal – tradicionalmente país de emigração –, também se torna atrativo como país de destino. E se antes entravam no nosso país imigrantes oriundos, sobretudo, do continente africano e da América Latina, juntam-se agora a este movimento os imigrantes vindos de países do leste europeu, como a Rússia, Ucrânia, Roménia, Moldávia, entre outros. Ou seja, está-se perante um significativo aumento da imigração, que configura novos perfis, mais diversificados em relação aos países de origem, à duração migratória e aos motivos para a imigração, o que representa um grande desafio para o governo, que não estava preparado para este fenómeno (Góis, 2018).

Esta nova realidade evidencia a necessidade de adequar e desenvolver legislação portuguesa, no sentido de agilizar os processos de regularização de imigrantes oriundos de países terceiros, muitas vezes vítimas de tráfico humano, de exploração de mão-de-obra e de condições de trabalho desfavoráveis, entre outras situações de precaridade e, conseqüente vulnerabilidade (Góis, 2019). Apesar da existência de um quadro normativo e de algumas medidas favoráveis ao acolhimento e integração de migrantes, há, nesta altura, uma deficiente organização dos procedimentos, a falta de estruturas de apoio, a desarticulação entre os diferentes serviços públicos, a lentidão da burocracia, entre outras situações, que dificultam os processos de integração (Góis, 2019).

Há, também, que atender a uma política externa de migração e de mobilidade, assumir internamente o quadro jurídico estabelecido pela União Europeia (UE) e cooperar com os parceiros estratégicos, já que a gestão dos movimentos migratórios não se pode resumir apenas a um só país, mas a todos os membros da UE, onde não existem fronteiras e onde as pessoas podem circular livremente nos seus territórios (C.E, 2014). Neste quadro, houve que estabelecer mecanismos legais e outras estratégias de integração e acolhimento, no sentido de se estabelecer os adequados meios de controlo dos fluxos migratórios, tendo em vista a salvaguarda de interesses legítimos do Estado e dos imigrantes, a quem se pretende assegurar condições de integração harmoniosa na comunidade nacional⁹.

⁹ Decreto-Lei nº 244/98, de 8 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei nº 4/2001, de 10 de janeiro.

A acompanhar o aumento dos fluxos migratórios e a aprovação de legislação nesta matéria, foi criada em 1996¹⁰ a figura de Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME) que, funcionado como interlocutor do Governo para o movimento associativo, visava a criação de condições para a implementação e coordenação de políticas públicas de integração. Contudo, tendo em conta o crescente número de imigrantes que já residia e trabalhava em Portugal, a figura de Alto-Comissário revelou-se insuficiente para a dimensão da tarefa que lhe estava atribuída e, por isso, em 2002 este assumiu o carácter de estrutura interdepartamental de apoio ao Governo em matéria de imigração e minorias étnicas¹¹.

As diferenças culturais, organizacionais e legislativas, a par da quantidade de serviços diferentes, aos quais os migrantes tinham que recorrer, levaram o ACIME a criar um local que reunisse, num mesmo espaço, diferentes serviços, instituições e gabinetes de apoio aos migrantes, pelo que, em 2004, foram criados os Centros Nacionais de Apoio à Integração de Imigrantes (CNAI), com o objetivo de responderem a diferentes dificuldades sentidas pelos migrantes, no seu processo de integração em Portugal. Atualmente, existem três destes Centros, agora designados de Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM), localizados no Norte, Centro e Sul do país¹².

Entretanto, com a alteração significativa dos perfis migratórios, mais complexos e diversificados, bem como a publicação de um conjunto de diretivas emanadas da Comissão Europeia, as quais deveriam ser transpostas para a ordem jurídica interna, foi necessário adequar o quadro normativo a esta realidade, pelo que, em 2007, foi publicada uma nova Lei dos Estrangeiros – Lei nº 23/2007, de 4 de Julho. Esta Lei veio revogar a anterior legislação e regular uma diversidade de situações que limitavam a mobilidade dos NPT no território, nomeadamente a emissão de títulos de residência, o reagrupamento familiar, as condições de admissão para efeitos de estudo, formação, voluntariado e investigação científica, entre outras, sem prejuízo de um conjunto de outra legislação própria, para situações específicas, como a Lei da Nacionalidade e a direcionada a requerentes de asilo, beneficiários de proteção subsidiária, entre outras situações.

A par desta legislação, e no mesmo ano de 2007, foi necessário proceder à reestruturação do ACIME, que passa a Instituto Público, com a designação de Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P. (ACIDI) e que resultou da fusão com outras estruturas de apoio, com o

¹⁰ Decreto-Lei n. 3-A/96, de 26 de janeiro

¹¹ Decreto-Lei n. 31/2014, de 27 de fevereiro

¹² Centro Nacional de Apoio ao Imigrante, <https://www.acm.gov.pt/pt/-/cnaicentro-nacional-de-apoio-ao-imigrante>, acedido em 17.4.2020

objetivo de centralizar as atribuições dispersas por vários organismos numa única entidade, reforçando a institucionalização dos serviços vocacionados para a integração dos imigrantes.

Embora se verificasse uma evolução positiva nas políticas de integração em Portugal, foi importante estabelecer uma estratégia global que acompanhasse os fluxos migratórios de forma concertada e que promovesse a efetiva integração, baseada nas necessidades efetivas, nos impactos económicos e sociais, culturais e no respeito pela coesão social do país. Neste sentido, em 2007 foi elaborado o Plano para a Integração dos Imigrantes¹³, através da atuação concertada de diferentes ministérios, e da definição das competências de cada um, para o desenvolvimento de um ambicioso programa político para alcançar níveis superiores de integração dos imigrantes na sociedade portuguesa, onde são identificadas 120 medidas em diferentes áreas de intervenção, direcionadas para os imigrantes, bem como de um conjunto de princípios orientadores direcionados às instituições, no âmbito das suas competências e no sentido da responsabilização pela garantia dos direitos desta população.

Note-se que, por esta altura, os fluxos migratórios estão já numa fase de estabilização, influenciados pela crise de 2008. Em Portugal, no ano de 2010 inicia-se uma fase descendente no número de imigrantes ao mesmo tempo que se verifica um relativo aumento do número de portugueses a saírem do país, traduzindo-se num saldo migratório negativo que há muito não se verificava. Estes fluxos migratórios serão analisados mais a pormenor no capítulo III (Figura 2), no que se refere a Viana do Castelo.

Contudo, considerando que é nos ciclos económicos desfavoráveis que as políticas públicas de imigração se tornam mais relevantes, na medida em que é também nestas fases que os problemas sociais das populações migrantes se agudizam, *com o objetivo de dar continuidade a uma nova geração de políticas sociais*, foi aprovado o II Plano para a Integração de Imigrantes¹⁴ para o período de 2010-2013. Este Plano assenta *no reforço e consolidação das políticas públicas de acolhimento e integração, enquanto prioridade de intervenção política do XVII Governo Constitucional e que se afigura como um dos pilares mais relevantes das políticas migratórias para a coesão social do País*. É, também aqui, reconhecido o papel fundamental, na execução deste Plano, dos parceiros públicos e privados, bem como das Organizações Não Governamentais (ONG) e associações de imigrantes.

¹³ Resolução do Conselho de Ministros nº 63-A/2007, de 3 de Maio

¹⁴ Resolução do Conselho de Ministros nº 74/2010

Com o perfil migratório novamente a alterar-se de forma significativa, mais complexo e com maior diversidade de fluxos, além de novos problemas, decorrentes do envelhecimento ou exclusão social das anteriores vagas, o país depara-se com *um contexto crescente de mobilidade de pessoas, em migrações circulares, económicas e de consumo que exigem estratégias articuladas*¹⁵. Com este objetivo e após uma reestruturação do ACIDI, em 2011, é aprovada, através do Decreto-Lei nº 31/2014, de 27 de Fevereiro, a nova estrutura deste instituto público que passa a designar-se de Alto Comissariado para as Migrações (ACM) e que pressupõe *uma abordagem dinâmica que valorize o contributo das migrações para o crescimento económico dos países de acolhimento, para a competitividade da economia e para a circulação, captação e retenção do talento, através de sistemas sofisticados e ágeis de atração de novos fluxos migratórios (estudantes, investigadores, residentes de longa duração, empreendedores, etc.)*¹⁶.

Estas e outras medidas, assentes num quadro normativo que favorece a integração, promove o diálogo intercultural, a igualdade de oportunidades e garante todos os direitos dos imigrantes, colocam Portugal no pódio das boas práticas de integração e acolhimento desta população, a nível internacional e incentiva a continuidade de uma política pública no sentido de um maior investimento no desenvolvimento de ações que se articulem com as políticas europeias e, ao mesmo tempo, respondam às necessidades do país ao nível de reposição demográfica, da inovação tecnológica, à promoção do emprego e empreendedorismo, para os quais os imigrantes contribuem positivamente.

De referir o desafio que se impõe na determinação destas políticas, dada a complexidade dos perfis migratórios que exigem um olhar mais atento na gestão dos seus movimentos, nas políticas de segurança interna e externa, nas questões da legalidade e das redes de imigração ilegal, entre outras problemáticas associadas à mobilidade humana. Com este propósito, e com vista *a adequar politicamente o país a uma realidade migratória mais complexa e desafiante, promovendo estrategicamente o fomento industrial para o crescimento e o emprego, bem como dar prioridade à “Abordagem global para a migração e mobilidade” definida pela Comissão Europeia, é aprovado em 2015 o Plano Estratégico para as Migrações 2015-2010 (PEM)*¹⁷, com o objetivo de dar *um novo impulso às políticas migratórias, ajustando as iniciativas desenvolvidas às necessidades atuais e*

¹⁵ *Idem*

¹⁶ *Idem*

¹⁷ Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2015, de 20 de março

projetando novas ações que, com sensibilidade e eficácia, contribuam para a coesão social, o enriquecimento humano e material do país e o envolvimento e ligação à diáspora portuguesa.

O PEM, enquanto instrumento estratégico nacional para as migrações, assenta em cinco eixos prioritários, apresentando como principais desafios¹⁸: i) o combate transversal ao défice demográfico e o equilíbrio do saldo migratório; ii) a consolidação da integração e capacitação das comunidades imigrantes residentes em Portugal; iii) a inclusão dos novos nacionais, em razão da aquisição de nacionalidade ou da descendência de imigrantes; iv) a resposta à mobilidade internacional, através da internacionalização da economia portuguesa, na perspetiva da captação de migrantes e da valorização das migrações e do talento como incentivos ao crescimento económico; v) o acompanhamento da emigração portuguesa, através do reforço dos laços de vínculo e do reforço das condições para o regresso e reintegração de cidadãos nacionais emigrados.

De entre os cinco eixos prioritários atrás referidos, interessa-nos destacar aqui o *Eixo I - Políticas de integração de imigrantes*, já que um dos seus objetivos é a descentralização das políticas de integração, onde o poder local, pela proximidade com a população, assume um papel fundamental na concretização dessas políticas no sentido da efetiva integração dos imigrantes nas comunidades de acolhimento.

Aliás, os municípios, através da Associação de Municípios Portugueses, têm participado na definição e execução das políticas migratórias, desde logo no Conselho Consultivo para a questão das Migrações, constituído em 1998, atualmente designado de Conselho para as Migrações¹⁹, o que lhes confere uma responsabilidade acrescida na execução e desenvolvimento das medidas de integração de imigrantes. E, apesar das instituições da sociedade civil, nomeadamente as ONG e associações de imigrantes se apresentarem como uma estrutura fundamental nas respostas imediatas a esta população, o poder local afigura-se como um dos principais atores neste processo, já que são detentores de poder e capacidade de mobilização de meios e recursos para responder aos impactos dos movimentos migratórios nos seus territórios. Nesse sentido, as duas primeiras medidas do PEM referem-se à promoção de estratégias locais na área de acolhimento e integração de migrantes e à implementação de uma ferramenta de concretização e monitorização na área das migrações, a nível local.

¹⁸ *Idem*

¹⁹ Órgão de consulta, apoio e participação na definição das linhas gerais de atuação do ACM

Uma outra entidade que merece destaque em contexto de imigração e asilo é o SEF²⁰, sendo um serviço de segurança integrado no Ministério da Administração Interna (MAI) que, no quadro da política de segurança interna, tem por missão assegurar o controlo das pessoas nas fronteiras, dos estrangeiros em território nacional; prevenir e combater a criminalidade relacionada com a imigração ilegal e tráfico de seres humanos (investigação criminal); controlar as fronteiras, regularizar os estrangeiros e analisar os pedidos de asilo em Portugal, assim como atuar ou colaborar a nível internacional em contexto de política comum de imigração e asilo da U.E, partilhando informação a nível bilateral e multilateral.

Além destas entidades públicas, existem estruturas de proximidade como gabinetes ou serviços na dependência das autarquias ou das instituições particulares de solidariedade social que de forma articulada prestam um valioso serviço de apoio e acompanhamento.

2.1. Das políticas públicas à intervenção Local

A par do quadro legislativo publicado em Portugal nas últimas duas décadas, bem como das medidas extraordinárias para regularização de situações não enquadradas legalmente e que se foram sucedendo ao longo do tempo, foram criados outros mecanismos de apoio à imigração, a fim de facilitar os processos de integração dos migrantes a nível local.

Em 2003, foi criada uma Rede de Centros Locais de apoio à integração de Imigrantes (CLAII), atualmente com a designação de CLAIM, pelo ACM. Trata-se de serviços locais com a missão de informar e apoiar em todo o processo do acolhimento e integração dos migrantes, articulando-se com as diversas estruturas locais, promovendo a interculturalidade e prestando apoio e informação geral em diversas áreas, tais como, regularização, atribuição, aquisição da nacionalidade e naturalização, reagrupamento familiar, habitação, retorno voluntário, trabalho, saúde, educação, entre outras questões do quotidiano.

Com o objetivo de promover uma integração de proximidade, os CLAIM resultam de parcerias estabelecidas entre o ACM e autarquias ou entidades da sociedade civil que, em cooperação, promovem um atendimento integrado²¹. Desde logo, na altura da implementação desta Rede, em

²⁰ SEF-Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, in “Missão”, <https://www.sef.pt/pt/pages/conteudo-detalle.aspx?nID=1>, acedido em 14.5.2020

²¹ Rede de Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes, in <https://www.acm.gov.pt/pt/ad-lat41799-sca-claii-gaei>, acedido em 17.4.2020

2003, dez autarquias responderam à chamada e criaram os seus próprios centros a par de sete instituições da sociedade civil, que resultaram na criação de dezassete CLAIM, numa demonstração clara de que estas estruturas de apoio vinham fortalecer a aposta numa boa política de integração, a nível local.

Com a evolução dos movimentos migratórios durante este período esta rede foi crescendo, de tal modo que, atualmente, existem 106 CLAIM no país, sendo que 52 resultaram de protocolos de cooperação com os municípios, 43 inserem-se em instituições da sociedade civil, 2 em Instituições de Ensino Superior e 1 no Governo Regional da Madeira, o que significa que as instituições locais não ficaram alheias ao fenómeno das migrações e aos seus impactos nos territórios, adotando os mecanismos ao seu alcance para lhes dar a devida resposta.

Com a imigração a iniciar novamente um processo ascendente²², e *reconhecendo-se que a integração se faz a nível local, a Agenda Comum para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (COM (2011) 455 final) recomenda que os estados-membros promovam mais políticas de integração a este nível*. Neste sentido, em 2014, o ACM, no enquadramento da Medida 1 do PEM, incentivou, junto dos municípios, a conceção de Planos Municipais para a Integração de Imigrantes (PMII), enquanto instrumentos de planeamento estratégico para a integração e acolhimento de NPT. Conscientes dos impactos que os movimentos migratórios têm nos seus territórios, os governos locais com maior ou menor relevância foram colocando este fenómeno na sua agenda política e traçado algumas estratégias de acolhimento e integração desta população. Por isso, respondendo ao desafio colocado pelo ACM, de norte a sul do país, foram concebidos 19 Planos, financiados pelo Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINT), tendo como ponto de partida o Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (IMAD)²³. Note-se que o PEM prevê a conceção de 60 planos no seu período de vigência (2015-2020), sendo que até ao início de 2020, 39 municípios elaboraram e concretizaram 44 planos, estando a decorrer a terceira candidatura, abrindo a oportunidade para que os municípios que ainda não possuem uma estratégia estruturada para o acolhimento de NPT, possam desenvolver uma política neste sentido.

²² Relatório do Observatório das Migrações

²³ Índice de Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade, <https://www.acm.gov.pt/-/indice-dos-municipios-amigos-dos-imigrantes-e-da-diversidade-imad> - acedido em 15.7.2020.

CAPÍTULO III

3. Viana do Castelo: demografia, economia e imigração

As atuais sociedades modernas, particularmente as ocidentais, sofrem um declínio demográfico considerável, também visível nas últimas décadas em Portugal, ainda que num ritmo menos acelerado e de diferenciação regional (INE, Censos 2001 e 2011).

Entre 2001 e 2011 constata-se aumento da população residente em 2,0%, em Portugal, que se deve, em grande parte, à afluência de imigrantes africanos e do leste europeu, em que o Norte, denso do ponto de vista populacional, apresenta entre 1991 e 2001 um ganho de população na ordem de 6,0 %, contudo, em 2011, surge estagnado por comparação com 2001 (Cardoso, 2012:100). Esse mesmo Norte, nomeadamente o Minho, conheceu nos anos sessenta e setenta fortes perdas populacionais devido a um intenso êxodo rural e, sobretudo, a migrações maciças para a Europa, nomeadamente para França e Alemanha.

Tal como em outros países e regiões, também na região do Minho, da qual o município de Viana do Castelo faz parte, verifica-se uma desigual distribuição territorial de infraestruturas, equipamentos e recursos humanos. Isso significa que, apesar das continuidades entre o rural e o urbano, persistem algumas desigualdades e desequilíbrios socio-espaciais (Cardoso 2020; Cardoso e Silva 2015; Silva, Cardoso e V. Ribeiro (2012); Silva e F. Ribeiro 2000). Importa agora dar conta de uma breve síntese de alguns aspetos demográficos, económicos e da imigração em Viana do Castelo.

3.1. Dinâmica demográfica

A densidade populacional do concelho de Viana do Castelo é de 265 habitantes por km² (INE/PORDATA, 2020) emergindo na zona litoral do concelho um importante contínuo urbano de elevado número de alojamentos que polarizam uma parte significativa da população residente em contraste com a uma população do interior dispersa pelo território e caracterizada com uma baixa densidade populacional.

Com aproximadamente 319 km² (INE, 2019) o concelho de Viana do Castelo representa cerca de 14,36% da área da NUTS III Minho-Lima, 1,50% da área correspondente à região Norte e 0,36% daquela relativa a Portugal Continental, tendo a respetiva superfície permanecido inalterada, pelo menos, desde 2001.

O município, com uma população de 84 417 habitantes (INE/PORDATA, 2019) é, atualmente, constituído por 27 freguesias²⁴, sendo uma região caracterizada pela hospitalidade, pela diversidade e pelas tradições. Pela sua particular situação geográfica, rio, mar e monte, e próxima da fronteira com a Espanha, Viana do Castelo sempre foi terra de alguma oscilação demográfica. Nesse sentido, o quadro 1 oferece-nos a evolução populacional das últimas quase quatro décadas.

Quadro 1 - Evolução populacional residente no Município de Viana do Castelo (1981-2019)

Censos	Número residentes	Variação (%)
2019	84 417	-4,86 (perdeu 308 habitantes)
2011	88 725	0,1 (ganhou 94 habitantes)
2001	88 631	9,4 (ganhou 7622 habit.)
1981 (=100)	81 009	

Fonte: INE/PORDATA, Censos de 1981, 2001, 2011, 2019²⁵

Em relação à evolução demográfica em Viana do Castelo entre 1981 e 2001 e entre 2001 e 2011, o Quadro 1 dá-nos o registo do crescimento demográfico, pelo que, segundo os Censos, o município de Viana do Castelo desde 1981 a 2001 vê a sua população residente aumentar em média cerca de 381 munícipes por ano, traduzindo-se num aumento populacional de 7 622 habitantes (9,4%) nesse período de vinte anos. Para além das razões ético-religiosas e outros fatores, o aumento populacional nas décadas 1990 e 2000 deve-se também ao retorno de emigrantes e à, embora singela, retenção de imigrantes, ao aumento da população escolar no ensino superior e inclusive a um certo dinamismo empresarial.

Já entre 2001 e 2019, Viana do Castelo apresenta uma tendência de diminuição da população, perdendo 4 214 habitantes (-4,76%). Ou seja, entre 2001 e 2019 o município perde em média 234 pessoas por ano, provavelmente devido à saída (forçada) em consequência da crise desde 2011.

Além de apresentar perda de população, no balanço entre natalidade e mortalidade, Viana do Castelo não é exceção em relação aos resultados da NUTS Norte e do país, em que o índice de óbitos (11,6%) supera o dos nascimentos (7,4%) (INE/PORDATA 2019).

²⁴ Do ponto de vista administrativo, o concelho de Viana do Castelo, até 2011, subdividia-se em 40 freguesias, mas com a nova reorganização das freguesias verificada em 2012, destas freguesias 13 foram integradas noutras, passando a fazer parte do concelho 27 freguesias.

²⁵ Reportada a 31 de dezembro 2019, baseada em estimativas (INE/PORDATA)

Se a população com 65 anos ou mais, em 2001, representa 16,2 %, já em 2019 essa representação chega aos 22,9% da população total, o que evidencia um significativo aumento de envelhecimento populacional. Em relação à distribuição da população residente por grandes grupos etários, verifica-se não apenas um aumento do envelhecimento mas também uma diminuição de natalidade. Se em 2001, Viana do Castelo tinha 14 180 habitantes (16% da população total) com menos de 15 anos, já em 2019 essa mesma população, nessa mesma faixa etária, diminuiu para 10 214 (12,1% do total), decréscimo esse que se deve à baixa natalidade. Na estrutura populacional do município a faixa etária entre os 15 e os 64 anos, que em 2001 representava 67,8 % da população, em 2019 diminuiu para 65% (54 871 indivíduos). É de assinalar, ainda, que a população com 65 ou mais anos, em 2019, representa 22,9% (19 934) da população total do município, ou seja, quase que duplica a população com menos de 15 anos (10 214). O crescimento demográfico é co-estruturado, entre outros fatores, pelo investimento de capital, pelos fluxos de mão-de-obra e circulação e retenção, ainda que temporal, de estudantes.

Em jeito de síntese, poder-se-á dizer que as estruturas demográficas em Viana do Castelo apresentam uma relativa tendência de decréscimo demográfico, com um processo de envelhecimento populacional e diminuição de natalidade.

3.2. Atividade económica: alguns indicadores

Presentemente existem 4 zonas e parques empresariais em Viana do Castelo - Parque Empresarial da Praia Norte; Parque Empresarial da Meadela; Parque Industrial de Lanheses e Zona Industrial do Neiva - nos quais se encontram sedeadas algumas das empresas existentes no concelho. É significativa a multiplicidade de iniciativas empresariais bem-sucedidas nas diversas freguesias que perfazem o território vianense, tanto ao nível da indústria como do comércio e dos serviços. Efetivamente, para além das emblemáticas e reputadas empresas vianenses – de entre as quais: os ENVC - Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.; a Enerconpor - Energias Renováveis de Portugal Sociedade Unipessoal Lda.; a Europac Kraft Viana, S. A. e a Europac Energia Viana, S.A. – existe, no concelho de Viana do Castelo um vasto e diversificado leque de pequenas e médias empresas que, nas diversas zonas industriais do concelho, que criam riqueza e contribuem para o crescimento do produto e do poder de compra dos vianenses.

Como tecido empresarial, o concelho em 2018 conta com um total de 10 185 empresas não financeiras, das quais 10 174 (99,9%) são PME (INE/PORDATA, 2020), com uma densidade empresarial

média de 31,9 empresas por km². Quanto ao saldo de importações e exportações de bens, Viana do Castelo em 2019 apresenta um saldo preliminar positivo de 268.961.418 euros (INE/PORDATA, 2020).

Ao nível do setor dos transportes, o concelho beneficia da existência de infraestruturas rodoviárias, ferroviárias e portuárias, embora desarticulados. Em relação ao transporte ferroviário tem-se assistido a uma secundarização da linha do Minho para Viana do Castelo e Valença, e a nível de transportes urbanos, no Alto Minho, incluindo Viana do Castelo, denota-se uma lógica territorial e por município, desarticulação intermunicipal não só dentro da NUTS Alto Minho mas também entre NUTS Alto Minho/Cávado-Ave, com enormes transtornos de mobilidade e até isolamento, para além dos impactos económicos, sociais e ambientais, principalmente para as populações de localidades mais periféricas (Cardoso, 2020)²⁶.

No que concerne à rede viária vianense, a rede fundamental que estabelece a ligação do concelho de Viana do Castelo ao resto do País é composta pelas seguintes vias principais: A28, desde o Porto a Lanhelas, passando por Viana do Castelo; A27, entre Viana do Castelo e Ponte de Lima. Adensam esta rede viária, cinco estradas regionais (a saber: ER13; ER202; ER203; ER305 e ER308) e o conjunto de estradas e caminhos que, no seu todo, formam a rede municipal.

Analisemos agora o índice do poder de compra (Ipc) *per capita* (%) no município de Viana do Castelo em comparação com Lisboa e Porto e com a média do país. Tomemos nomeadamente os anos 2011 e 2017, onde se constata o valor de 93,1% para os dois períodos (2011 e 2019), situando-se abaixo da média nacional (índice 100), valores esses que evidenciam que em média o poder de compra é desigual em relação à média do país ou quando comparados com grandes centros urbanos, nomeadamente o concelho de Lisboa (219,6%) e do Porto (157,8 %), em 2017.

A norte do Porto, e a nível da NUTS Alto Minho, da qual Viana do Castelo faz parte, são basicamente as cidades mais litorais do norte do país, as que, para além de reterem quase 80% da população, continuam sendo polos de atração e veículos de indução de crescimento económico, em contraposição a outras cidades e vilas do interior, que se confrontam com uma desertificação progressiva, e uma regressão por parte de espaços rurais de perda demográfica e económica (com 40% dos centros urbanos com dimensões de 2000 a 5000 habitantes). A tendência de perda é tanto maior quanto mais avançamos para áreas do interior do Minho e, em particular, do Alto Minho (cf. Silva e Cardoso 2003:203; e Cardoso 2012).

²⁶ Contudo, é de assinalar positivamente a eletrificação da linha do Minho, entre Nine e Viana do Castelo, e mais recentemente, e em curso, a eletrificação do troço entre Viana do Castelo e Valença.

A ausência de indústrias de ponta, assim como a baixa diversificação industrial na região minhota, principalmente na NUTS Alto Minho, agravada por outros problemas como a baixa produtividade, a falta de criatividade e a “pulverização” dos sectores das indústrias transformadoras (Cardoso, 2020:7) debilitam a economia da região, tornando-a altamente vulnerável a impactos externos.

3.3. Imigração

Seguindo a tendência do país que, durante séculos, se caracterizou por ser um país de emigrantes, também o concelho de Viana do Castelo sentiu as marcas deste movimento, principalmente as freguesias do interior e de montanha, que foram perdendo população, muito por via dos fluxos migratórios. Contudo, e a par do que se verificava ao nível nacional, embora com menor expressão, no final do século XX e princípio do século XXI, Viana do Castelo tornou-se também local de destino de população estrangeira, oriunda dos países lusófonos, principalmente do Brasil e de países do leste europeu, tal como estava a acontecer no país e na Europa.

Não sendo marcadamente um território de destino de imigrantes, o concelho de Viana do Castelo acolheu, nesta altura, um número significativo de nacionais de países terceiros, que, pela diversidade de nações que representavam e consequente diversidade cultural, evidenciou a necessidade de se criarem estratégias de apoio à sua integração na comunidade. Refira-se que, no início do século XX, não existia nenhuma ONG, ou associação de imigrantes, nem a própria autarquia dispunha de um programa, projeto ou medida direcionados especificamente para esta população. Daí que, aquando da criação da Rede CLAIM pelo ACM, em 2003, desde logo tenha aderido a esta Rede, através de uma instituição da sociedade civil – a Cáritas Diocesana de Viana do Castelo – que, já tendo uma prática no domínio das migrações, através do Secretariado Diocesano da Mobilidade Humana, se propôs desenvolver uma política de acolhimento e integração mais próxima da população, cumprindo as orientações legislativas e promovendo outras estratégias com este propósito.

Apesar da evidência e dos números estatísticos indiciarem algum movimento de entrada de imigrantes no concelho, seguindo a tendência do país como atrás já referimos, não se pode afirmar que os números fossem consideravelmente expressivos, pelo que a Cáritas de Viana do Castelo (CDVC), sendo uma instituição de âmbito distrital, decidiu implementar este centro dando cobertura a todo o distrito, por não existirem outras estruturas, nem mesmo por parte das autarquias, com esta resposta. Como já atrás se referiu, o país não estava preparado para responder a esta vaga migratória

repentina e multifacetada, muito menos as instituições locais, nomeadamente as autarquias, que iam respondendo de forma desarticulada, carecidas de formação e informação e de recursos humanos preparados para acolher uma população tão diversa, que acarretava um sem número de problemas de resolução complexa.

Diríamos que a Cáritas Diocesana de Viana do Castelo foi a instituição impulsionadora das políticas locais de integração de imigrantes no Alto Minho, ao responder ao desafio do ACM, no sentido da implementação do CLAIM e, ao mesmo tempo, envolvendo e sensibilizando as instituições locais neste processo, de forma a responder às necessidades emergentes resultantes de um fenómeno novo e complexo, com impacto nos territórios a vários níveis e que carecia de respostas imediatas. Desde a sua abertura em 27 de março de 2003 e o final de 2019, o CLAIM de Viana do Castelo tinha registado 6502 atendimentos, por onde passaram seis mediadores. Considerando a importância de um serviço como este e o seu empenho na promoção do ser humano e no desenvolvimento da ação sociocaritativa da Igreja, a Cáritas Diocesana tem feito um esforço para assegurar este apoio aos migrantes, mantendo o CLAIM em funcionamento, centrando a intervenção no acolhimento e integração dos migrantes.

Numa primeira fase, este centro local respondia às necessidades prementes, nomeadamente no apoio nos processos de regularização, na procura de trabalho e habitação, no encaminhamento para as instituições de saúde, de ensino e da área social, nos processos de legalização, e de reagrupamento familiar, na aquisição de nacionalidade, retorno voluntário, entre outras questões do quotidiano. Numa segunda fase, havia que promover a integração efetiva desta população na comunidade de acolhimento, de forma consertada, pelo que foi estabelecido um protocolo, ainda que de forma informal, com a autarquia de Viana do Castelo, no sentido de uma maior articulação na resposta às necessidades dos NPT. Com este propósito, em 2005, juntaram-se a estas duas instituições – Câmara Municipal e Cáritas Diocesana – representantes de outras instituições locais e das comunidades de imigrantes mais representativas no concelho²⁷, formando um grupo de trabalho, na altura designado de “Equipa dos Migrantes”, atualmente designada de “Equipa para as Migrações”, que se propôs desenvolver um conjunto de ações, centradas em projetos e atividades culturais,

²⁷ As duas escolas secundárias da cidade de Viana do Castelo, Monserrate e Sta. Maria Maior, a Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, o Instituto de Segurança Social, o Gabinete de Apoio à Família (GAF) e representantes das comunidades de imigrantes mais representativas, do Brasil e Cabo Verde.

recreativas, desportivas e de lazer, direcionados à população migrante e comunidade de acolhimento, com o objetivo de promover a coesão social.

Tal como aconteceu no resto do país, com a crise económica de 2008, o concelho de Viana do Castelo foi perdendo, não só população autóctone, por via da emigração jovem rumo a outros países da Europa, mais atrativos em termos de condições laborais e salariais, como também pelo retorno de alguns destes migrantes para os seus países de origem ou outros países europeus. A par da crise, refira-se que o perfil económico do concelho ²⁸, com predomínio no setor terciário e nas microempresas, não o tornava uma região atrativa ao nível do mercado de trabalho, o que, só por si, poderia condicionar a fixação dos imigrantes ativos. No entanto, este não se constituiu como um fator de retrocesso em relação às estratégias de apoio à integração, já que as mesmas foram sendo desenvolvidas de forma sistemática, de acordo com os movimentos migratórios que iam acontecendo, de tal forma que a autarquia começou a assumir um papel fundamental na integração desta população, alargando os procedimentos para outro tipo de respostas, nomeadamente o apoio ao empreendedorismo, o aperfeiçoamento da língua portuguesa em complemento ao *Português Para Todos* (PPT)²⁹, a organização de ações destinadas à sensibilização da opinião pública, entre outras.

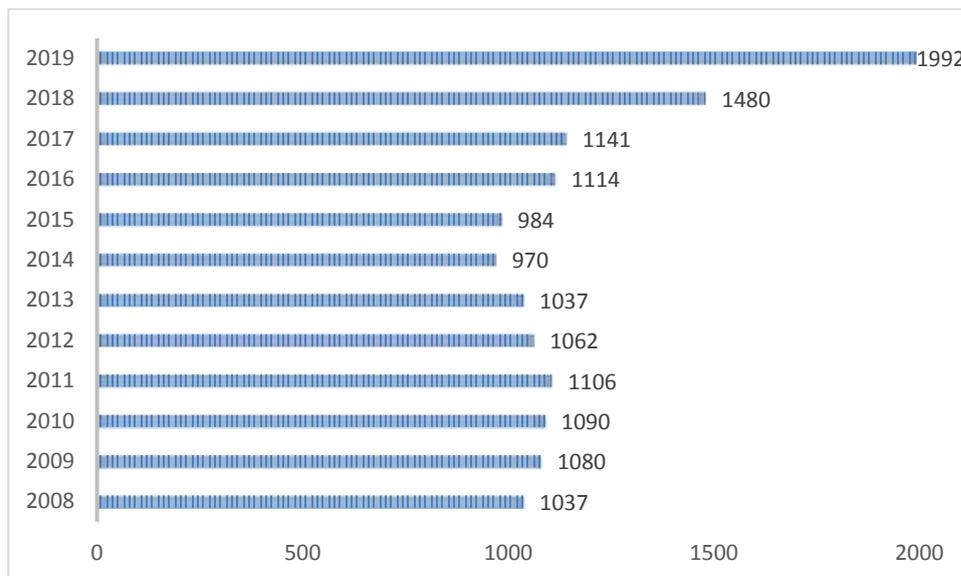
A partir de 2014, o concelho de Viana do Castelo, seguindo a tendência do que se verificava no país, começou a evidenciar um aumento gradual do volume de imigrantes, embora lento, dadas as razões atrás apontadas. Segundo os dados do INE, em 2016 residiam no concelho 1 114 migrantes de 63 nacionalidades, dos quais 640 eram oriundos de países terceiros, sendo as cinco comunidades mais representativas no concelho a brasileira, a ucraniana, a chinesa, a cabo-verdiana e a angolana. Em 2018 (SEF, 2018), já se contabilizavam 1 480³⁰ imigrantes no concelho, de 73 nacionalidades, dos quais 887 NPT, oriundos do Brasil, Ucrânia, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e China e em 2019 verificou-se um aumento de 25,7% (1 992) de imigrantes, em relação a 2018, de 79 nacionalidades, sendo que, destes, 1 334 são NPT, conforme se pode verificar na Figura 2.

²⁸ Diagnóstico social do concelho de Viana do Castelo

²⁹ Programa do Ministério da Educação, ministrado nas Escolas Secundárias e IEFP

³⁰ O distrito de Viana do Castelo, em 2018, contava com 3 706 migrantes (SEF, 2018)

Figura 2 - Evolução da população estrangeira em Viana do Castelo 2008-2019



Fonte: SEFSTAT-Portal de estatísticas

De referir, também, que o concelho começa a apresentar-se como um interessante território de destino, motivado por um conjunto de razões que o tornam atrativo para um leque variado de pessoas, nomeadamente: *i)* a evolução do perfil económico do concelho, que nos últimos anos viu crescer o investimento no seu tecido industrial nomeadamente na área da energia eólica e da indústria naval, com a implantação de novas indústrias distribuídas por três polos industriais. Estas indústrias, a par de outras ligadas ao setor dos componentes automóveis, recentemente instaladas, bem como o aumento do turismo, vieram absorver um grande volume de mão-de-obra, ao qual os residentes não tinham capacidade de responder, pelo que se apresentou como uma oportunidade de integração no mercado de trabalho para os migrantes laborais; *ii)* a oferta formativa disponibilizada pelo Instituto Politécnico e também pelo ensino profissional que atraiu, sobretudo, jovens africanos dos países de língua portuguesa, principalmente de S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné Bissau; *iii)* a emergência de algumas vantagens fiscais destinada a residentes não habituais, que se mostrou bastante apelativa nomeadamente para cidadão europeus reformados, atraídos pela qualidade de vida, a tranquilidade e a segurança oferecidas por uma cidade de média dimensão como é o caso da cidade de Viana do Castelo. Há que referir, ainda, os imigrantes que, cumprindo os critérios do reagrupamento familiar, são também contabilizados neste crescente aumento no concelho, nomeadamente os imigrantes oriundos da Venezuela.

Perante esta conjuntura, ficou mais evidente a necessidade de se estruturar uma política local que, além do estabelecimento de diferentes respostas para diferentes necessidades também correspondesse às metas propostas pelo Governo, no âmbito do PEM. Neste sentido, o Município de Viana do Castelo foi um dos 21 municípios que, em 2015, se propôs conceber o Plano Municipal para a Integração de Imigrantes (PMIIVC) para o período 2015-2017. Para a operacionalização deste Plano foram envolvidos 28 parceiros dos setores público, privado e associativo, tendo como meta a operacionalização de 71 medidas de integração, distribuídas por 12 áreas de intervenção.

Embora algumas destas metas não tenham sido totalmente atingidas, o balanço do PMIIVC foi muito positivo, já que outras foram largamente superadas, nomeadamente no que toca à integração no mercado de trabalho, onde foi possível empregar um número significativo de NPT, bem como no que se refere ao lazer e à cultura, cujas atividades desenvolvidas contribuíram, em grande medida para o fomento da coesão social, da interculturalidade e, conseqüentemente da efetiva integração na comunidade de acolhimento.

Tendo em conta os resultados do PMIIVC e a evidência da necessidade de se dar continuidade às políticas de acolhimento e integração de migrantes, o Município de Viana do Castelo, candidatou-se ao FAMI, para a conceção do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Viana do Castelo (PMIMVC) para o período 2018-2020 e que, a exemplo do Plano anterior, se baseia nos eixos do PEM e no diagnóstico local, cuja conclusão está prevista para Agosto de 2020. Contudo, face às bem sucedidas práticas na área de integração de migrantes no concelho de Viana do Castelo, o município decidiu apresentar uma nova candidatura para dar continuidade às ações que tem vindo a desenvolver no sentido não só, de um bom acolhimento e integração dos migrantes na comunidade, como tornar o concelho num território onde a diversidade e o diálogo intercultural seja uma realidade.

CAPÍTULO IV

Algumas considerações de ordem metodológica

Explanadas as linhas teóricas e as vertentes da problematização que fundamentam esta investigação, será agora pertinente apresentar os principais pontos que constituíram a orientação metodológica da mesma. Tendo em conta que o Município de Viana do Castelo concebeu e implementou dois Planos de integração de migrantes, nos últimos 5 anos, seguindo uma abordagem *bottom-up* e tendo por base diagnósticos locais participados, que envolveram migrantes e instituições locais públicas e privadas, a escolha da metodologia para a concretização deste estudo, apresentou-se como um desafio, já que a investigação exige uma atitude científica por parte da equipa de investigadores que procura romper com as explicações do senso comum, bem como com a informação não validada. *“Daí a importância da rutura, que consiste precisamente em romper com os preconceitos e as falsas evidências que somente nos dão a ilusão de compreender as coisas. A rutura é, portanto, o primeiro ato constitutivo do procedimento científico”* (Quivy, 1992, pp. 25).

Assim, foi estabelecido como objetivo principal desta investigação, o desenvolvimento e a evolução das políticas públicas e locais de integração dos cidadãos NPT, no concelho de Viana do Castelo, sendo que os objetivos específicos serão os seguintes: i) Identificar e caracterizar sumariamente os vários períodos históricos, principalmente a última década, que marca a presença de comunidades imigrantes em Viana do Castelo; ii) Referenciar a importância das comunidades imigrantes nas dinâmicas locais de desenvolvimento e de transformação da cidade de Viana do Castelo; iii) Retratar as comunidades imigrantes, dando conta: das condições de trabalho; das formas de organização do trabalho; e das práticas de afirmação e integração; iv) Descrever e analisar o quadro de vida local dos imigrantes, incidindo sobre: as condições de habitação, trabalho, transportes, escola/formação, saúde, aspetos culturais e de tempos livres, dificuldades ou não no relacionamento com as instituições e serviços, problemas sociais, em geral, e as redes sociais dos imigrantes.

Para que a informação fosse a maior possível, um dos métodos eleitos para este estudo baseou-se na observação direta, realizada essencialmente nos diversos contextos do fenómeno da imigração em Viana do Castelo. Procurou-se ter em consideração que *“...os métodos de observação direta constituem os únicos métodos de investigação social que captam os comportamentos do momento em que eles se produzem e em si mesmos ...”* (Quivy, 1992, pp. 197).

Por outro lado, para que o estudo resultasse o mais completo possível, foram acrescentados à observação direta, a análise documental – numa dupla vertente de dados estatísticos a nível nacional e local e documentos de forma textual – os inquéritos por questionário, as entrevistas, para além do contacto com informantes privilegiados dos cidadãos NPT residentes no concelho de Viana do Castelo.

Não esquecendo que através da entrevista “(...) *o interlocutor do investigador exprime as suas perceções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas experiências...*” (Quivy, 1992, pp. 193), optou-se pela entrevista semi-diretiva ou semi-dirigida onde, através de um conjunto de perguntas-guia, procurou-se entrevistar personalidades integradas em instituições fulcrais para as políticas de acolhimento e integração de imigrantes no concelho de Viana do Castelo.

De entre os variados representantes das entidades responsáveis pela política local de integração de imigrantes, privilegiou-se, em primeira análise, a entrevista semi-estruturada a doze representantes das seguintes entidades: Segurança Social, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Escola Secundária de Monserrate (professora de *Português para Todos* e diretor da Escola Secundária de Monserrate), União das Freguesias de Viana do Castelo, Junta de Freguesia de Chafé, Centro Dramático de Viana, Centro Local de Apoio aos Imigrantes da Cáritas Diocesana, Adecco Portugal em Viana do Castelo, Gabinete de Atendimento à Família e Methamorphys- Casulo Abrigo. Foram igualmente efetuadas entrevistas a cinco cidadãos NPT das comunidades de imigrantes mais representativas (Brasil, Venezuela e S. Tomé e Príncipe) no concelho de Viana do Castelo –, enquanto plataforma representativa.

A realização deste programa de trabalhos tem como pano de fundo a teoria ancorada (Grounded Theory) na medida em que a mesma permite “ [...] fechar a lacuna entre teoria e pesquisa empírica; propor padrões e procedimentos mais adequados para a descoberta da teoria; e validar a pesquisa qualitativa como método adequado e específico designado para gerar uma teoria” (Glaser e Strauss [1967], citado em Garque; 2007, pp.107; Charmaz, 2014). A teoria ancorada permite construir uma teoria a partir da observação específica do fenómeno, justificando a opção expressa no programa de trabalhos pelas metodologias qualitativas para além do inquérito por questionário. Portanto, a recolha de dados, a sua análise e a teoria possuem relação recíproca entre si.

Paralelamente, foram aplicados duzentos inquéritos por questionário a cidadãos NPT (cento e treze do sexo feminino e oitenta e sete do sexo masculino), residentes no concelho de Viana do Castelo, representativos da população global de imigrantes neste concelho, com o fim de proceder a inferências e generalizações.

O inquérito é uma das técnicas a que os cientistas sociais mais recorrem (Foddy, 1996, pp.1-2). Consiste numa interrogação sistemática de um conjunto de indivíduos, normalmente representativos de uma população global, com o objetivo de promover a inferências e generalizações. Decidiu-se pelo inquérito porque se nos afigurou uma técnica realmente vocacionada para estudos de grande escala. Aparentemente fácil e simples de aplicar, relativamente rápido, padronizado e rotinado, prodiga dados comparáveis e generalizáveis, passíveis de análises quantitativas. Esta conjugação de características explica, em boa parte, o sucesso desta técnica de investigação, que enferma, contudo, de alguns inconvenientes e limitações, pouco reconhecidos, mas nem por isso menos reais. O inquérito, através do recurso à amostragem, gera um efeito de atomização: as informações recolhidas através das pessoas inquiridas são obtidas de forma independente dos contextos e das redes a que pertencem (Silva, 1986, pp. 165-195). Torna-se indispensável proceder a uma crítica das funções das técnicas na prática de investigação. Elas podem conduzir a privilegiar certos objetos de análise em relação a outros: bastará lembrar que muitos inquéritos realizados são de carácter local (e não nacional), atomístico (e não contextual) e instantâneo (e não dinâmico). Daqui resulta que determinadas variáveis relevantes são escamoteadas da análise; aquelas que se situam a nível global, as que têm de ser referenciadas a elementos coletivos (e não puramente individuais) e as que respeitam a processos que ultrapassam o curto prazo ou que remetem para transformações do próprio sistema social (Lima, 1981, pp. 108).

O inquérito depende das respostas das pessoas, cuja veracidade não é nem evidente nem garantida. Este facto introduz um perpétuo coeficiente de incerteza quanto à validade dos resultados, por mais sofisticados que se asseverem a recolha, o processamento e a análise. Pressupõe ainda, amiúde, capacidades que os inquiridos de facto não têm, ou então que delas dispõem de um modo muito desigual, tais como as competências de verbalização e de autoanálise. Daqui decorre a importância vital da testagem, pelo que foi implementada na fase exploratória do inquérito, um preteste de modo a detetar algumas incorreções e redundâncias.

Em relação às entrevistas, foram elaborados dois guiões de entrevista (Anexo I, Anexo II e Anexo III) com perguntas orientadoras aos objetivos propostos.

Na elaboração do nosso inquérito por questionário (Anexo IV) optou-se por questões fechadas, questões abertas e questões semiabertas. As questões fechadas propõem um leque de respostas previamente fixadas cabendo ao inquirido assinalar uma ou várias das opções propostas, consoante se trate de respostas simples ou múltiplas. Escolhemos preferencialmente este tipo de questões na

medida em que, quando bem elaboradas, as questões fechadas são fáceis de compreender, preencher, tratar, interpretar e quantificar, não carecendo de análise de conteúdo. Optámos igualmente por uma questão semiaberta, em que as principais respostas são previstas tal como uma questão fechada. Mas, para além destas, os inquiridos podem escolher responder a uma resposta livre, à maneira de questões abertas. As questões abertas acabam por reunir tanto as virtudes como os defeitos, quer das questões abertas quer das questões fechadas. O nosso questionário não ficaria completo se não incluíssemos questões abertas, em que as respostas não estão fixadas de antemão, sendo o inquirido livre de responder nos modos e nos termos que lhe aprouver no espaço reservado para o efeito. São questões importantes porque quando corretamente elaboradas, as questões abertas permitem-nos obter informações sobre vastos domínios. Ajustam-se à abordagem de temas delicados e tornam-se imprescindíveis sempre que não é possível prever o elenco das respostas possíveis.

As questões incidiram sobre factos e sobre opiniões. Esta técnica permitiu o acesso a um elevado número de informações sobre os indivíduos. Embora com alguns limites, possibilitou o estudo sistemático das atitudes, das opiniões, das preferências e/ou das representações. Com efeito, o inquérito através do recurso à amostragem permite que as informações recolhidas através das pessoas inquiridas, sejam obtidas de forma independente dos contextos e das redes a que pertencem.

Tendo em consideração que existem dois grandes tipos de amostras (as representativas e as não representativas) optou-se por uma amostra representativa na medida em que esta consubstancia uma réplica do universo, aproximando-se das suas propriedades e parâmetros. Assim, procurando salvaguardar a aleatoriedade da seleção dos elementos a par da comparação entre estratos do universo (no caso, as diversas comunidades imigrantes presentes no concelho de Viana do Castelo), privilegiou-se a amostragem por grupos. As amostragens aleatória simples e estratificada prestam-se a uma visão demasiado atomizada face aos objetivos desta investigação, pelo que a solução para contornar esse inconveniente residiu na amostragem por grupos (nacionalidades), devido à ausência de uma base de amostragem imediata relativamente aos imigrantes residentes no concelho de Viana do Castelo, Neste caso a extração não incidiu sobre os próprios elementos, mas sobre agrupamentos, sobre conjuntos de elementos das diversas nacionalidades. Estes agrupamentos foram ditados pelos próprios objetivos do plano da investigação.

CAPÍTULO V

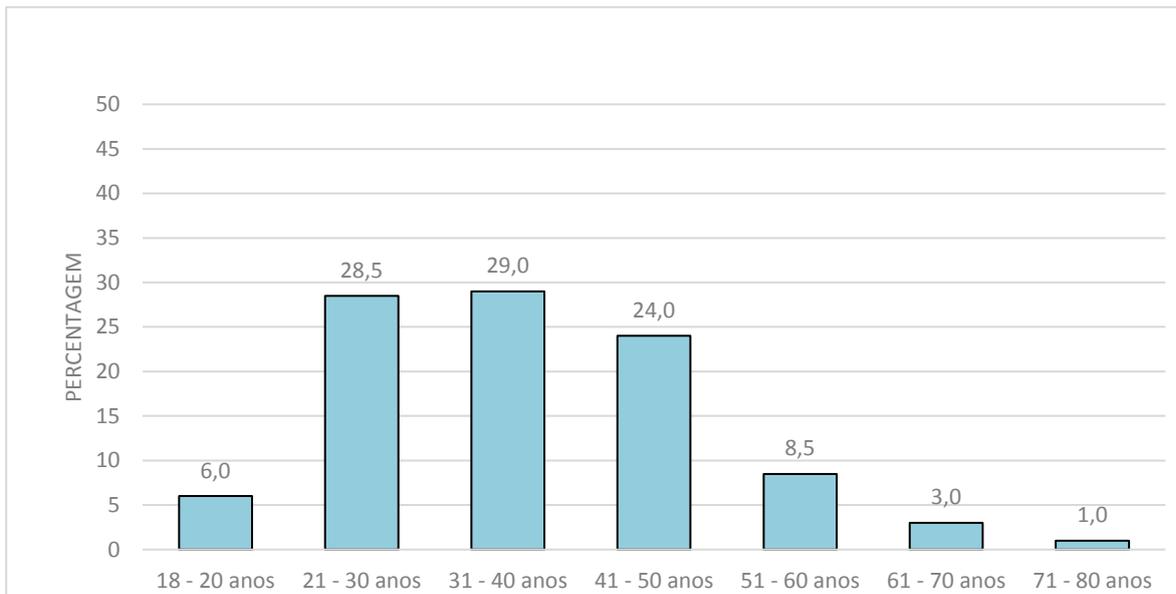
Imigrantes em Viana do Castelo: perfis e modos de vida

Após a apresentação da evolução dos fluxos mais recentes da população imigrante a residir em Portugal, especialmente no município de Viana do Castelo, e de uma forma sintética a referência às políticas de imigração desenvolvidas nas últimas duas décadas, não só a nível do país mas também de intervenção local (no capítulo II), e após algumas considerações metodológicas pensadas para este estudo (capítulo IV), pretende-se neste capítulo apresentar, em termos globais, os principais resultados decorrentes de uma parte mais empírica, nomeadamente sobre a estrutura sociodemográfica das comunidades imigrantes do concelho de Viana do Castelo, a partir das quais este estudo teve a razão de ser desenvolvido. Recolheu-se informação sobre a composição familiar, modos de vida, habitação, causas da migração, emprego, saúde, aspetos de educação/formação, cultura e integração na comunidade, para além dos aspetos de relacionamento com entidades e serviços públicos, entre outras.

5.1. Caracterização da população inquirida

Começando pela caracterização da população inquirida, verifica-se que, na amostra constituída por 200 NPT, o sexo feminino está representado em 55,5% muito embora, na totalidade de imigrantes a residir em Viana do Castelo, predomine o sexo masculino, como, aliás, acontece no país. As idades variam entre os 18 e os 80 anos, sendo que o grupo etário predominante está situado entre os 21 e os 40 anos, logo seguido pelo grupo etário dos 41 aos 50 anos, o que significa que uma grande parte da população inquirida se encontra em idade ativa, conforme se pode verificar no Figura 3.

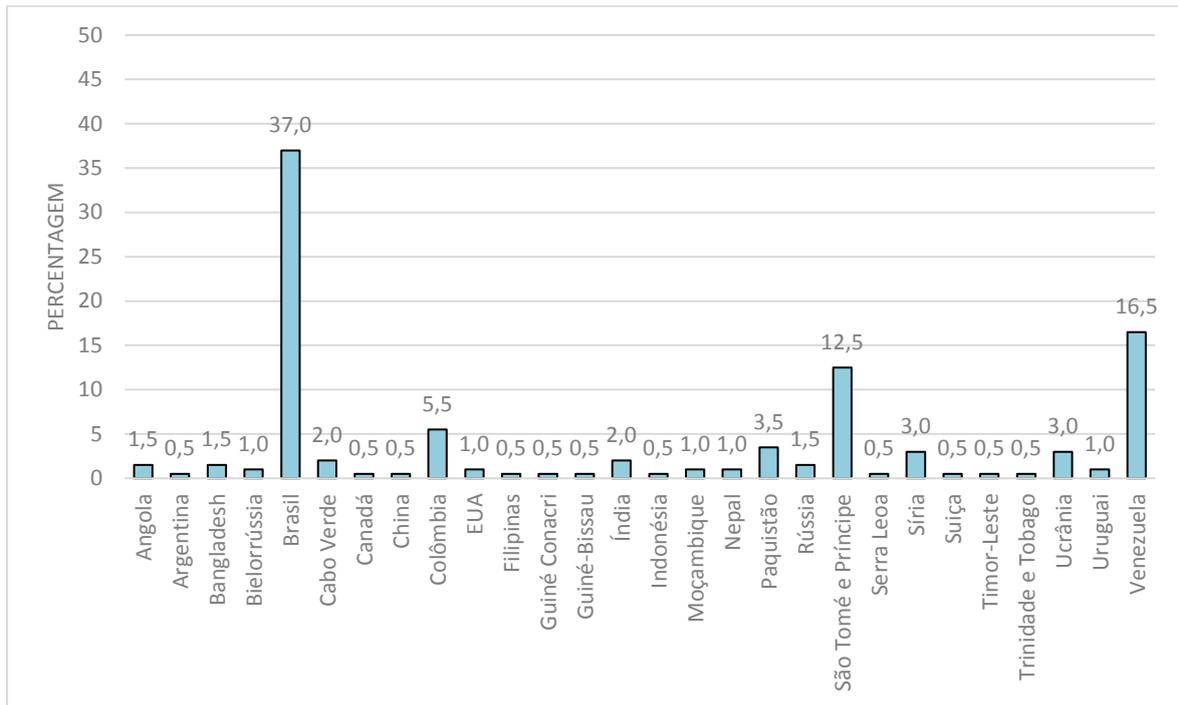
Figura 3 - Grupo Etário dos inquiridos



No que concerne à idade da maior parte dos imigrantes que escolheram Viana do Castelo para residir, em que mais de 80% se apresenta em idade ativa, entre os 21 e os 50 anos, com capacidade laboral, e tendo também em conta a sua formação, levanta, obviamente, logo à partida, a questão de considerar em termos de custos e benefícios entre o país de origem e o país/região de acolhimento, quem beneficia de tal situação tendo em conta a tendência de quebra demográfica que Portugal tem evidenciado na sua pirâmide etária. Ou seja, existe a potencialidade de renovação demográfica por via das políticas de imigração, tendo em conta a predominância de grupo etários relativamente jovens entre a população migrante.

Relativamente ao país de origem dos inquiridos, verifica-se que são oriundos de 28 países, sendo que as mais representativas são a nacionalidade brasileira, com 37% dos inquiridos, seguida da venezuelana (16,5%), da são-tomense (12,5%), da colombiana (5,5%) e da ucraniana (3%), conforme Figura 4.

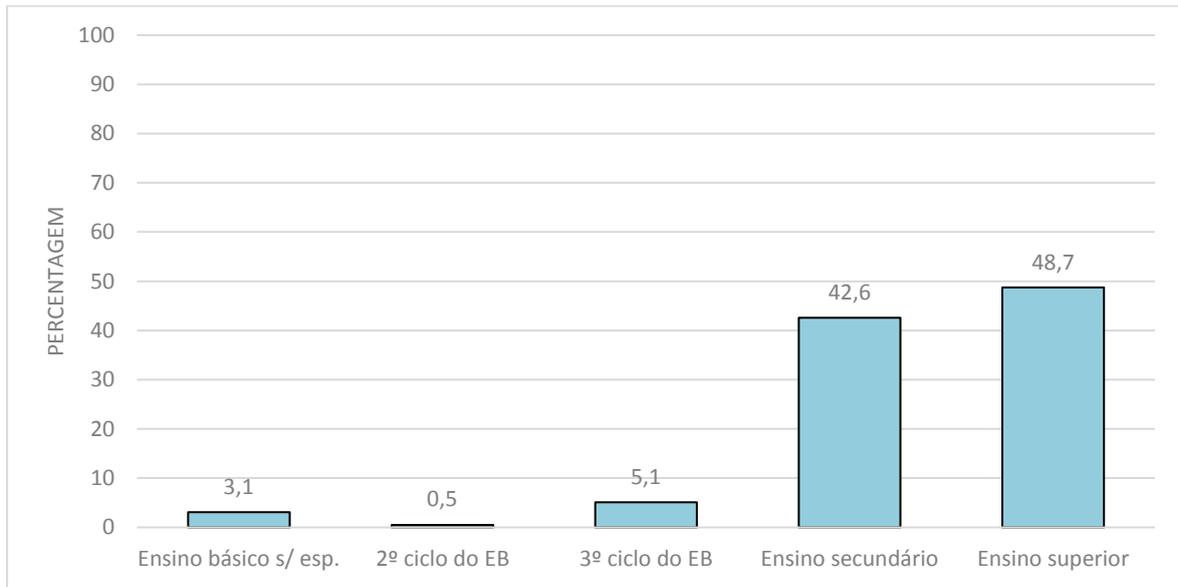
Figura 4 - Nacionalidade dos inquiridos



No que se refere ao estado civil dos inquiridos, 49,5% é casado ou vive em união de facto, imediatamente seguidos pelos solteiros com 41,5% dos inquiridos.

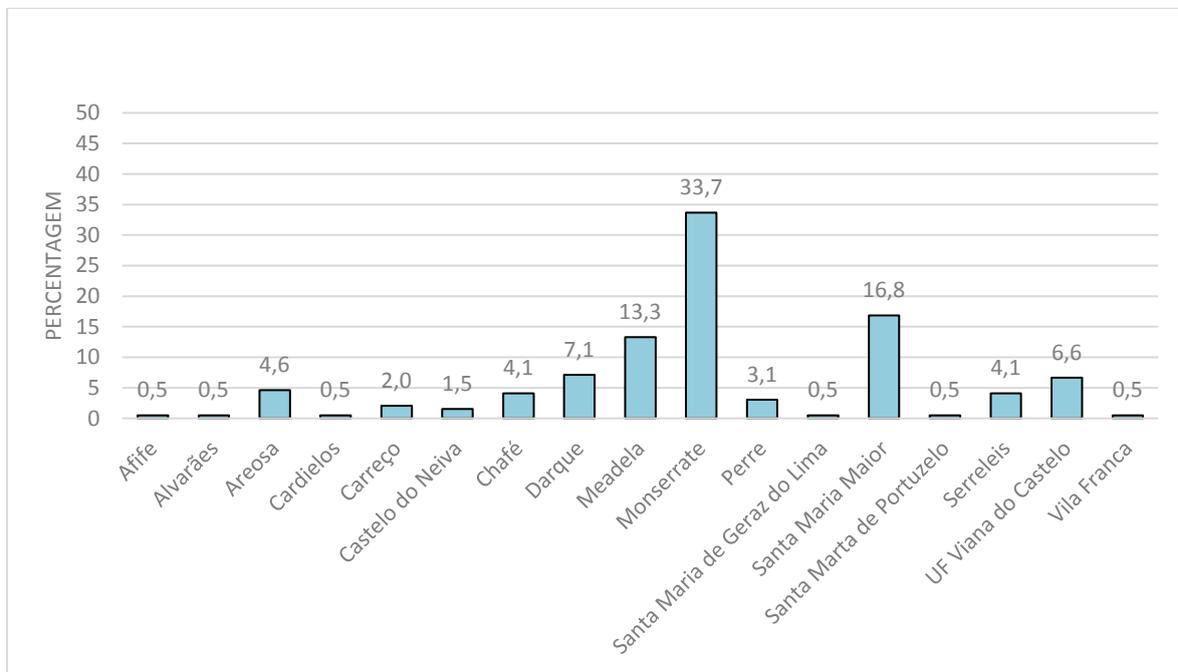
Tal como é possível verificar no Figura 5, no que diz respeito ao grau de escolaridade dos inquiridos, podemos dizer que o mesmo é relativamente elevado, já que metade dos inquiridos (48,7%) possui o ensino superior, enquanto 42,6% possui o ensino secundário. Apenas uma minoria apresenta um grau de escolaridade mais baixa, o que nos leva a concluir que, de certa forma, se reforça a ideia de que Portugal, não apresentando um nível de desenvolvimento equiparável aos grandes países da Europa, possui outros fatores de atração que contribuem para uma diversificação significativa nos perfis da população migrante que escolhe Portugal como país de destino.

Figura 5 - Grau de escolaridade dos inquiridos



A maior parte dos inquiridos vive na União de Freguesias de Viana do Castelo (Meadela, Monserrate e Sta. Maria Maior), com predominância da freguesia de Monserrate (Figura 6), ou seja, na área urbana da cidade.

Figura 6 - Freguesia de residência



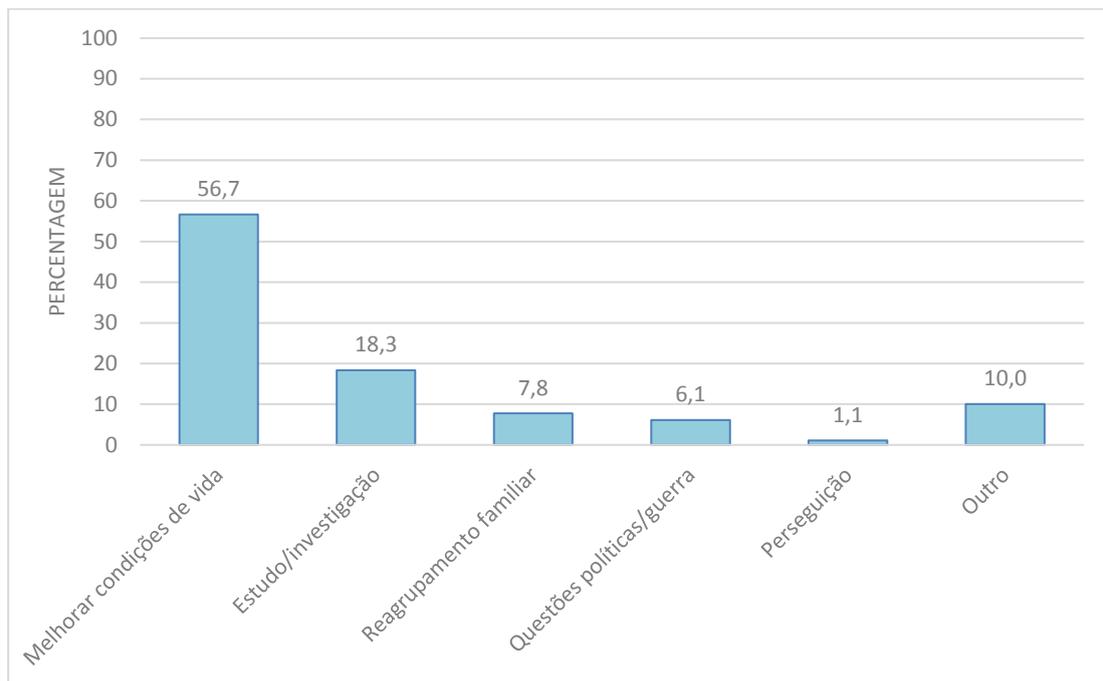
Não é de estranhar que assim aconteça, uma vez que é na cidade onde se encontram as maiores oportunidades de emprego e, também, onde se encontrará maior disponibilidade de alojamento, embora o alojamento, ou melhor, a falta dele, como poderemos verificar mais à frente, se tenha revelado um obstáculo à fixação de imigrantes no concelho. As características construtivas da freguesia de Monserrate, onde se verifica a maior densidade de construção da cidade e, por consequência, onde se podem encontrar os alojamentos a preços mais acessíveis, contribuem, também, para uma maior concentração de imigrantes, tal como se pode verificar na referida Figura.

5.2. Imigrar: motivos, escolhas e estatuto de residência

Já largamente foi referido aqui que os processos migratórios são fenómenos ligados às sociedades humanas já referenciados nas narrativas bíblicas do Antigo Testamento, a propósito da saída do povo hebreu do Egito para a Terra Prometida ou as deslocações de pessoas entre países ou continentes como aquelas que atualmente se processam, de vagas de homens, mulheres e crianças provenientes de África, das Américas e da Ásia, com destino à Europa e que têm na sua génese as guerras, catástrofes naturais, fome, dificuldades económicas ou perseguições por motivos políticos, religiosos, étnicos e de género. Há que referir, ainda, a própria vontade de mudar de país sem ser por algum motivo específico, mas apenas pela vontade de conhecer novas culturas e territórios, ou seja, as motivações para mudar de país.

Melhorar as condições de vida (56,7%) e estudar (18,3%) foram as principais razões que motivaram os inquiridos a sair do seu país de origem, em direção a Portugal, embora as questões políticas e de guerra (6,1%) e o reagrupamento familiar (7,8%) tenham também “pesado” nessa decisão para alguns dos inquiridos (Figura 7).

Figura 7 - Motivo da migração

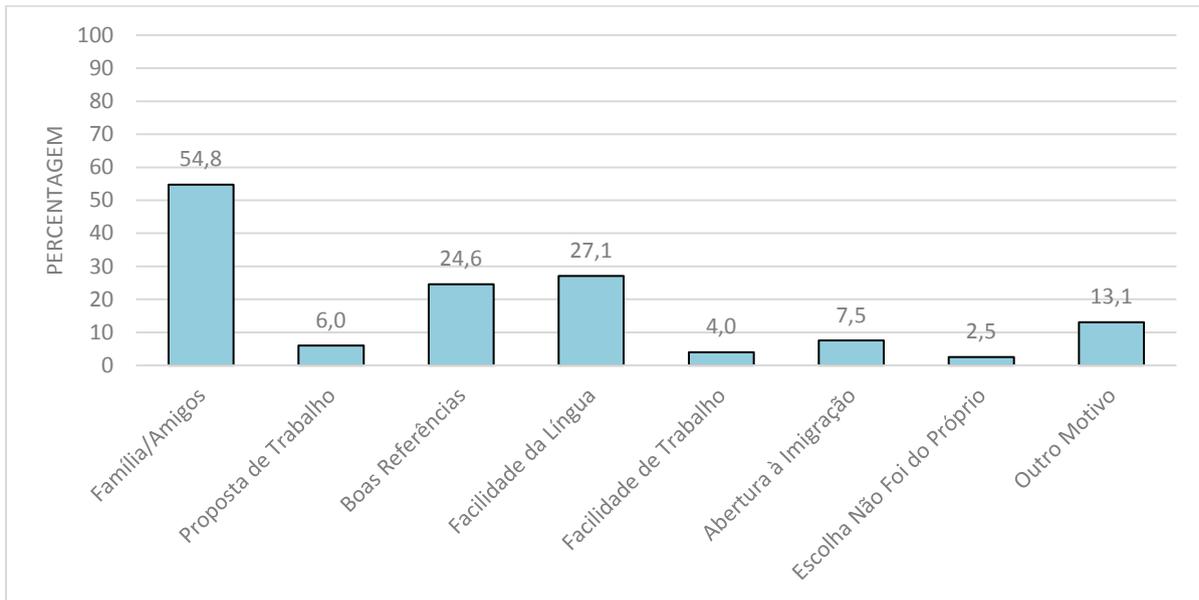


Alguns que não referiram nenhum destes motivos, foram afirmando que saíram do seu país de origem porque *“casei-me com um português e decidi vir com ele para cá”*, ou porque *“queria viver num país sossegado”*, ou seja, por questões de segurança e por possuir poder económico para tomar tal decisão, ou ainda porque *“queria trabalhar noutra país”*, o que remete para a vontade individual como única razão da imigração.

Quando se decide sair do país de origem e escolher outro país para viver e trabalhar, pensamos que haverá forte motivos que determinam essa escolha, pelo que nos interessou conhecer quais os fatores que os inquiridos apontavam para escolher Portugal como país de destino (Figura 8)

A esta questão, 39,2%, dos inquiridos respondeu que foi o facto de ter família ou amigos a viver em Portugal que mais pesou na sua decisão. Já para 19,4% foi a facilidade da língua e ter boas referências do país foi o motivo apontado por 17,6% dos inquiridos.

Figura 8 - Motivos para escolher Portugal



Outras razões relacionam-se com propostas de trabalho, facilidade em arranjar trabalho e abertura à imigração (12,6%), existindo ainda 1,8% que referem não ter sido uma escolha do próprio, 9,4% especificam outros motivos, entre os quais, o curso que pretendiam fazer, a segurança, o clima, a organização familiar, apreço pelo país e pelos portugueses. Verifica-se, ainda, referência ao facto de não ter outra opção. Pensamos que estamos perante um caso de “recolocação”, em situação de proteção internacional subsidiária.

Se na decisão de escolha de Portugal como país de destino foram tidos em conta determinados fatores considerados como mais importantes, interessou-nos perceber se a região de Viana do Castelo estava já incluída, logo à partida, nesses fatores ou se, pelo contrário, foi algo que aconteceu, apenas, após a entrada dos inquiridos no país. As razões mais apontadas são: as características da cidade (onde se inclui o facto de ser uma cidade pequena, calma, com infraestruturas e limpa) com 49,6%; a família, referida por 35,2%, reportando-se às raízes familiares ou à presença da família na região; as questões relacionadas com o emprego/trabalho mencionadas por 30,6%; a segurança reportada por 23%; o património arquitetónico, cultural e natural (mar e praia) referido por 17,9%; o facto de ter amigos na região é mencionada por 13,3%; a oferta formativa e a rede de instituições de ensino são motivos apontados por 12,2%. Entre 10 e 5% de respostas são apontadas outras razões como o acolhimento pelas pessoas/comunidade, a qualidade de vida e o custo de vida. Menos referidos são os motivos relacionados com a localização geográfica, a recomendação de amigos, o clima ou as potencialidades

da região entre outras. É ainda de mencionar que em 4,1% dos casos as razões para escolher Viana foram por escolha de outros ou acidentais.

Tratando-se de uma questão aberta, entendemos reproduzir aqui algumas das perceções que se referem às características da cidade, como motivo que pesou na decisão de escolher Viana como cidade de residência:

“a beleza, a paz e as pessoas”, “a cidade é encantadora”; “a cidade é muito bonita, é tranquila e é segura”, “Apaixonei-me por Viana do Castelo no primeiro dia que conheci; adoro o clima; gosto muito da tranquilidade”; “é uma aldeia grande, tem tudo; ambiente fixe, natureza espetacular”; “Cidade mais segura do país; recomendações de redes sociais; procurava lugar do Norte do país; pela tranquilidade”.

Destas respostas e de outras idênticas, enquanto escolha individual, sobressai o facto de se tratar de uma cidade pequena, considerada segura e muito tranquila que se reflete na qualidade de vida. Há, porém, aqueles que não escolheram Viana do Castelo, mas acabaram por ficar por motivos como:

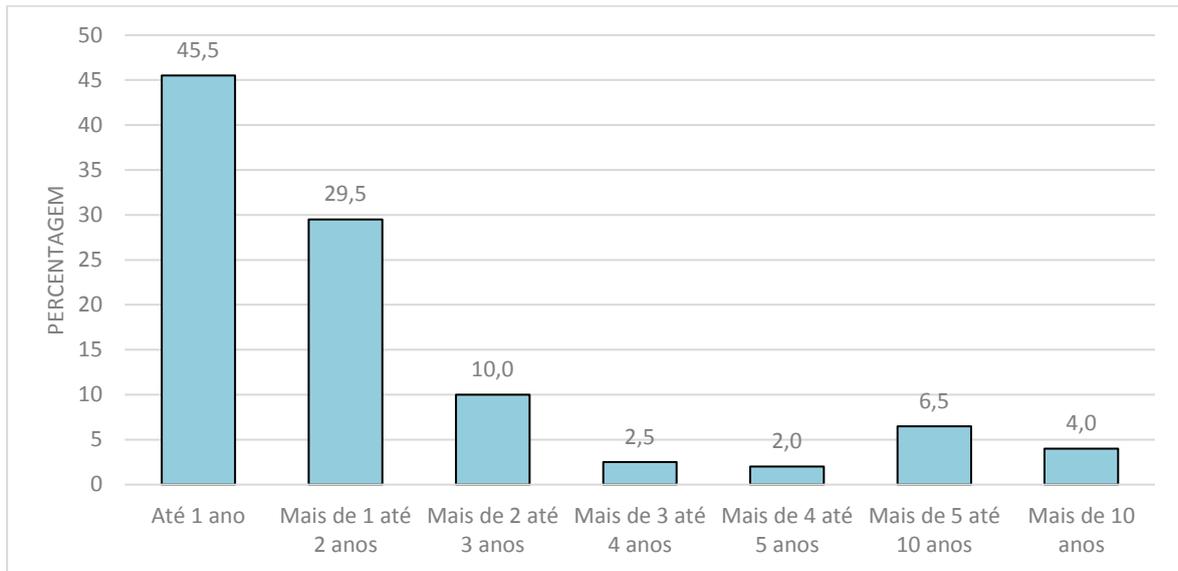
“tinha boas referências; não pensei nunca morar em Viana, mas cheguei aqui por acaso e gostei da tranquilidade e da beleza da zona”;

“Porque tive uma proposta de trabalho; para viver perto do local de trabalho; em Viana consegui apoio para orientação/reorganização da vida”;

“Por motivo escolar; por ser um concelho mais calmo; alojamento mais barato do que centro e sul do país.”

O fator segurança está muito presente nas respostas dos inquiridos quer no que se refere ao País quer à cidade de Viana do Castelo, talvez porque grande parte deles tenha saído de países com grande instabilidade política, geradora de conflitos, violência e perturbação social.

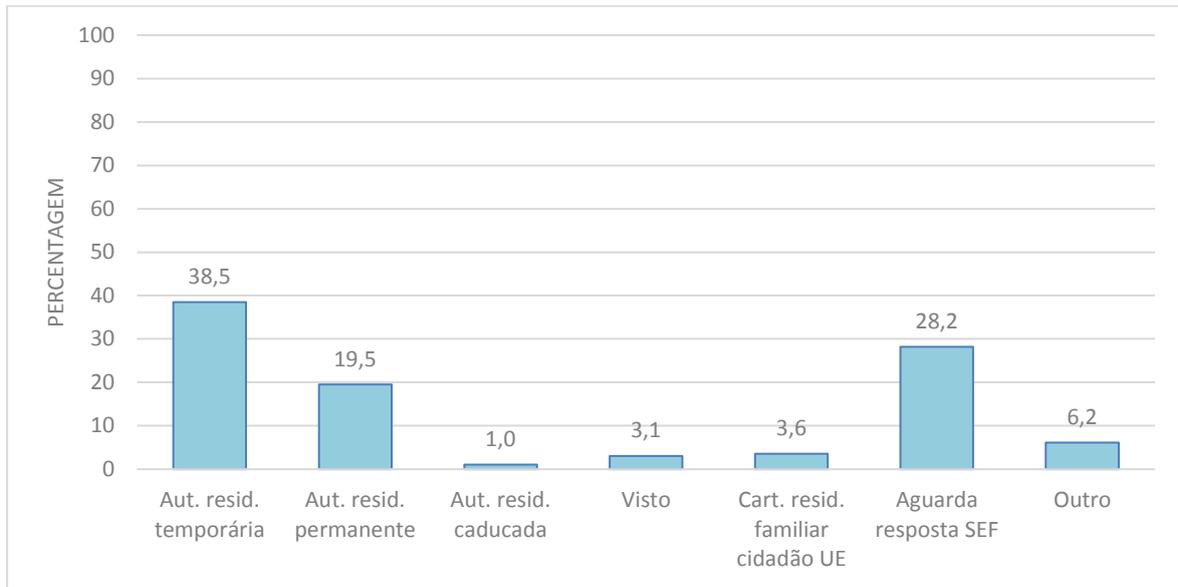
Figura 9 - Tempo de residência em Viana do Castelo



Verifica-se também, através do Figura 9, que a grande maioria dos inquiridos chegou a Portugal e a Viana do Castelo há menos de um ano (45,5%) e entre um e dois anos (29,5%). Podemos dizer que esta situação seria previsível, uma vez que a maior entrada de imigrantes em Viana do Castelo se registou em 2019 (justamente na altura em que estava a decorrer o estudo), com mais 512 imigrantes do que no ano anterior. Esta situação revelou-se bastante importante para o estudo, uma vez que foi possível verificar que obstáculos se opunham à integração, numa altura em que o concelho ainda se estava a preparar face ao aumento do fluxo de imigrantes em relação aos três anos anteriores.

Relativamente ao estatuto legal de residência em Portugal (Figura 10) a 38,5% dos inquiridos foi atribuída autorização de residência temporária, enquanto 28,2% ainda aguardam resposta ao pedido de autorização de residência, por parte do SEF. Apenas 19% dos inquiridos é detentor de uma autorização de residência permanente, o que não é de admirar, pois, como já atrás referimos, por um lado, a maioria dos inquiridos reside em Viana há menos de dois anos, não podendo por isso obter ainda autorização de residência permanente. Por outro lado, face ao aumento dos fluxos migratórios que se tem verificado no país e no concelho de Viana, com um pico maior no último ano, havendo mais entradas de imigrantes, há implicitamente mais solicitações de autorização de residência e, por consequência, um maior demora na resposta por parte do SEF.

Figura 10 - Estatuto legal de residência em Portugal



A este propósito, consideramos que o SEF poderia esclarecer algumas questões relacionadas com os procedimentos e eventuais entraves a uma rápida resolução dos problemas da autorização de residência, pelo que, a partir da aplicação da metodologia de entrevista a dois elementos do SEF de Viana do castelo, percebemos que, nem todos os serviços do SEF distribuídos pelos vários distritos usam os mesmos procedimentos. Ou seja, apesar de se seguirem os normativos legais em vigor, poderá haver maior ou menor flexibilidade e/ou rigidez nos procedimentos adotados, interferindo na morosidade dos processos de regularização dos imigrantes. No entanto, no entender do SEF de Viana do Castelo, que afirma que *“Naturalmente que existem constrangimentos, desde logo pelo número de pedidos de manifestação de interesse que se eleva para os 40.000, o que significa uma demora prolongada na resposta”*, a maior dificuldade não está nos procedimentos mas sim na resposta ao elevado número de pedidos que chegam ao SEF.

Outra dificuldade apontada pelo SEF que obsta à rápida regularização dos imigrantes é:

“ (...) a falta dos documentos exigidos, por parte dos próprios migrantes, e que os obriga a agendar novo atendimento. Se os pedidos tiverem enquadramento legal e os migrantes comparecerem com toda a documentação exigida por Lei, o SEF tem capacidade de resposta. Os documentos exigidos pela Lei nº 23/2007 e Lei 37/2006, são iguais para todos. Os documentos dos países é que diferem de país para país, o que obriga a uma análise diferente, de acordo com o documento desse país”. (Inspetor do SEF)

Acrescenta, ainda, que:

“Nos últimos tempos registaram-se algumas mudanças ao nível do atendimento. Antes, andávamos mais no terreno, porque o atendimento era feito a nível local e era mais rápido. Agora as inscrições para o agendamento são feitas através da internet e a nível nacional, o que significa que os imigrantes podem ser atendidos em qualquer parte do país. Não se pode dizer que é melhor ou pior, é apenas uma forma de desburocratizar os processos e facilitar o acesso ao SEF nos grandes centros que, como é óbvio, era muito problemática tendo em conta o número de imigrantes nesses territórios. Claramente os imigrantes foram afetados por esta medida. Quanto a Viana do Castelo, estamos a tentar dotar de mais e melhores meios para adaptar os serviços aos tempos, sendo a prioridade a mudança de instalações e o aumento dos postos de atendimento”.

Porém, 26% dos inquiridos referiu que a informação prestada pelo SEF é insuficiente, 22% afirma que é um serviço muito lento, 16% referem que as pessoas que estão no atendimento são muito pouco simpáticas e 14% dos inquiridos afirmam que os técnicos têm pouco conhecimento em questões específicas. A prestação do SEF, enquanto instituição pública direcionada ao serviço de imigração, é avaliada por 45% dos inquiridos entre 1 e 3 numa escala de 1 a 7 em que 1 é considerada “Muito má” e 7 “excelente”, por razões como:

“O pior serviço de todos, não tiram dúvidas, já presenciei diálogos pouco condizentes com agentes que trabalham na imigração (...)”, ou

“Complicaram muito, pediram documentos que não eram necessários, não foi uma boa experiência”, ou

“Pouca informação e diferente de pessoa para pessoa. Uns dizem uma coisa, outros dizem outra, fica-se sem perceber nada”. (comentários dos inquiridos à questão aberta)

5.3. Acolhimento

Chegar a um destino diferente do país de origem implica uma transição entre duas culturas diferenciadas e a adaptação a uma nova realidade, que pode acarretar uma série de obstáculos e dificuldades difíceis de ultrapassar. Na verdade, as dúvidas, incertezas e receios subjacente a esta

decisão, são elementos potenciadores de instabilidade emocional, não só para quem decide imigrar como também para a própria comunidade de acolhimento.

Na quarta edição do estudo internacional MIPEX, publicado em 2015, Portugal, atingiu os 75 pontos em 100, passando a ser considerado o segundo país melhor do mundo no acolhimento dos migrantes, em que a luta contra a discriminação, o emprego, o acesso à nacionalidade e reunião de famílias são classificadas como muito positivas (Cunha, 2015).

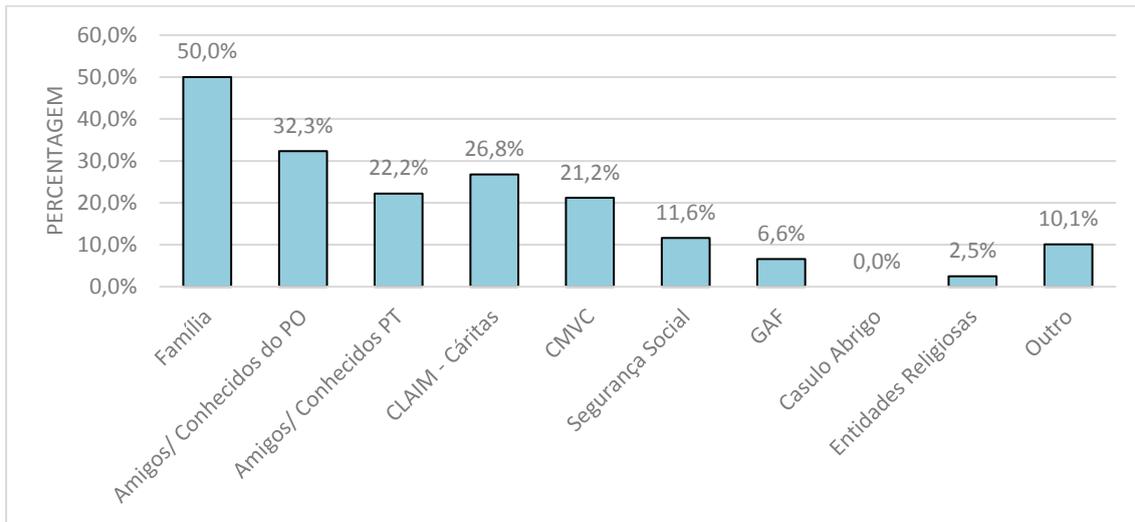
5.3.1. Apoios institucionais

Assim, dada a importância que o acolhimento assume nos processos de integração dos migrantes nas comunidades de acolhimento, interessou-nos saber de que forma os inquiridos se sentiram acolhidos aquando da sua chegada a Viana do Castelo, a fim de se aferir se as respostas existentes na comunidade efetivamente correspondem às necessidades desta população. Dos 200 inquiridos, 198 (99%)³¹ referem ter recebido ajuda ou apoio desde a chegada a Portugal (Figura 11). No que concerne a apoios da rede primária ou informal, a família constitui o principal recurso de apoio, confirmado por 50% dos inquiridos, seguido do de amigos e/ou conhecidos do País de Origem (PO) com 32,3%, sendo que 22,2% refere o apoio de amigos/conhecidos portugueses.

De entre as instituições que prestaram apoio aos imigrantes, o CLAIM da Cáritas Diocesana de Viana do Castelo é mencionado por 26,8% dos inquiridos, seguido da Câmara Municipal de Viana do Castelo (CMVC) com 21,2% e da Segurança Social com 11,6 %. São referidas outras instituições com percentagens inferiores a 10%, tais como o Gabinete de Atendimento à Família (GAF) e entidades religiosas. Este resultado evidencia o que, de facto, já se referiu no enquadramento teórico quanto à necessidade de uma boa política de acolhimento, no sentido da integração efetiva dos migrantes, já que, sejam quais forem as motivações para a mobilidade entre territórios e independentemente da situação económica e /ou estatuto social, quem chega a um território pouco ou nada conhecido, procura estratégias de adaptação, recorrendo a apoios que vão desde a família e amigos às instituições públicas e privadas.

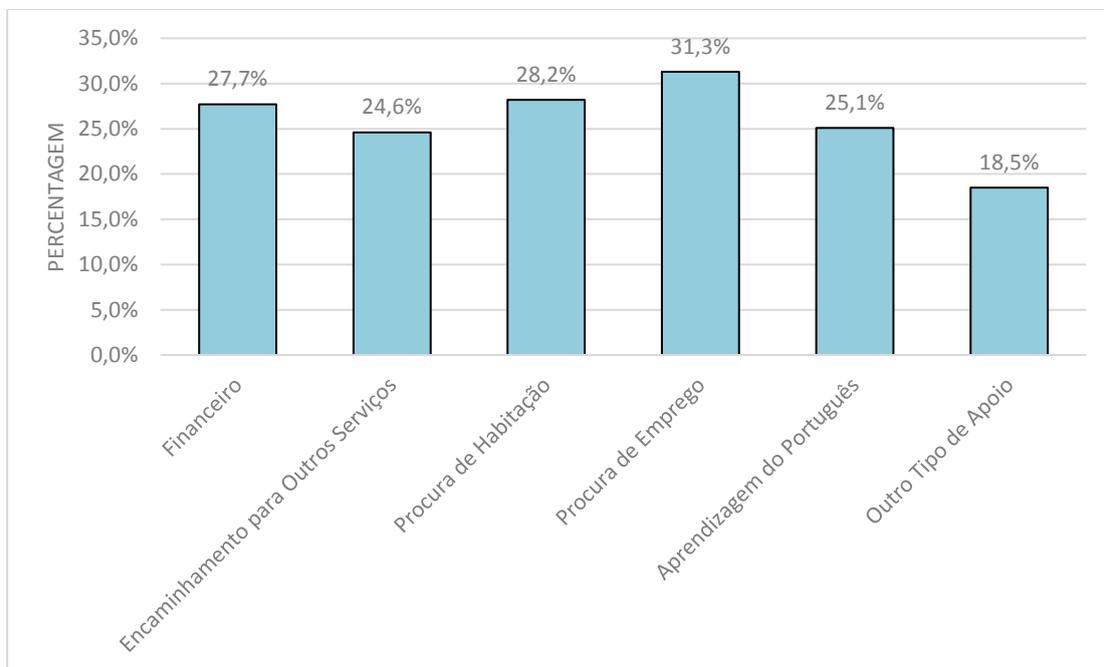
³¹ *Idem*

Figura 11 - Apoios no acolhimento



Para além destes, 17 inquiridos referem outros recursos, nomeadamente, instituições de ensino, apontadas por 7 inquiridos, seguido das entidades empregadoras, Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e SEF, cada uma mencionada por dois inquiridos.

Figura 12 - Tipo de apoio recebido³²



³² Nesta questão era possível seleccionar mais do que uma opção. Assim, a percentagem corresponde à proporção face ao número total de respostas. A percentagem de casos corresponde à proporção face ao total de participantes que responderam e, por isso, o total é superior a 100%, havendo 5 casos omissos.

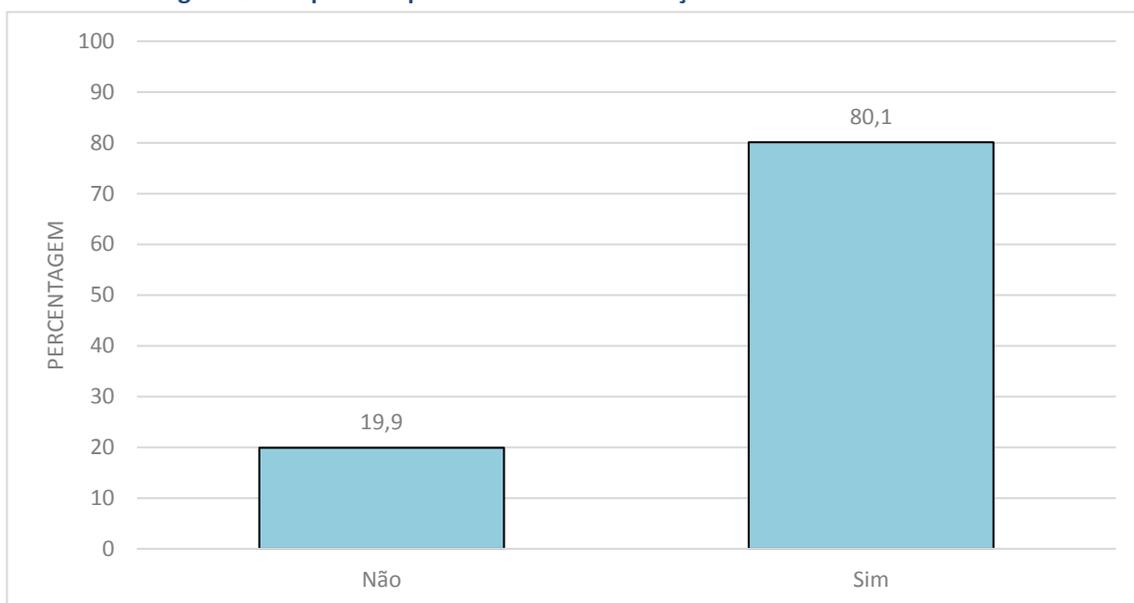
No que se refere ao tipo de apoio recebido (Figura 12), 81,5% dos inquiridos (163) referem ter tido necessidade de algum tipo de apoio, 16% não necessitaram de apoio e 2,5% não responderam. Dos inquiridos que mencionaram necessidade de apoio, o mais mencionado relaciona-se com a procura de emprego (31,3%), seguido da procura de habitação (28,2%), do apoio financeiro (27,7%), da aprendizagem do português (25,1%) e do encaminhamento para outros serviços (24,6%). É de salientar que 18,5% (36 inquiridos) mencionam outro tipo de apoio. Destes, o mais referido é o apoio jurídico/burocrático apontado por 41,7%, seguido de bens de primeira necessidade e de apoio psicológico, afetivo/emocional com 19,4%, e com menor expressão, o apoio no ensino/educação, apoio social e alojamento.

Das 157 pessoas que responderam à questão *Em que medida o apoio o ajudou*, 23,7% não aponta uma razão específica, 20,5% refere o apoio à integração, 18,6% o apoio em questões burocráticas e legais, 12,2% o apoio a encontrar emprego e 10,9% sentiu-se apoiado na satisfação das necessidades básicas. Com menos de 10% é referido, por ordem decrescente, a aprendizagem do português, o suportar despesas, a encontrar habitação, a fixar-se e o suporte emocional. Ainda de referir, que 3,8% considera que a ajuda não foi a esperada. As respostas relativas às expectativas foram codificadas em “abaixo das expectativas”, “adequado às expectativas” e “superou as expectativas”. As respostas são relativas a 144 respondentes, sendo que para 72,9% a ajuda foi adequada às expectativas, para 13,9% foi inferior às expectativas e para os restantes, 13,2%, superou as expectativas.

No atrás referido MIPEX, o acesso à educação, à habitação e principalmente à saúde, foram identificadas como as áreas em que os imigrantes em Portugal têm mais dificuldades (Cunha, 2015)³³.

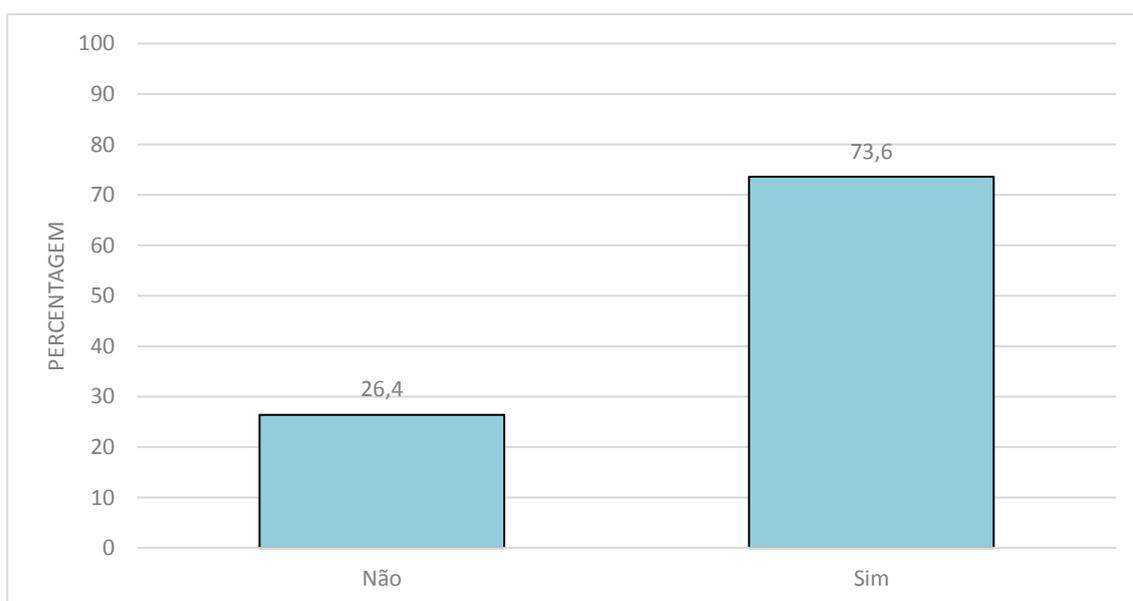
³³ “Portugal segundo melhor país a acolher e integrar imigrantes”, in Agência Lusa, 12 junho 2015

Figura 13 - Inquiridos que recorreram aos serviços de saúde



Por isso, interessou-nos saber se as dificuldades no que se refere aos serviços de saúde coincidem em Viana do Castelo e verificamos que cerca de 80% dos inquiridos já recorreu aos serviços de saúde (Figura 13), 73,6% tem médico de família (Figura 14), 87,0% tem vacinas atualizadas e apenas 9,0% mencionam ter doenças crónicas. Este último aspeto, de certa forma, pode-se atribuir pelo facto de na sua grande maioria predominar grupos etários dos 25 aos 64 anos (80%), seguido do grupo com 24 anos ou menos (17,5%), sendo que a idade media dos inquiridos é 37 anos e a mediana 36.

Figura 14 - Inquiridos que têm Médico de família

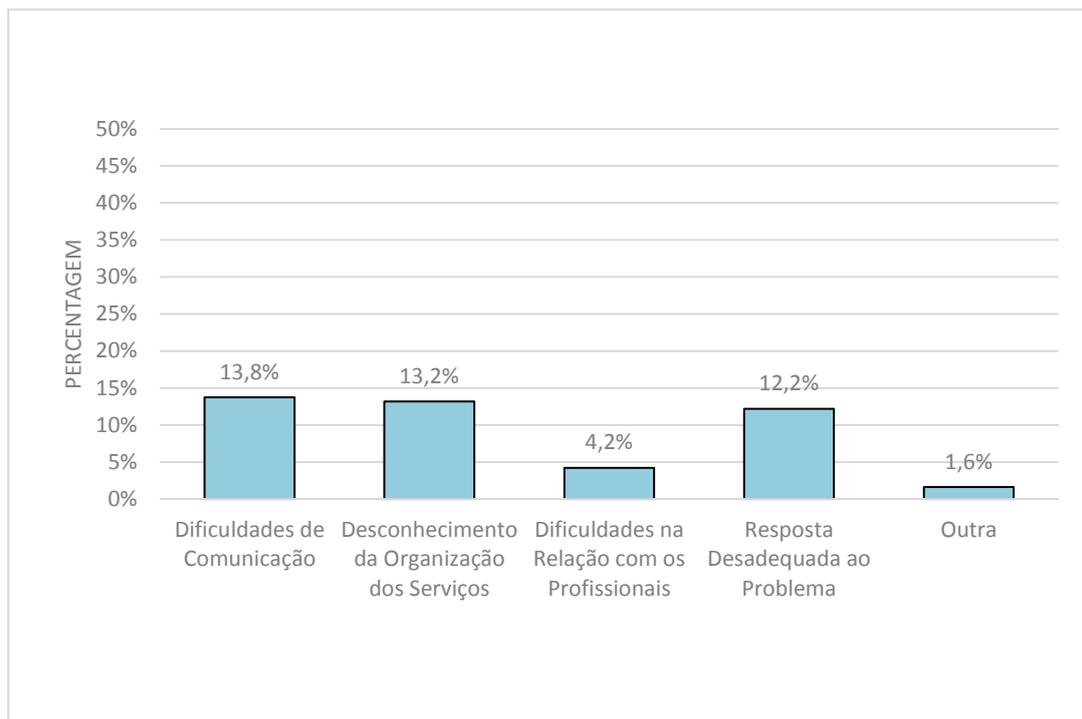


Quanto às dificuldades sentidas no atendimento e ou acesso aos serviços de saúde (Figura 15), 63,5% dos inquiridos, a maioria, não refere qualquer dificuldade. Quando são especificadas as dificuldades sentidas no atendimento, a comunicação/língua é a dificuldade mais sentida por 13,8% dos inquiridos. O (des)conhecimento da organização dos serviços de saúde (13,2%) e a resposta desadequada ao problema de saúde (12,2%) foram outras dificuldades apontadas. Os melhores valores observam-se na relação com os profissionais, com 90,5% a referirem que não tiveram dificuldades. Diríamos que, à partida, as questões da saúde em Viana do Castelo, de uma forma geral, não são um problema.

As questões na dificuldade de comunicação, devido às diferenças da língua, poderão ser ultrapassadas com o recurso ao serviço de tradução telefónica disponibilizado pelo ACM. No entanto, não se conseguiu apurar se os serviços desconhecem este recurso ou, conhecendo-o, quais as razões da sua não utilização. Este problema já havia sido detetado num diagnóstico anterior, elaborado pelo Município de Viana do Castelo³⁴ que, em parceria com a Unidade Local de Saúde do Alto Minho (ULSAM), publicou vídeos e brochuras, em diferentes línguas, sobre os serviços de saúde do concelho. Também não se conhece o impacto dessas publicações, junto da população, mas, tendo em conta a percentagem de inquiridos que refere esta dificuldade, diríamos que ainda há algo a fazer para ultrapassar este constrangimento.

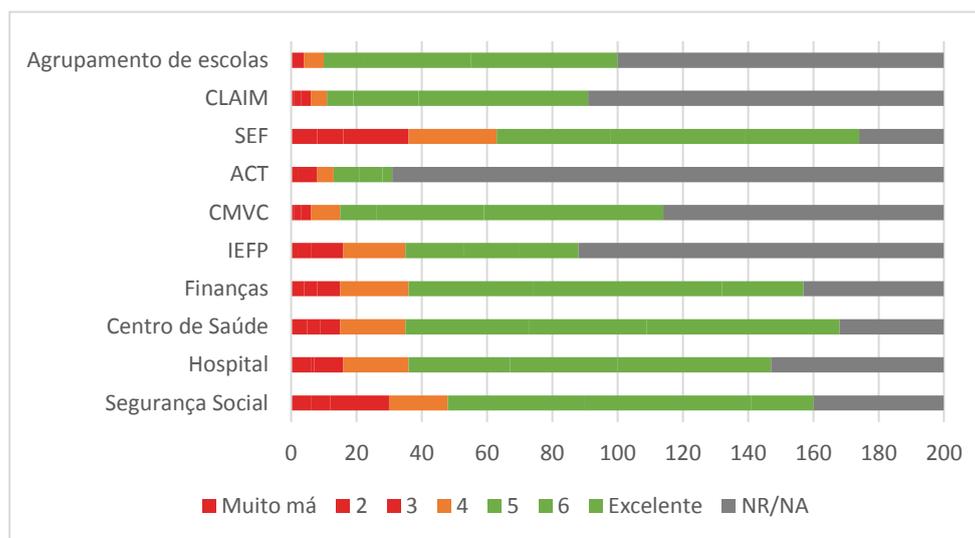
³⁴ Consulta aos documentos existentes no Município (PMII, PMIM e publicações)

Figura 15 - Dificuldades no Atendimento/ Acesso a serviços de saúde



Como se verificou atrás, uma grande parte dos inquiridos necessitou de apoio institucional e a maior parte (80%) recorreu aos serviços de saúde, pelo que nos interessou saber como os inquiridos avaliavam as instituições a quem recorreram para solicitação desse apoio. Numa escala ordinal entre 1 “muito má” e 7 “excelente”, a perceção dos imigrantes sobre as respostas dos serviços públicos às suas solicitações pode verificar-se na Figura 16. De uma forma geral, a avaliação é positiva em todos os serviços. A escala foi recodificada em 3 atributos, considerando-se de 1 a 3 - muito má/má, 4 - neutro, e de 5 a 7 - bom/excelente. Relativamente à avaliação de bom/excelente, as percentagens mais elevadas verificam-se no Agrupamento de Escolas (90,0%), CLAIM com 87,9% e CMVC com 86,8%. No que se refere aos serviços de saúde, observa-se avaliação mais elevada no centro de saúde (79,2%) que no hospital (75,5%).

Figura 16 - Avaliação da atuação dos serviços



Os serviços que têm mais avaliações negativas são o SEF, a Segurança Social e o IEFP. Os motivos apontados para a avaliação negativa são o atendimento despersonalizado, a divergência da informação, a demora no atendimento, a pouca disponibilidade dos funcionários, a xenofobia e discriminação, a burocracia, Informação insuficiente e pouco objetiva. A divergência da informação e a desarticulação entre os vários serviços existentes, é um dos problemas apontados pelos inquiridos quando avaliavam negativamente os serviços. Esta questão da articulação entre as instituições foi colocada aos representantes das instituições entrevistados que nos foram dizendo que a articulação existe, mas de forma informal, dando a perceber que esta, de facto, é uma falha do sistema e que prejudica os processos de integração.

“ (...) houve uma altura que me desloquei ao SEF, apresentei-me, não consegui falar com a pessoa responsável, falei com uma inspetora, não me recordo do nome, mas tem havido melhoria, tem vindo pessoas que vêm do SEF. Porque vêm pessoas que dizem “o SEF mandou-me vir aqui, não me diz nada nem me responde, mas mandou-me vir aqui”, ao menos mandam ao sítio certo para que possamos ajudar. Mas, claro que, falta uma articulação, na minha perspetiva, como responsável do CLAIM”. (CLAIM)

“(...) digamos que há uma rede informal e eles articulam-se uns com os outros e vão-me dando apoio”. (Instituto da Segurança Social, IP)

“Não há uma estratégia formal ou formalizada, embora a articulação se vá fazendo, a maioria das vezes informalmente”. (IEFP)

(...) temos a colaboração da Câmara Municipal, e, pontualmente de outras Instituições, nomeadamente o GAF. Com a administração central nada existe. (União de Freguesias de Viana do Castelo- UFVC)

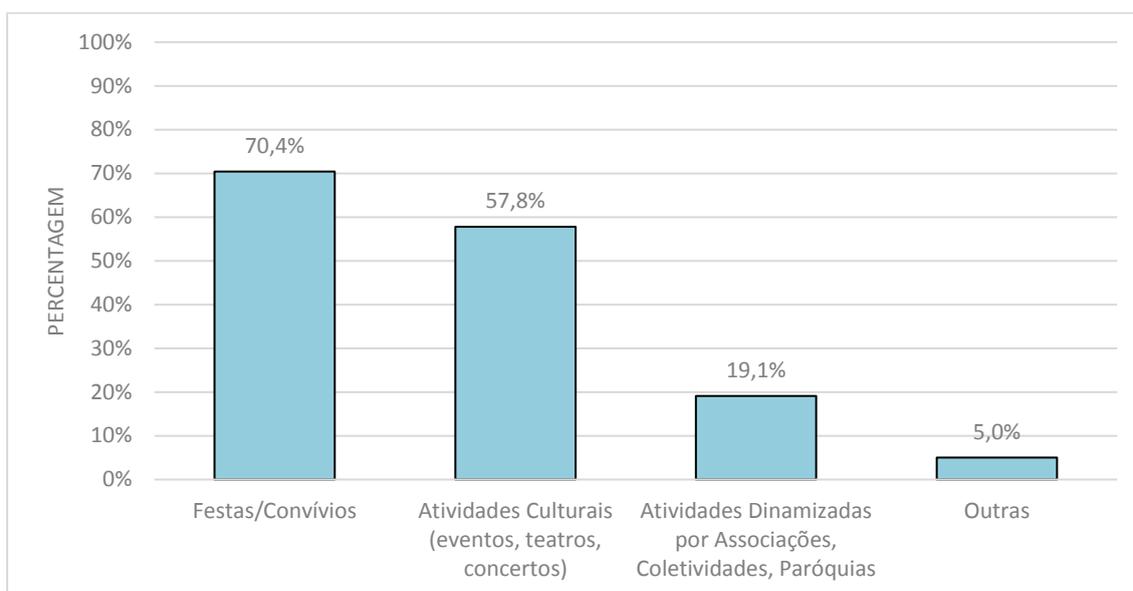
5.3.2. Informação, participação e lazer

Conhecer a cultura do país de destino, para além do apoio inicial na satisfação das necessidades básicas, será uma prioridade, no sentido de se ultrapassarem obstáculos ou barreiras à integração. Para além das atividades culturais, sociais, recreativas e de lazer que decorrem no concelho, o município de Viana do Castelo, no âmbito dos seus Planos Municipais para a Integração de Migrantes, tem vindo a desenvolver um conjunto de atividades desta natureza, em parceria com as diversas entidades locais destinadas a migrantes e comunidade de acolhimento, com o objetivo de promover a integração e a coesão social. Neste sentido, interessou-nos conhecer o nível de participação nestas atividades³⁵, começando pela ocupação dos tempos livres dos inquiridos.

Relativamente a esta questão, percebemos que a maioria dos inquiridos ocupa o seu tempo livre a caminhar/passear (46,1%) e na prática de atividades desportivas ou em ginásios (26,7%). Atividades como a utilização dos *media*, ver televisão, usar a internet e ver filmes, são referidas por 17,3%. A participação em atividades culturais como concertos, exposições, teatro, são referidas por 16,8%. A mesma percentagem é referida por aqueles que mencionam a leitura. As atividades com a família são referidas por 13,1% e o turismo por 10,5%. Outras atividades referidas são atividades com amigos, música e dança, aprender português, entre outras. 11% dos inquiridos refere não praticar ou participar em atividades e 0,5% refere que não tem tempo livre.

³⁵ Esta questão permitia selecionar mais do que uma resposta. Assim, a percentagem corresponde à proporção face ao número total de respostas. A percentagem de casos corresponde à proporção face ao total de participantes que responderam e, por isso, o total é superior a 100%.

Figura 17 - Participação em atividades socioculturais, recreativas e de lazer³⁶



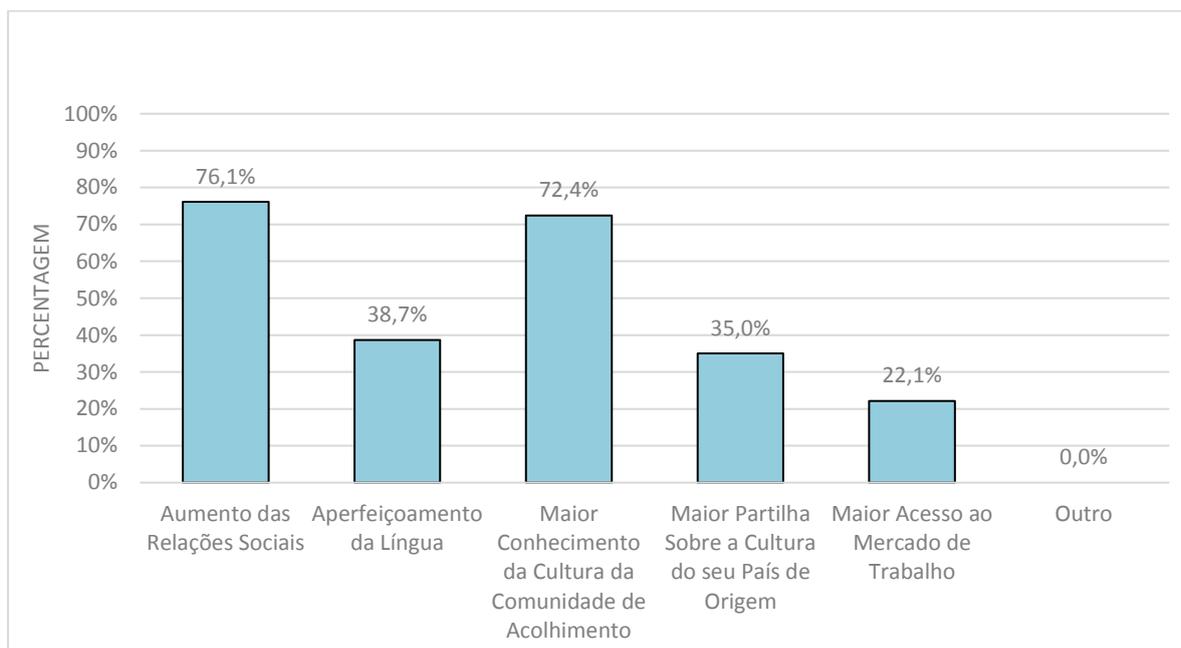
Quanto às atividades em que os inquiridos participaram desde que vivem em Viana do Castelo (Figura 17), as mais referidas são as festas e convívios (70%), e atividades culturais com 57,8% dos inquiridos. Participar em atividades organizadas por coletividades é referenciada por 19% dos inquiridos. Nas outras atividades referidas (5%), encontram-se as atividades dinamizadas pela Câmara, atividades religiosas e atividades organizadas pela escola dos filhos, entre outras. Dos 200 migrantes, 83% (166) participaram em, pelo menos, uma atividade.

No que se refere à contribuição das atividades para a integração (Figura 18) na comunidade de acolhimento³⁷, dos 166 inquiridos, 76,1% referiu que estas atividades contribuem para promover o aumento das relações sociais, 38,7% refere que contribuem para o aperfeiçoamento da língua, para 72,4% ajudam a conhecer melhor a cultura da comunidade de acolhimento, 35% referiu que contribuem para uma maior partilha sobre a cultura do seu país de origem e 22,1% para um maior acesso ao mercado de trabalho.

³⁶ Esta questão permitia selecionar mais do que uma resposta. Assim, a percentagem corresponde à proporção face ao número total de respostas. A percentagem de casos corresponde à proporção face ao total de participantes que responderam e, por isso, o total é superior a 100%.

³⁷ Esta questão permitia selecionar mais do que uma resposta. Assim, a percentagem corresponde à proporção face ao número total de respostas. A percentagem de casos corresponde à proporção face ao total de participantes que responderam e, por isso, o total é superior a 100%.

Figura 18 - Contributo das atividades na integração de migrantes

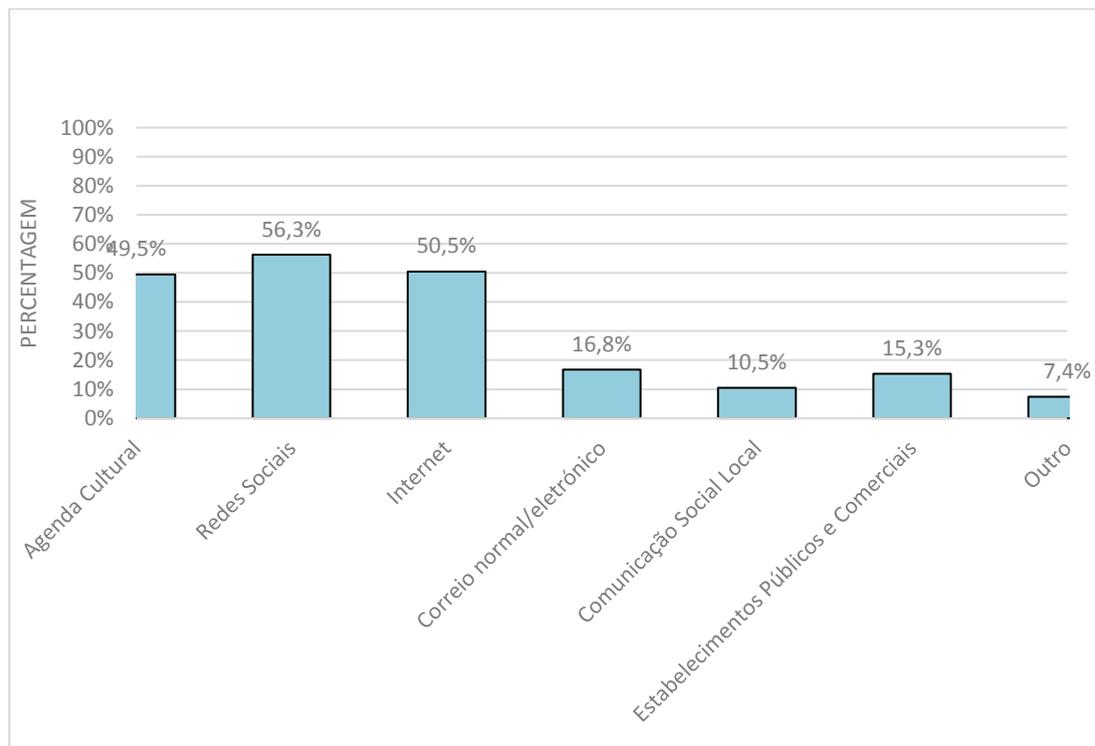


É evidente que é necessário que os imigrantes disponham de acesso à informação, para terem conhecimento das atividades culturais e outros eventos que decorrem em Viana do Castelo e poderem participar. Assim, questionados sobre os meios de informação³⁸ ao seu alcance (Figura 19), as redes sociais (Facebook, Instagram, WhatsApp) e a internet em geral, com 56,3% das respostas para este tipo de redes sociais, seguidas pela Agenda cultural com 49,5%, foram os meios mais referidos. O correio eletrónico (16,8%) e os estabelecimentos públicos e comerciais (15,3%) também foram referidos como um meio de obter esta informação.

A comunicação social local é a menos mencionada (10,5%) e 7,4% dos respondentes referem ainda outros meios como o trabalho, os amigos, a CMVC, a Escola e os contactos sociais.

³⁸ Esta questão permitia seleccionar mais do que uma resposta. Assim, a percentagem corresponde à proporção face ao número total de respostas. A percentagem de casos corresponde à proporção face ao total de participantes que responderam e, por isso, o total é superior a 100%.

Figura 19 - Meio de conhecimento das atividades em Viana do Castelo³⁹



Uma das formas de sensibilizar a opinião pública para as questões das migrações, pode passar pelo conhecimento de alguns aspetos da cultura dos países de origem dos migrantes. Por isso, no Plano Municipal para a integração de Migrantes elaborado pelo Município de Viana do Castelo, consta a possibilidade de os próprios migrantes partilharem com a comunidade de acolhimento aspetos e práticas culturais, através da organização de atividades, como oficinas e outros eventos. Questionados sobre o interesse em dinamizar oficinas sobre a cultura do seu país, 52,5% manifestou interesse e 4% não respondeu.

Dos 105 que respondeu, as oficinas mais referidas são a gastronomia/cozinha com 66,3%, seguida da língua do país de origem (14,9%), as danças (11,9%), o canto e a música (11,9%) e 7,9% não manifestou interesse em dinamizar qualquer tipo de atividade. Outras atividades referidas são a etnografia, folclore, teatro, vestuário e moda, artesanato, entre outras.

Dos meios de informação sobre as atividades que decorrem em Viana do Castelo e em que os imigrantes participam, não foi mencionada nenhuma associação de imigrantes, uma vez não existe nenhuma associação desta natureza no concelho. Embora o movimento associativo e os movimentos

³⁹ Idem

migratórios, implicitamente se interliguem (Pereira, 2010) e o Estado Português tenha já definido o seu enquadramento jurídico em 1999⁴⁰, esta realidade verifica-se no concelho, talvez por se tratar de um território onde as marcas das migrações não se manifestem com grande evidência. De qualquer modo, a participação cívica é um direito consagrado na Constituição da República Portuguesa e, por isso, interessou-nos saber qual o nível de participação dos inquiridos na vida pública, e se pode ou não votar em Portugal (Quadro2).

Quadro 2 – Possibilidade de voto em Portugal

	Frequência	Percentagem
Não	165	82,5%
Sim, mas não o faz regularmente	19	9,5%
Sim, e fá-lo regularmente	7	3,5%
NR/NA	9	4,5%
TOTAL	200	100%

Das 191 respostas válidas, 165 (82,5%) inquiridos responderam que não podem votar em Portugal, e dos 26 que declararam ter direito a votar, apenas 19 o fizeram regularmente⁴¹.

No que se refere ao associativismo, o que aqui sobressai, no quadro 3, é que apenas onze inquiridos responderam fazer parte de uma “associação ou grupo”, o que tirando quatro casos omissos de resposta, 185 responderam que não fazem parte de alguma associação, pelo que se pode provisoriamente concluir que há pouca participação em contexto associativo. Seria interessante indagar sobre as razões pelas quais não fazem parte, o que não serão alheios aspetos de primeira necessidade, tais como resolver problemas de autorização de permanência e regularização do seu processo de imigração, questões de alojamento, trabalho, entre outras.

⁴⁰ Decreto-Lei nº 115/99, de 3 de agosto

⁴¹ De referir que os NPT podem votar nas eleições dos órgãos das autarquias locais, desde que inscritos no recenseamento no território nacional, para além de todos os cidadãos portugueses e, ainda, os cidadãos dos 26 estados-membros da U.E., os cidadãos do Brasil e Cabo Verde. Argentina, Chile, Colômbia, Islândia, Noruega, Nova Zelândia, Peru, Uruguai e Venezuela. (Declaração n.º 30/2017 de 3 de maio do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Ministério da Administração Interna).

Para a Assembleia da República e Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas podem votar os cidadãos brasileiros titulares do Estatuto de Igualdade de Direitos Políticos (Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Porto Seguro em 22 de abril de 2000). <https://www.acm.gov.pt/pt/> acedido em 21 julho 2020.

Quadro 3 - Participação em associação ou grupo

	Frequência	Percentagem
Não	185	92,5%
Sim	11	5,5%
NR/NA	4	2,0%
TOTAL	200	100%

Contudo, ao questionarmos aqueles 11 casos que têm vida ativa em contexto associativo, as respostas vão desde pertencer a uma associação de estudantes (1 caso), associação de pais (1 caso), associação/corporação humanitária dos bombeiros voluntários (2 casos), passando por grupo folclórico (1 caso), grupo religioso ligado à igreja (1 caso), grupo de escuteiros (1 caso), associação de imigrantes (1 caso) e uma associação de *co-work* (1 caso).

Na imediata questão sobre se exercem algum cargo nos corpos associativos, oito respostas vão desde “simples associado” ou “colaborador” (5 casos), vogal (1 caso), secretária (1 caso) até presidente (1 caso). Na questão se “Gostaria de Aderir a Associação/Grupo de Migrantes”, dos 195 casos válidos da amostra, mais de metade (52,6%) afirma desejar filiar-se em uma associação de migrantes, o que revela a necessidade de pertencer e frequentar um local onde possam obter um apoio mais próximo às suas necessidades e participar em eventos culturais e recreativos.

No que concerne a ações de voluntariado praticadas pelos imigrantes, dos 195 respondentes, apenas 14 (7,2%) afirmaram ter envolvimento em ações de voluntariado, sendo que doze deles acabam por identificar essas mesmas ações, distribuindo-se por diversas valências tais como o acompanhamento de vizinhos ao médico (1), ambiente e proteção da natureza (1), apoio aos brasileiros recém-chegados (1), bombeiro voluntário (2), ajudar na Cáritas (1), dar sangue (1), escutismo – dirigente (1), *refood* (1), restauro e fotografia histórica (1), socorrismo e combate a incêndios (1) e prestar gratuitamente serviços de tradução (1).

Relativamente à participação cívica ou em ações públicas, o quadro 4 mostra que entre os 195 respondentes, apenas 5 (2,6%) afirmaram ter participado em algum tipo de ação pública, sendo que um deles participou em manifestação sindical e em greve, um outro participou em manifestação política, um participou em desfile de protesto e dois participaram em comício, tendo um deles participado em dois tipos de ação.

Quadro 4 - Participação em algum tipo de ação pública

	Frequência	Percentagem
Não participou em ações públicas	190	95%
Participou em alguma ação pública	5	2,5%
NR/NA	5	2,5%
TOTAL	200	100%

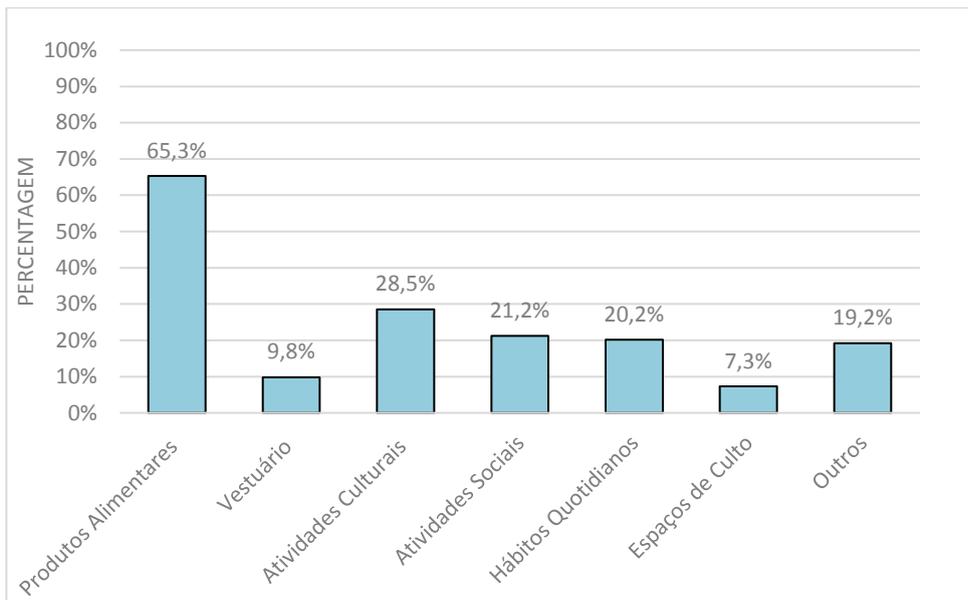
Se bem que os imigrantes tendem a se relacionar com pessoas da sua própria comunidade ou, eventualmente, os seus relacionamentos estabelecem-se não raramente com conhecidos ou familiares do seu país de origem, também eles muitas vezes na condição de imigrantes, a falta de participação em atividades de voluntariado ou de associativismo é baixa ou quase inexistente. Esta falta de participação cívica poderá ser percebida por falta de interesse e/ou falta de capacidade económica para atividades de lazer e de convívio em tempos livres. Não é claro se a falta de tempo também influencia esta ausência nas atividades associativas. Tendo em vista aspetos de integração e de cidadania das diversas minorias nacionais no todo nacional, diversos estudos realizados em vários países têm evidenciado a importância do vínculo de cidadania de imigrantes e refugiados, passando do estatuto de residente para permanente e deste para o estatuto de cidadão/a nacional pleno e, em particular, a acessibilidade aos sistemas de saúde, de educação, jurídicos e participação política não só a nível nacional, municipal e local como global em termos de direitos humanos (Cf. estudos em vários países, tais como Holanda, Suécia, Alemanha e Turquia, referidos em 1.7- “Balanço crítico”). Por isso, é pertinente continuar a investigar a situação real dos imigrantes não só a nível nacional mas também a nível local/regional.

5.4. Cultura e relações de proximidade

Dadas as diferenças culturais que existem entre o país de origem e o país de destino, apesar da globalização e massificação dos consumos, nomeadamente nos países desenvolvidos, em que estas diferenças se têm vindo a diluir, há hábitos culturais muito diferenciados, que dificilmente se encontram no país de destino e cuja falta pode contribuir para a não adaptação a uma nova cultura.

À questão sobre o que mais sente falta ⁴²do seu país de origem (Figura 20) e que não encontra na região em Viana do Castelo, dos 194 respondentes (97%), a grande maioria refere os produtos alimentares (65,3%). As atividades culturais são mencionadas por 28,5%, as atividades sociais por 21,2% e os hábitos do quotidiano por 20,2%. Os menos referidos são os espaços de culto (7,3%) e o vestuário (9,8%).

Figura 20 - Aspetos do país de origem de que sente falta



Há ainda 37 inquiridos que referem outros, salientando-se o clima (41,7%), a família (30,6%) e a gastronomia (13,9%). Com valores inferiores a 10%, são indicados, entre outros, parques públicos/praias, recursos de saúde especializados.

“A cultura e a alimentação também são muito diferentes. Eu não estava habituada a ter tudo feito. Agora se preciso de farinha não tenho de a moer, posso comprar já moída em pacote, alho é igual. No início entrava num supermercado e ficava perdida e estranhava, pois não sabia que existia esses produtos assim já preparados. Mas na verdade, passados dois anos, continuo a preferir picar o meu alho e a minha malagueta pois acho que o sabor é diferente” (imigrantes de S. Tomé e Príncipe).

⁴² Esta questão permitia selecionar mais do que uma resposta. Assim, a percentagem corresponde à proporção face ao número total de respostas. A percentagem de casos corresponde à proporção face ao total de participantes que responderam e, por isso, o total é superior a 100%.

Os inquiridos também referiram diferenças e semelhanças entre as duas culturas (país de origem e de destino) e as diferenças que mais se evidenciaram estão nos modos de estar e na gastronomia, mas há outros aspetos referidos por entrevistados das diversas origens, tal como

“A forma de comunicação dos portugueses. É muito diferente. No início julguei como grosseira, depois entendi que não era. Têm uma forma mais reservada que a nossa. A cultura portuguesa é mais voltada para o tradicional, a nossa é mais moderna”,

“Aqui não há muita violência, mas as pessoas são muito fechadas”;

“A área cultural em Portugal é muito preservada, investem nas tradições antigas. Na Colômbia não têm gosto por preservar as tradições antigas”;

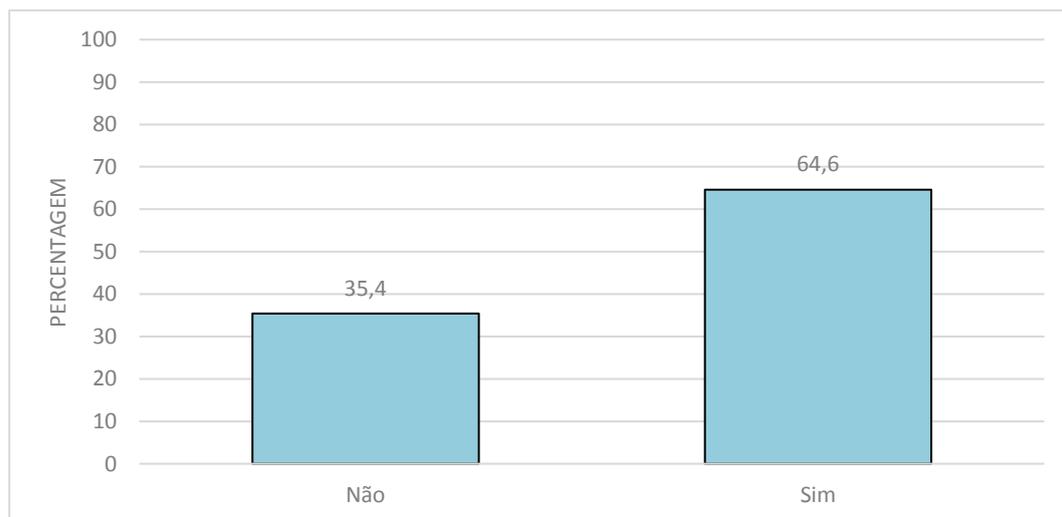
“A comida é muito diferente. Os portugueses são pessoas muito fechadas, enquanto que os brasileiros são mais abertos e recetivos”;

Em Portugal, as pessoas são mais educadas, enquanto que na Ucrânia são mais agressivas. Na Ucrânia há poucos caixotes do lixo, em Portugal os espaços são limpos. Na Ucrânia não há o hábito de ler. As danças são diferentes

(respostas de inquiridos na especificação das diferenças culturais)

Os locais de residência e a proximidade nas relações de vizinhança podem contribuir para uma boa integração em qualquer comunidade, pois os vizinhos serão aqueles com quem o imigrante se vai cruzar no seu quotidiano e constituirá a sua rede de suporte mais próxima, na ausência de familiares e amigos. Daí a importância da questão colocada aos inquiridos sobre as suas relações com vizinhos (Figura 21).

Figura 21 - Conhece ou sabe quem são os seus vizinhos

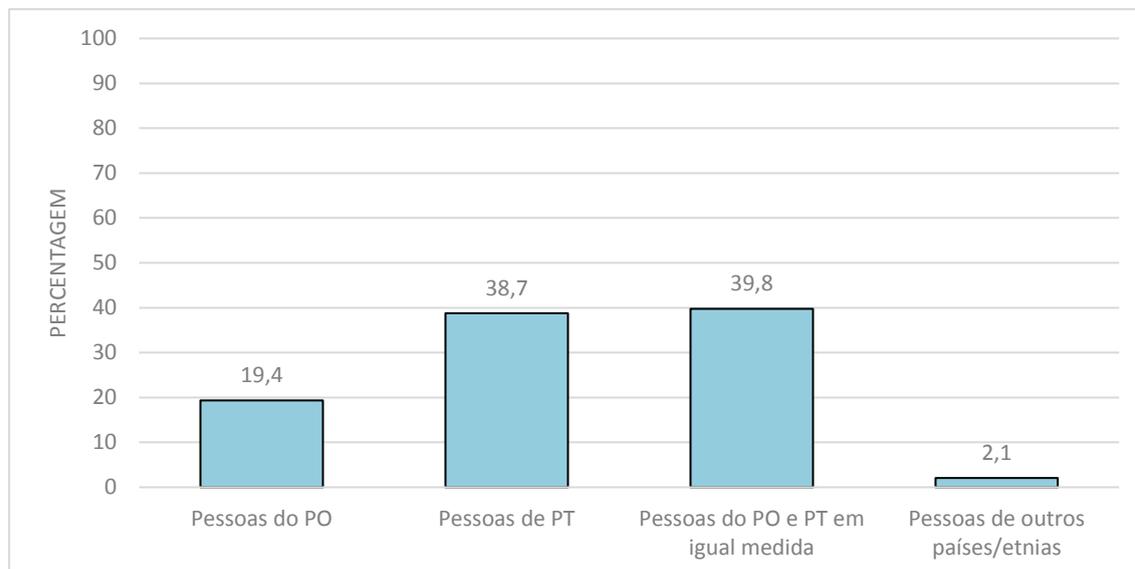


Verifica-se que a maioria dos inquiridos (64,6%) refere que conhece os vizinhos, o que nos leva a pensar que há alguma forma de contacto e, por isso, interessou-nos saber como avaliavam o nível

da relação entre os vizinhos, numa escala de 1 a 7 em que 1 é considerada “muito má” e 7 considerada “excelente”. A maioria das respostas situa-se entre 4 e 7, ou seja, trata-se de uma avaliação positiva. Apenas 4,9% dos inquiridos, avaliou as relações com a vizinhança como negativa.

Parece-nos que esta avaliação será indicador de um bom acolhimento por parte dos autóctones, o que poderá facilitar a sua integração na comunidade de acolhimento. Nas relações de sociabilidade que se estabelecem na zona onde os inquiridos vivem (Figura 22), verificou-se que 19,4% se relaciona mais com pessoas do seu país de origem (PO), mas 38,7% dos inquiridos relaciona-se mais com pessoas portuguesas. Já 39,8% afirma que se relaciona com pessoas do seu país de origem e pessoas portuguesas na mesma medida. Os lugares mais referidos onde essas relações se estabelecem com pessoas do país de origem são os locais de lazer, como cafés e restaurantes ou em locais de convívio, em casa de família, na escola ou no trabalho. Os lugares onde os inquiridos se relacionam mais com portugueses são os locais de trabalho, os lugares de lazer, como cafés e restaurante e no comércio local.

Figura 22 - Relações de proximidade



A discriminação e o racismo são outros dos fatores que condicionam fortemente a integração do imigrante na sociedade portuguesa. A este propósito, Lages *et al.* (2000) refere que, no que toca às relações de vizinhança, aos contextos de trabalho, aos transportes públicos, às superfícies comerciais, na rua, na habitação e no atendimento nos serviços públicos, há relatos registados em

inquéritos a nível regional⁴³ que dão conta de situações de discriminação no atendimento dos serviços públicos, nos supermercados e no aluguer de habitação, sublinhando, neste último caso, situações em que os senhorios discriminam quanto à origem étnica, exigem a garantia de um fiador e uma caução equivalente a dois ou três meses de renda, referindo ainda as más condições de habitabilidade.

Sem se pretender trazer neste contexto os diversos modelos explicativos sobre o racismo, importa, contudo, dar nota de que existem vários tipos de racismo. Se hoje são cada vez menos os defensores do racismo em base biogenética, têm sobretudo nas últimas décadas emergido autores que sustentam formas de racismo neonacionalista, ‘sem raça’ e alegadamente cultural, escudando-se inclusive em formas e práticas subtis de racismo institucional, o qual se afigura como fator coadjuvante das formas de discriminação e racismo na vida quotidiana (Essed 2002), seja sob formas mais brutais, flagrantes e diretas, seja sob formas mais subtis, discretas e refinadas para utilizar a distinção conceptual de Petigrew e Meertens (1995) e, em Portugal, Vala *et al* (1999) e Cabecinhas (2007).

Nas últimas três décadas o problema do racismo e da xenofobia tem-se mantido e mesmo recrudescido em diversos países europeus, ao ponto de os próprios governos terem não só subsidiado projetos de investigação sobre esta matéria como tomando medidas políticas e legislativas específicas, sobretudo com o crescendo de apoio eleitoral a grupos e partidos de extrema direita (Silva, Cardoso e Vieira, 2020). A discriminação racial não é, porém, um fenómeno recente, embora seja predominantemente moderno e sobretudo contemporâneo. Em Portugal a preocupação sobre a discriminação, racismo e xenofobia surgia esporadicamente em meio científico e mediático, em relação quer a determinadas minorias étnicas, nomeadamente judeus e sobretudo ciganos, quer, subsequentemente, a minorias nacionais imigrantes, nomeadamente dos Países Africanos de Língua Portuguesa Oficial (PALOP), do Brasil e do Leste Europeu⁴⁴.

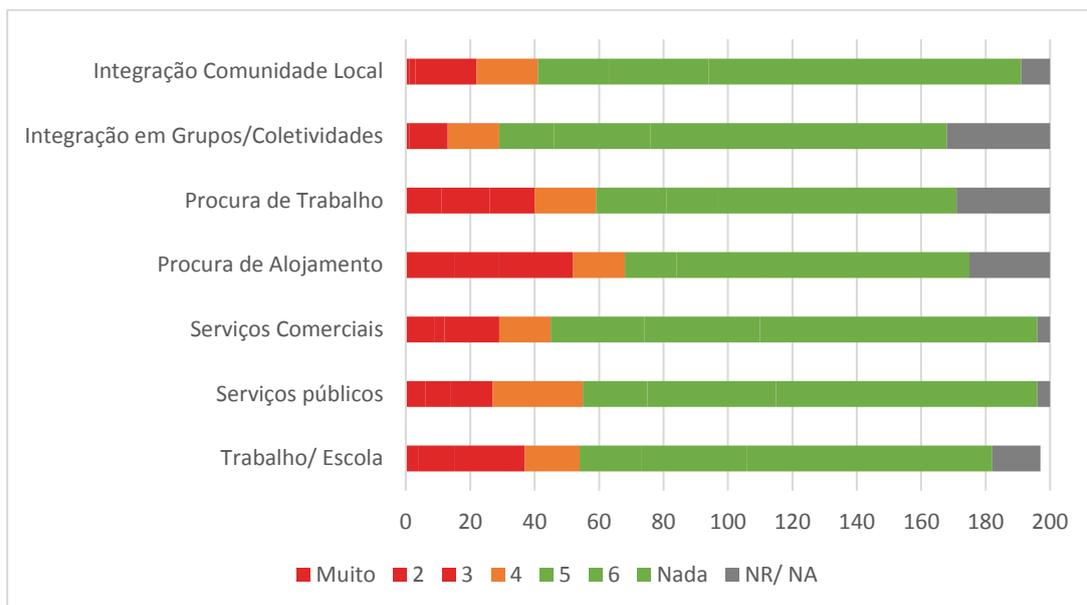
Quanto às relações, por um lado, entre imigrantes e autóctones, e por outro, entre imigrantes e instituições que prestam serviços públicos, é relevante saber em que medida existem práticas de discriminação relativamente aos imigrantes. Por isso interessou-nos apreender as perceções dos imigrantes inquiridos nestes aspetos tão delicados, incidindo a questão em diversas situações tais

⁴³ Vide inquérito sobre “Políticas Sociais”, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 2020

⁴⁴ Em Portugal têm sido divulgadas e denunciadas não só situações de discriminação e racismo (a morte do jovem Alcindo em Lisboa, mas também situações de perseguição (expulsão da comunidade cigana em Oleiros, Vila Verde) e/ou processos de exclusão social no campo da educação, na saúde e na habitação (cf. Silva e Sobral 2014, Silva 2018)

como “integração na comunidade”, na “procura de trabalho”, na “procura de alojamento”, nos “serviços comerciais”, nos “serviços públicos” e na “escola/trabalho”, cujos resultados são evidenciados pela figura 23, que nos chama a atenção de alguns setores críticos e que merecem, numa sociedade democrática, a preocupação do poder local e nacional, nomeadamente os contextos de aluguer/arrendamento de casa, na procura de trabalho e no próprio trabalho, além de situações relacionadas com as relações na comunidade⁴⁵.

Figura 23 - Sentimento de discriminação



A avaliação da resposta foi efetuada numa escala ordinal entre 1 “muito discriminado” e 7 “nada discriminado”, verificando-se em todos os itens a variação entre estes valores, à exceção da integração em grupos/coletividades (2 a 7). Relativamente à avaliação do sentimento de não discriminação, as percentagens mais elevadas observam-se na integração de grupos/coletividades (82,7%), seguido da integração na comunidade local (78,5%), do atendimento em serviços comerciais (77,0%) e atendimento em serviços públicos (71,9%). Os valores mais baixos observam-se na procura de alojamento (61,1%) e na procura de trabalho (65,5%).

⁴⁵ A propósito, o estudo de Lages *et al.* (2006) evidencia que dos portugueses inquiridos, cerca de um terço não aceitaria ter como chefe um imigrante; que não colocaria os seus filhos numa escola com muitos imigrantes (cerca de um terço); que se sentiria incomodado em caso de casamento de familiar direto com um imigrante africano, brasileiro ou de Leste, e cerca de 20% não aceitaria ser vizinho de imigrantes brasileiros ou de Leste.

Quando consideramos o sentimento de Discriminação, 29,7% refere-se a este sentimento na procura de alojamento, 23,4% na procura de trabalho e 21,6% no local de trabalho/escola. A integração em grupos/coletividades apresenta o valor mais baixo com 7,7%. Os restantes itens apresentam valores intermédios. A ilustrar este cenário, estão alguns comentários feitos pelos inquiridos, na procura de alojamento:

“Muita discriminação (ouviam a voz no telefone que era brasileiro, alteravam o valor e condições e diziam que já estava alugada)”
(...) Por ser africano aumentam o valor da renda. É difícil encontrar uma casa em Viana”.

Também no que se refere à procura de emprego, há relatos de discriminação, tal como:

“Dificuldades em conseguir emprego porque nas empresas onde deixava o CV tive a percepção de que era preterido por ser estrangeiro”.
“Estive desempregado quatro meses. Tive dificuldade em ser aceite no mercado de trabalho por ser imigrante e quando me aceitavam era para funções primárias e com salários baixos. Trabalhei como empregado de mesa, operador de fábrica, pintor e hotelaria”.

E noutras situações do quotidiano:

“Uma coisa que ao início também me incomodava era andar de autocarro porque as pessoas olhavam muito para mim. Não sei se era o meu preconceito, mas achava que as pessoas por eu ser negra fugiam de mim. Mesmo no shopping quando íamos a uma loja passear tínhamos sempre algum colaborador atrás de nós. Recentemente entrei num hipermercado com mochila e o segurança andava-me a seguir, até só peguei numa coisa e saí porque fiquei atrapalhada. Algumas pessoas aqui em Viana do Castelo são mesmo racistas. Sem ser através de atitudes, também já tive pessoas que foram agressivas na comunicação. Ainda há dias, numa passadeira, um condutor não respeitou a minha passagem e por eu ter colocado a mão no carro dele, ele ainda me chamou de “Preta, negra”. (imigrante de S. Tomé)

5.5. Integração

Forçada ou voluntária, a saída do país de origem, supõe a chegada e conseqüente estadia num outro país, pelo que, a par do emprego, encontrar uma habitação, mesmo que temporária, será uma prioridade para alguém que procura iniciar uma nova etapa da sua vida.

Tendo em conta as especificidades inerentes às questões da imigração, logo aqui se podem verificar vários obstáculos no acesso ao alojamento, passando pela escassez de alojamento acessível, por exigências acrescidas por parte dos proprietários, pela discriminação, pelo desconhecimento do funcionamento do mercado habitacional e pela própria situação legal de residência no país, que dificulta a assinatura de contratos de arrendamento e imobiliário (Observatório das Migrações, 2011).

Estes constrangimentos, não raramente, forçam alguns imigrantes a viverem em condições precárias, nomeadamente em alojamentos sobrelotados ou em habitações degradadas.

Se tivermos presente que a vivência do quotidiano do imigrante exige um elevado esforço físico e psicológico, a habitação, a casa, torna-se um espaço para restabelecer forças, conferir segurança, estimular os afetos e lugar de práticas e rituais que preservam a sua identidade cultural.

5.5.1. Habitação

A importância da habitação tem merecido a atenção de investigadores sociais e decisores políticos, como é exemplo a intervenção de Sónia Pereira, Alta Comissária Para as Migrações, quando, numa entrevista à *Lusa*⁴⁶ referia que “A pandemia da Covid-19 foi democrática, mas “*o confinamento foi desigual*” e deixou a descoberto os já menos protegidos, nomeadamente na questão da habitação, “*estrutural para o país*”, destacando que as “*carências habitacionais*” são tema recorrente de quem contacta o Alto Comissariado para as Migrações. Essas carências habitacionais estão identificadas e o Governo “*deu fôlego a esta área*” para se encontrar novas soluções de habitação, frisa Sónia Pereira. Quando abordamos o problema da habitação e dos imigrantes identificamos, desde logo, uma conexão de fatores negativos, aliás muitos deles identificados num estudo promovido por Malheiros e Fonseca (2011). Consideram os autores que “*Em todas as regiões analisadas, o valor dos arrendamentos cobrados para residências que, muitas vezes, são antigas e não apresentam boas condições de habitabilidade é, em média mais elevado do que o exigido aos cidadãos nacionais*”. Além dos custos elevados, um outro aspeto que merece reflexão prende-se com a sobrelotação das habitações. Segundo Joana Henriques (2017)⁴⁷ “*Em Portugal, cerca de 42,3% dos imigrantes de países de fora da União Europeia vive em casas com excesso de habitantes. Esta percentagem é cinco vezes superior à do que os portugueses que vivem nas mesmas condições (8,5%)*.”

Daqui se infere que a par das condições de trabalho, dos baixos salários e das questões relacionadas com os preconceitos étnicos, a habitação é um fator determinante para uma boa integração do imigrante na sociedade portuguesa.

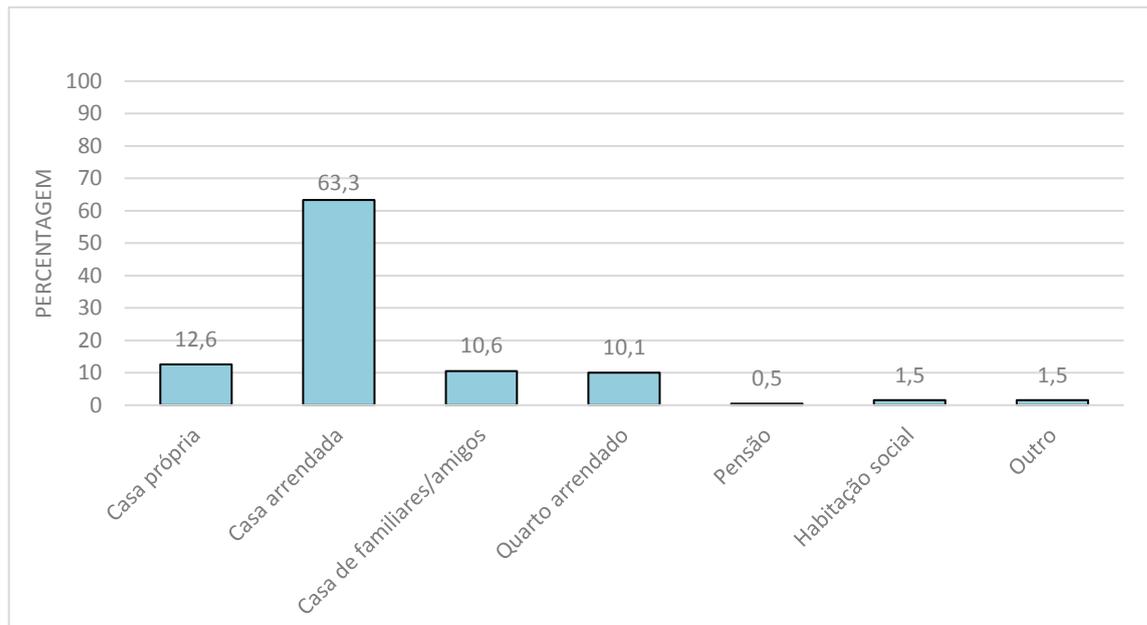
⁴⁶ Sónia Pereira, Alta Comissária Para as Migrações, In Entrevista à Agência Lusa, 1/7/2020.

⁴⁷ **Henrique, Joana Gorjão, in “Quase metade dos imigrantes vive em casas sobrelotadas”, Jornal Público, 22/3/2017.**

No concelho de Viana do Castelo, embora durante muito tempo não houvesse evidência de escassez de habitação ou especulação imobiliária, nos últimos cinco anos, tem-se verificado uma viragem no mercado habitacional. O aumento da procura, sobretudo no mercado de arrendamento, é uma realidade atual, principalmente na área urbana, muito por via do aumento do próprio tecido industrial, nomeadamente da indústria naval, que resulta na “importação” de mão-de-obra de outras zonas do país e de vários países da Europa, bem como pelo aumento do fluxo de imigrantes, sobretudo do Brasil e da África. Por isso, impunha-se a questão colocada aos inquiridos, para aferir até que ponto o mercado habitacional está a corresponder às necessidades atuais.

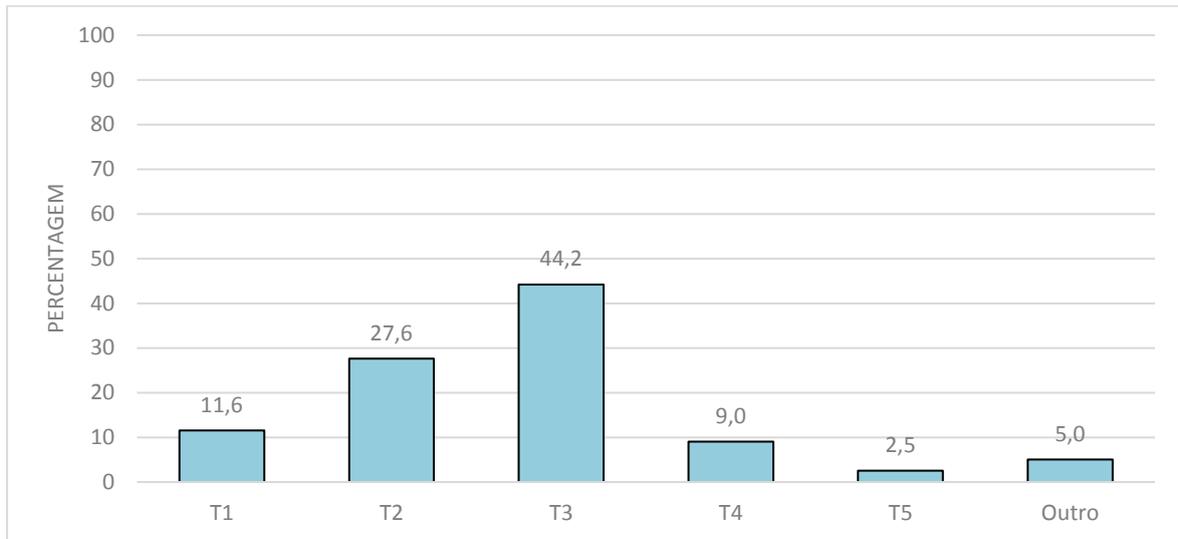
Observando o tipo de habitação dos imigrantes inquiridos, mais de 63 % mora em casa arrendada, havendo, contudo, 12,6% que tem casa própria, enquanto 10,6% vive em casa de familiares ou de amigos, e 1,5% usufrui de uma habitação social, tal como a figura 24 nos dá conta.

Figura 24 - Tipo de habitação



Quanto à tipologia de alojamento, predomina o T3 (44,2%), seguido de T2 (27,5%) e T1 (11,6%), sendo 11,5% mora em tipologias iguais ou superiores a T4 (Figura 25).

Figura 25 - Tipologia de habitação



O grau de satisfação com a habitação foi operacionalizado numa escala ordinal de sete itens, correspondendo 1 a “Muito mau” e 7 a “Excelente”. A maioria avalia em 5 (26,5%) e em 6 e 7 (23,5% cada item). Valores de 3 ou inferiores representam 10%. Das 20 pessoas com satisfação inferior a 3, as razões da insatisfação mais referidas prendem-se com as relativas à temperatura das habitações, nomeadamente o frio (31,6%) e condições de habitabilidade deficientes (31,6%), seguido do edifício ser antigo (26,3%) e da humidade (21,1%). O reduzido número de divisões (15,8%), a privacidade e a vizinhança, a expectativa de viver sozinho, a distância ou as avarias foram outras razões apontadas. O nível de conforto foi recodificado em “Bom”, quando as apreciações eram todas positivas. “Nem mau nem bom”, quando existiam referências a que algo não era adequado às expectativas e “Mau” quando só existiam referências negativas. Para a maioria (55%) o nível de conforto é “Bom” e para 10,5% é “Mau”, sendo que para os restantes (34%) “Não é mau nem bom”. As deficiências mais referidas são a humidade, a falta de aquecimento, as dimensões da habitação, a falta de saneamento, a localização, a qualidade da construção, ou o ruído.

Se metade (50,0%) não sentiu dificuldade em arranjar habitação, já 44,5% sentiu dificuldades e os restantes 5,5% ou ainda não procurou habitação ou não respondeu. Das 89 pessoas que referiram dificuldades em encontrar alojamento, a razão mais referida é o valor da renda (42,7%), seguida da discriminação e da caução elevada (27%), escassez da oferta (22,5%) e exigência de fiador (20,2%). Com menos de 10% são referidas, entre outras, a burocracia, a inexistência de pessoas de referência ou a falta de recursos financeiros.

São transcritas, aqui, algumas respostas que se obtiveram relativas a esta questão (aberta) e que vêm comprovar as dificuldades na procura de alojamento em Viana do Castelo:

“Estou à procura de um T2, mas está a ser muito difícil. Estão a pedir fiadores. Somos imigrantes, como vamos ter fiadores? Há uma casa em que estão a pedir três meses de caução”.

“Foi muito difícil porque não falava a língua, não estava legalizada, nem tinha trabalho para poder pagar uma renda elevada.”

“No primeiro, sim. Discriminação, por ser mulher, brasileira e solteira (associação a prostituta); as rendas mais baratas não me aceitavam, tive que procurar as mais altas. No segundo não teve tanta dificuldade, pois a colega que me encaminhou já conhecia o senhorio”.

“Muita dificuldade porque sou negra e estrangeira; renda alta (antes tentei com rendas mais baixas mas depois no dia faltaram à palavra).

“Liga-me, mas só aluga para Erasmus ou portugueses e exige o total de renda por todo o tempo que lá ficam (3 meses ou 1 ano, etc.)”;

“Tem que ter fiador; dois meses adiantados”

“Muita discriminação (ouviam a voz no telefone que era brasileiro, alteravam o valor e condições e diziam que já estava alugada).

Esta posição dos inquiridos é reafirmada na entrevista aos informantes privilegiados NPT, eles próprios incluídos nesta dificuldade. Um destes informantes, representando um grupo de estudantes africanos, aponta a questão da habitação como muito problemática, sobretudo para quem vem para Portugal com elevadas expectativas – por resultar de acordos entre Governos – e se depara com esta situação, tal como se descreve:

“Comecei a minha formação antes de ter conseguido casa e tive que ficar alojada num albergue durante um mês. Na procura de casa tive muitas dificuldades devido aos valores muito altos, por pedirem fiador e caução mesmo sabendo que era estudante (...). Eu até tive sorte de encontrar um quarto perto, mas não tinha condições pois não tinha água quente, tínhamos de aquecer a água no fogão para tomar banho. Agora estou num T3 com mais duas colegas, (...) Mas é uma boa casa, tem condições, tem água quente, mobiliário, tem tudo” (NPT de S. Tomé e Príncipe).

A mesma dificuldade na obtenção de alojamento, sentida por outro informante NPT oriundo da Venezuela:

“(...) somos uma família de quatro pessoas e como não conseguimos encontrar casa em Viana, fomos viver para Amorosa, que é longe da cidade e aí surgiu outro problema, a falta de transportes que condicionou muito a procura de emprego e nos obrigou a mais tarde, sair de lá e voltar a procurar casa em Viana. (...). E foi muito difícil porque as rendas são muito altas e pedem um fiador, que não temos porque não conhecemos ninguém. Para substituir o fiador chegaram a pedir um ano de renda adiantado (...)”

No que se refere a habitação social, apenas 1,5% dos imigrantes inquiridos reside em habitação social, o que pode indiciar a escassez deste tipo de habitação para responder às necessidades locais ou a inacessibilidade, por desconhecimento, por parte de imigrantes.

Embora se reconheça um esforço em matéria de políticas públicas sobre habitação para imigrantes, muito ainda há a fazer, nomeadamente, a entrada de outros atores institucionais nesta matéria, como é o caso das autarquias. Estas, conhecendo a realidade *in loco* poderiam disponibilizar informação credível nos seus sítios da Internet, informar sobre legislação relacionada com direitos e deveres de arrendatários e senhorios, implementar programas de sensibilização junto do mercado imobiliário e recorrer a mediadores culturais, o que permitiria atenuar a especulação e o preconceito, como são exemplos, a recusa em arrendar habitações a imigrantes de determinadas origens étnicas bem como os valores exorbitantes pedidos em cauções e a obrigatoriedade de fiador (Malheiros e Fonseca, 2011). Em entrevista ao Presidente da União de Freguesias de Viana do Castelo, percebeu-se que:

“(...) Outra dificuldade está relacionada com a habitação.(...). Ao passar os atestados de residência (...) identificamos que já estão “cinquenta” pessoas a viver no mesmo apartamento. Não fazemos a verificação no local, a única coisa que constatamos é que a morada do atestado de residência é igual para muita gente. As fiscalizações têm de estar mais atentas a estas situações pois nós não sabemos as condições em que as pessoas estão a viver. Isto é preocupante. Eu próprio já reportei uma situação ao SEF. Eu para comunicar ao SEF faço-o por escrito, (...) É necessário aumentar a capacidade de resposta do SEF a nível nacional tendo em conta a vaga que temos de migrantes. Se logo nas primeiras entidades que os migrantes procuram têm dificuldade de acesso à informação ou à resposta, a opinião que têm das outras entidades vai ficar também comprometida”.

Tal como o Presidente da UFVC identifica, e o próprio tendo noção da realidade, acaba por declarar que estamos aqui perante um problema de passividade ou desleixo institucional, que não é exclusivo das autoridades municipais locais, e que não poderão aguentar por mais tempo, dado se poder agravar em contexto de pandemia, o que se pode considerar um problema de saúde pública, pelo que as autoridades municipais têm uma responsabilidade acrescida, não podendo ignorar que este problema existe.

5.5.2. Emprego e situação profissional

O acesso ao mercado de trabalho, por parte dos imigrantes, sendo fundamental para a sua integração efetiva numa comunidade de acolhimento, apresenta-se como um desafio que oscila entre oportunidades, precaridade, desequilíbrio salarial, fragilidade contratual, entre outros obstáculos, que se agudizam em épocas de crise económica e que nem sempre corresponde às expectativas geradas face às suas competências. Por exemplo, segundo Góis *et al* (2018), no que se refere ao indicador “mobilidade no mercado de trabalho”, publicado pelo Index de Políticas de Integração de Migrantes (MIPEX), Portugal obteve em 2014 a pontuação de 91 em 100, em que a legislação portuguesa é favorável ao acesso ao emprego por cidadãos estrangeiros⁴⁸. Mas segundo o mesmo estudo, a meta da igualdade e da não discriminação não está alcançado, apontando alterações nas normas, nomeadamente as relativas ao acesso à função pública e ao exercício de atividades profissionais concretas (exercício da advocacia ou da profissão de segurança privada), para além de ausências de julgamentos ou sentenças sobre situações concretas de discriminação no acesso ao emprego, e a assinalar o número reduzido de queixas nas mais diferentes instâncias sobre estas questões.

Para os portugueses menos informados, os imigrantes ainda são vistos como uma ameaça aos postos de trabalho e exploradores do sistema social do Estado, no entanto, a realidade é bem diferente. Mostra que a esmagadora maioria ocupa empregos que os portugueses rejeitam porque se situam na agricultura, pescas ou construção civil exigindo elevado desgaste físico, nem sempre nas melhores condições e mal remunerados. No caso das mulheres, as ocupações são no serviço

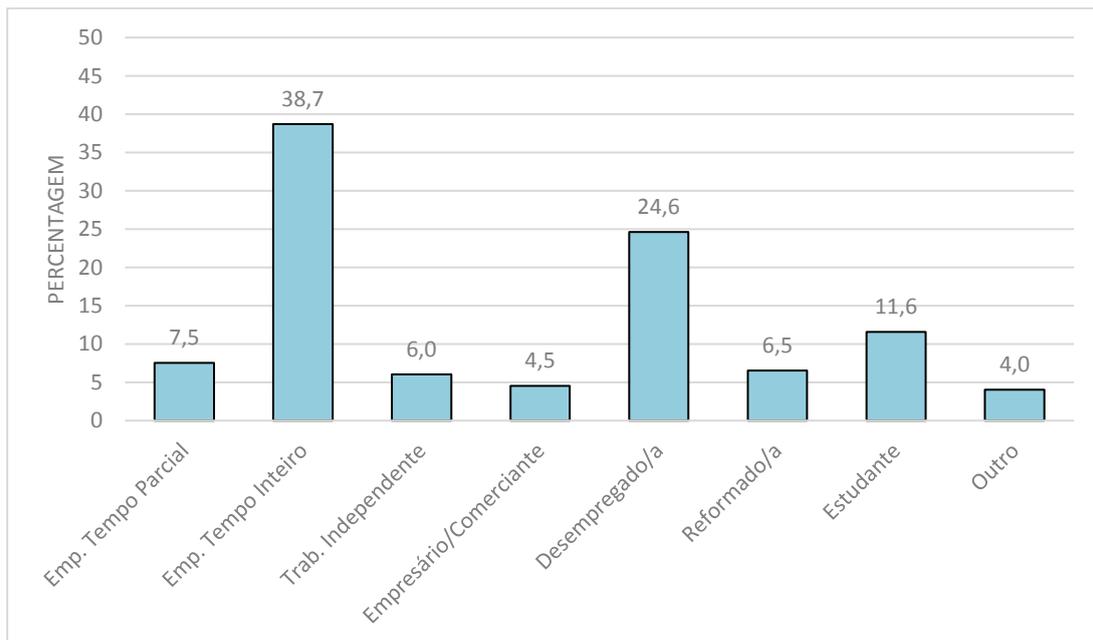
⁴⁸ Dados de 2014 sobre Portugal disponíveis em <http://www.mipex.eu/portugal>

O MIPEX é um guia de referência e uma ferramenta interactiva para avaliar, comparar e melhorar as políticas de integração. Este guia, que se baseia em 148 indicadores, num quadro multidimensional, avalia as políticas de integração de 31 países da Europa e da América do Norte. Uma atualização do index é esperada em final de 2020, através de uma nova publicação.

doméstico ou no setor da restauração em tarefas de limpeza ou atendimento (Lages *et al.*, 2006; Peixoto (2009). Efetivamente, é nos contextos laborais onde persistem os maiores níveis de discriminação. Embora hoje os organismos de fiscalização sejam mais eficientes, os imigrantes continuam a reportar situações de exploração por parte de alguns patrões, traduzidos nos salários praticados, nalguns casos abaixo dos auferidos pelos portugueses, sendo essa diferença mais acentuada quando se trata de africanos e asiáticos, o que mais uma vez evidencia o cariz seletivo de origem étnica. Referem ainda que há patrões que não fazem descontos para a sistema social.

No que se refere aos inquiridos do presente estudo, tal como a Figura 26 mostra, verifica-se que a maioria (56,7%) está inserida no mercado de trabalho, sendo que, destes, 38,7% possui um contrato de trabalho a tempo inteiro, 7,5% trabalha em regime de tempo parcial, 6% são trabalhadores independentes e 4,5% são empresários.

Figura 26 - Situação profissional



A figura 26 evidencia, portanto, que a maioria se relaciona, ou se relacionou, no caso dos reformados -6%, ou no caso dos desempregados (24,6%) com o mercado de trabalho, pelo que contribuem ou contribuíram para a vida social e económica do país.

Relativamente à profissão⁴⁹ dos inquiridos, no seu país de origem, verifica-se que os grupos profissionais mais representados são os especialistas de atividades intelectuais e científicas (24,5%), seguidos do grupo dos representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos (11,0%) e do grupo dos trabalhadores de serviços pessoais, de proteção, segurança e vendedores (11,0%). Com menos de 10%, por ordem decrescente, são referidos os técnicos e profissões de nível intermédio, o pessoal administrativo, os trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices, os agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta, e os trabalhadores não qualificados. O grupo menos representado é o dos operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem.

Quanto à profissão atual dos inquiridos, agora enquanto trabalhadores imigrantes, verifica-se um predomínio do grupo profissional “Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices” (24,3%) seguido dos “Trabalhadores de serviços pessoais, de proteção, segurança e vendedores” (22,9%), e dos Trabalhadores não qualificados (20,0%). As profissões com mais qualificação representam 7,8%.

Fazendo a comparação entre a profissão exercida no país de origem e a exercida atualmente, em Portugal, verifica-se uma inversão na posição dos grupos profissionais, passando para a percentagem mais baixa (7,8%) o grupo que predominava (profissões com mais qualificações). Percebemos que, apesar de exercerem funções em profissões que exigem menos qualificações, os inquiridos aceitam esta situação, devido à importância que o emprego assume na sua integração.

Ainda assim, além dos 11,6% estudantes, há 24,6% desempregados (Figura 26), podendo considerar-se um número bastante elevado, tendo em conta que o inquérito foi aplicado em 2019, num contexto económico favorável, de acordo com o SEF (2019). Daí que 53,5% (107) dos inquiridos tenham referido dificuldades de inserção no mercado de trabalho, como a insuficiente oferta com consequente duração do tempo sem emprego (30,8%), as questões burocráticas e legais relacionadas com processos de regularização, ausência dos vistos de residência (24,3%), a inadequação do posto de trabalho às expectativas dos candidatos, à sua formação ou à sua experiência no país de origem (19,6%), o domínio do português (15,9%), os horários, nomeadamente no que se refere a trabalho por turnos, à duração do horário e à possibilidade de compatibilizar com a vida familiar (15,0%), a

⁴⁹ A profissão foi reagrupada segundo a Classificação Nacional de Profissões, de acordo com os grandes grupos. Foram ainda incluídos os estudantes, as domésticas e uma categoria denominada inespecífico, uma vez que não é possível categorizar a profissão (trabalhadores independentes).

discriminação por questões de cor, raça, religião ou sexo. Houve, ainda, referências ao assédio moral (3,1%) e aos baixos salários (11,2%), bem como ao tipo de duração dos contratos, à insuficiente formação ou experiência profissional, à morosidade nos processos de recrutamento, entre outras.

A ilustrar este cenário de dificuldade no acesso ao mercado de trabalho, vários foram os comentários, dos quais aqui damos conta de alguns:

“Existe muita burocracia. Não consigo trabalhar por causa de não ter o cartão de residência. Já trabalhei em oito sítios, tudo pouco tempo e temporário. Poucos aceitaram sem o cartão, é muita exploração por causa disso”;

“Muito difícil porque não encontro na minha área e não tenho currículo nem experiência noutra área.”;

“Por falta de documentação exigida na maioria dos empregos (o CR) não pude participar na maioria das vagas. Horários muito complicados, trabalhar por turnos. Os horários são de exploração. Muitas horas, ordenado baixo, funções muito desgastantes. Em metade das entrevistas que fui maltrataram-me psicologicamente. Em muitas das vagas não deixaram fazer questões sobre a vaga. Muitas vezes só se sabe mais informação se se for selecionado para a segunda entrevista (...)”

Sabemos que a motivação económica é uma das principais razões da imigração para o nosso país e que, de facto, a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho é elevada (Peixoto, 2009), devido à grande procura, sobretudo em áreas de trabalho mais precárias, como a hotelaria, a restauração, a construção civil e o trabalho doméstico. Mas há também que acrescentar a possibilidade de, atualmente, a regularização da permanência em território português ser autorizada através da obtenção de um contrato de trabalho, o que pode justificar a elevada taxa de empregabilidade dos imigrantes, de uma forma geral. Ainda assim, parece-nos que, pelas respostas atrás transcritas, mesmo havendo a possibilidade de os imigrantes poderem obter um contrato de trabalho sem autorização de residência, (artigo 88º e 89º da Lei dos estrangeiros, Lei nº 23/2007), nem sempre as empresas estão abertas a esta possibilidade e não aceitam a contratação sem a documentação considerada “legal” ou aceitam, mas para tarefas mais duras e em situações precárias. Esta situação foi referida por 27 dos inquiridos, o que significa que a “abertura” à possibilidade de regularização dos imigrantes em território português, através da obtenção de um contrato de trabalho

e da perceção da “facilitação” dos procedimentos, - aliás, referida por alguns dos inquiridos como uma das motivações da escolha de Portugal como país de destino – ainda não está bem clarificada junto da opinião pública em geral e das entidades empregadoras, em particular. Acresce o facto de as entidades empregadores demonstrarem falta de informação sobre estas situações ou “usarem” esta via como forma de discriminação. A ilustrar esta situação, passamos a transcrever a informação prestado pelo diretor de recursos humanos de uma empresa de recrutamento de trabalho temporário:

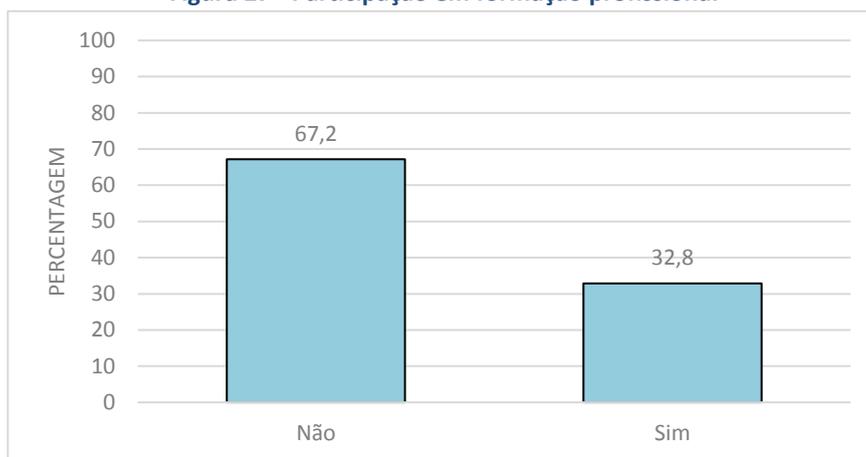
“(...) Sim, há constrangimentos a ultrapassar, porque não há consenso na interpretação da legislação, porque o SEF diz uma coisa, mas a Associação das Empresas de Trabalho Temporário (AETT) diz outra coisa no que respeito à documentação exigida para que os imigrantes integrem o mercado de trabalho. Por um lado, o artigo 88º da Lei nº 23/2007, diz que para os imigrantes poderem submeter o pedido de “manifestação de interesse” têm que ter um contrato de trabalho. Por outro lado, AETT dá orientações para não estabelecermos contratos de trabalho, quando os imigrantes não têm contrato. Assim, é muito complicado trabalhar”.

Também o IEFP refere constrangimentos e dificuldades na resposta às solicitações dos imigrantes, no que se refere ao acesso ao emprego e à formação, porque:

“(...) temos que cumprir a legislação que impõe requisitos que impedem o acesso à formação e à inscrição para o emprego (...) Inclusivamente, há programas financiados que colidem uns com os outros, como acontece com os comprovativos das habilitações” (...) Atualmente, muitos NPT vêm com passaporte de turismo e depois procuram encontrar um emprego que lhes dê a possibilidade de estabelecerem um contrato de trabalho, com o qual podem pedir a legalização, através da “manifestação de interesse”. Acontece que, como não falam a nossa língua, não conseguem o contrato de trabalho e quando procuram o PPT, também não se podem inscrever, porque não estão inscritos na segurança social nem têm autorização de residência. E é um ciclo vicioso que torna o processo bem difícil (entrevista ao diretor do IEFP de Viana do Castelo).

A baixa importância dada às qualificações dos migrantes, por parte das entidades empregadoras, é evidenciada pelos resultados já referidos, bem como nas respostas dos inquiridos. Por isso, consideramos que uma forma de os imigrantes ultrapassarem este constrangimento, será o recurso à formação profissional em áreas do seu interesse e que respondam às necessidades do mercado de trabalho.

Figura 27 - Participação em formação profissional



Questionados os inquiridos sobre a importância de formação profissional e complementar para inclusão no mercado de trabalho, verifica-se na Figura 27 que 67,2% referia que nunca tinha frequentado qualquer formação, podendo parecer paradoxal já que 55,5% dos inquiridos afirmou que é detentor de uma formação complementar, a mesma poderá contribuir para a inserção no mercado de trabalho, referindo contributos ou potenciais contributos da formação a vários níveis (44,5%). Na especificação dos contributos, o mais referido é a qualificação profissional (33,0%), a possibilidade de arranjar/mudar de emprego (30,2%), a integração na sociedade (21,7%) e a aquisição e ou desenvolvimento de conhecimentos (20,8%).

No entanto, uma grande parte dos inquiridos, mesmo considerando a formação importante para conseguir um emprego, nunca participou em nenhuma formação porque:

“Tentei fazer um curso mas começaram a pedir o cartão de residência”;

“Não tive oportunidade porque fui trabalhar logo que pude”;

“Os centros de formação não abrem vagas e não aceitam imigrantes que, aguardam autorização de residência”.

“Nunca procurei porque tenho uma família grande e a prioridade é trabalhar para sustentar a família” e

“Quando cheguei cá, fui logo trabalhar. Por isso, não tive oportunidade de fazer formação.”

(comentários feitos pelos inquiridos na questão aberta)

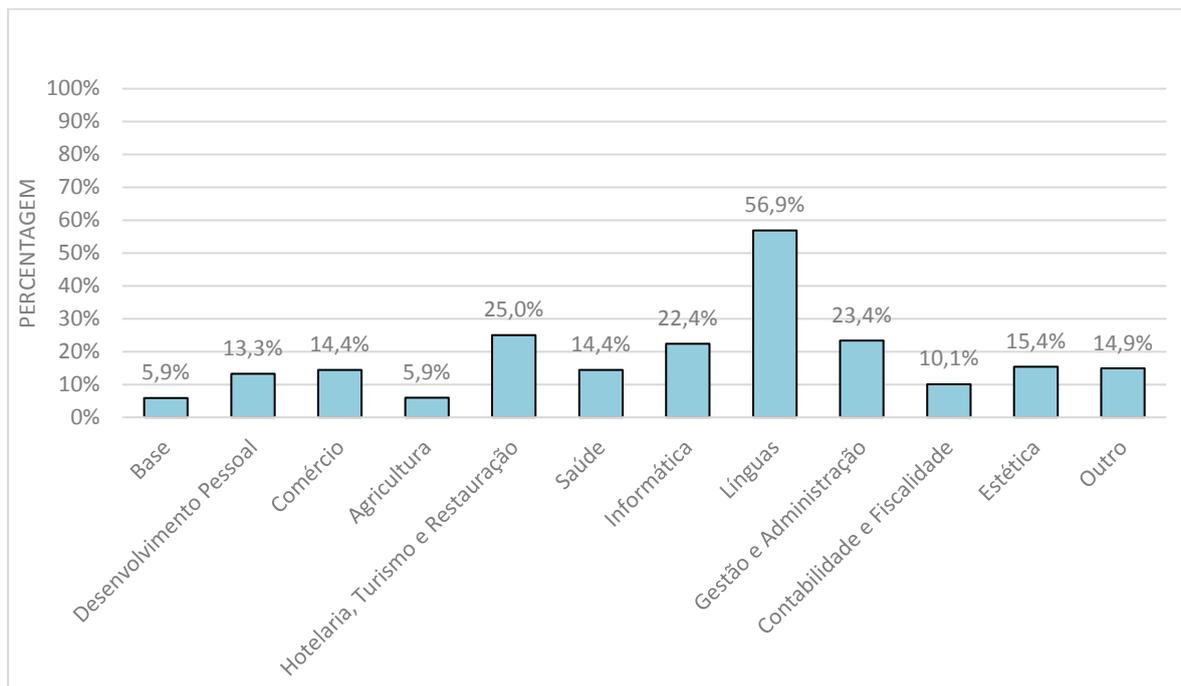
Destas respostas, embora a maioria considere que a formação pode contribuir para a sua inserção no mercado de trabalho, depreende-se que uns não a consideram uma prioridade e outros tiveram alguma dificuldade no acesso à mesma. A dificuldade mais referida é a prioridade em arranjar trabalho ou continuar os estudos (32,4%), seguido de não ter procurado formação ou não ter tido

oportunidade de o fazer (18,9%), e de não ter documentos de legalização ou residência (16,2%). Outras razões apontadas com menor frequência são a incompatibilidade de horários, idioma, preço de propinas, entre outras. Há que referir que as regras vigentes no que à questão da autorização de residência diz respeito, é um constrangimento apontado quer pelos imigrantes quer pelas instituições, uma vez que existem contradições e colisão com os normativos legais, tal como refere o responsável do IEFP

(...) Todos têm que estar em situação regularizada e há uns que podem inscrever-se no Centro de Emprego, mas não na formação. Para se inscreverem na formação necessitam dos certificados ou das equivalências e muitas vezes, os imigrantes não têm consigo essa documentação, o que os impossibilita de se inscreverem nas formações que pretendem ou são obrigados a escolher outras ou a começarem por fazer a formação base (RV CC). (...) a formação e o PPT, embora, sobretudo no caso do PPT, nem sempre seja possível abrir a formação, porque as regras são apertadas, no sentido em que é necessário constituir a turma com 26 alunos e que estejam legalizados. E muitos dos que se querem inscrever não têm a documentação devida e os cursos não abrem”.

Quanto às áreas de interesse em termos de formação profissional (Figura 28), a mais referida são as línguas (56,9%), a hotelaria, turismo e restauração (25,0%), gestão e administração (23,4%) e informática (22,4%).

Figura 28 - Áreas de formação profissional de interesse



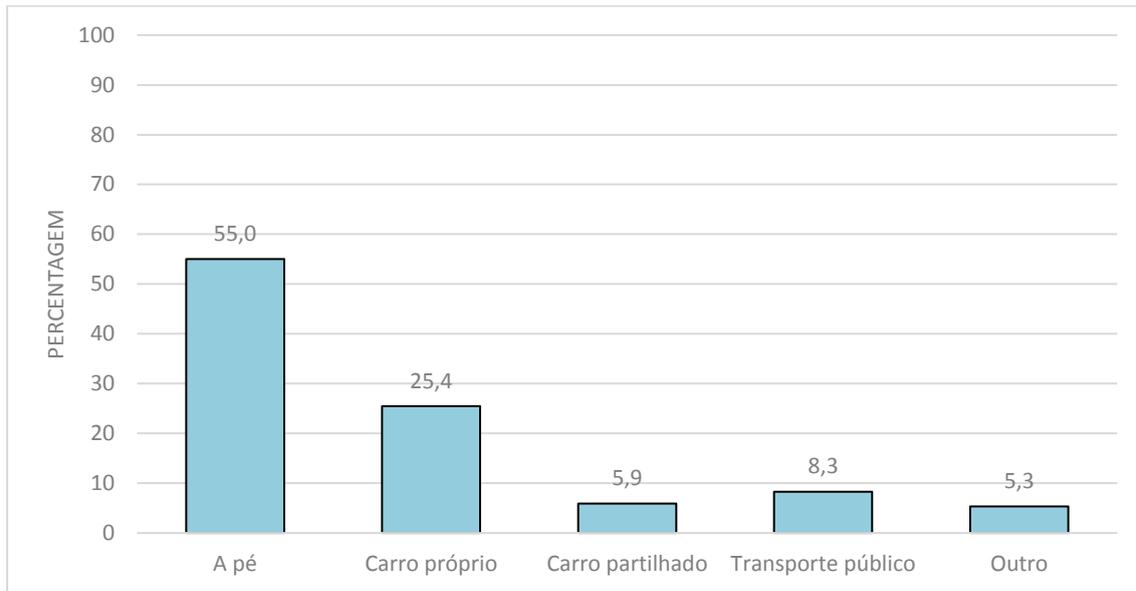
São ainda referidas outras áreas com percentagem inferior, como estética, comércio, saúde, desenvolvimento pessoal, entre outras. Na especificação de “outras” áreas de formação, são apontadas as áreas de educação, eletricidade, gerontologia/geriatria e soldadura.

Outra das dificuldades de acesso ao mercado de trabalho referida por alguns dos inquiridos é a falta de transportes, de que a seguir daremos conta, sobretudo para os que vivem fora da área urbana da cidade.

5.5.3. Transportes

Relativamente à questão dos transportes, quando questionados acerca do meio de transporte utilizado nas deslocações para/do emprego ou escola, observa-se, pelos resultados da Figura 29, que a maioria se desloca a pé (55%) seguido da modalidade “carro próprio” (25,4%), sendo os transportes públicos utilizados por 8,3% dos respondentes. O carro partilhado é referido por 5,9% e 5,3% refere “outros meios” de transporte, nomeadamente boleias e autocarro da empresa. É ainda de referir que 15,5% não responderam à questão.

Figura 29 - Meios de transporte utilizado



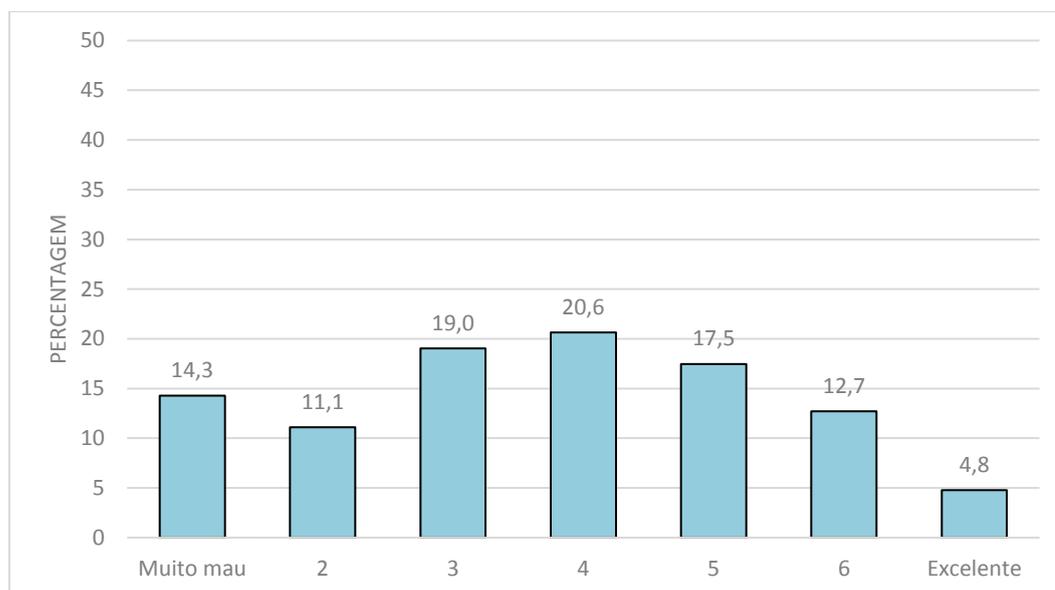
No que se refere às dificuldades nas deslocações para o trabalho, 74,0% refere que não tem qualquer dificuldade. Se olharmos para o Figura 29, percebe-se qual a razão desta resposta, ou seja, a maioria desloca-se a pé para o seu local de trabalho. No entanto 10,0% dos inquiridos refere dificuldades, cujo caso aqui relatado em entrevista é elucidativo:

“Tive muitas dificuldades na procura de emprego devido à falta de transporte entre a casa onde vivo e o centro de Viana, onde existe maior possibilidade de conseguir emprego,”

Os motivos apontados são a inadequação da rede de transportes (85%), os horários, a não existência de transportes, a distância da paragem, entre outras. Há ainda 10% dos inquiridos que refere o preço elevado dos transportes face ao vencimento que auferem. Olhando para os números, poderá parecer que a falta de transportes não será um problema, tanto mais que a grande maioria dos inquiridos afirmou que não tem dificuldade na deslocação para o emprego ou escola e apenas 10% referiram ter dificuldades. Estas respostas justificam-se porque a maioria vive na periferia da cidade ou na própria cidade que, sendo de pequena dimensão, permite a deslocação a pé. Mas quando é necessário utilizar o transporte público, as respostas são muito diferentes, como aliás, já atrás foi referido como uma dificuldade na inserção no mercado de trabalho.

Quanto à regularidade e frequência dos transportes públicos (Figura 30), numa escala de 1 a 7, em que 1 é igual a “Muito má” e 7 equivale a “Excelente”, cerca 44% dá uma avaliação negativa, enquanto que 35% avalia a frequência dos transportes entre “Boa” e “Excelente”.

Figura 30 - Avaliação da frequência/regularidade dos transportes públicos



Como atrás se referiu, apesar de algumas melhorias (em curso) sobretudo no transporte ferroviário (eletrificação da linha do Minho), basicamente as estruturas de transporte mantêm-se, não sendo suficiente para servir as comunidades, tal como os inquiridos foram referindo nas suas respostas. Alguns afirmaram que foram obrigados a adquirir transporte próprio, pois de outra forma seria impossível encontrar um emprego, dada a dificuldade em encontrar transporte público. Esta situação é confirmada pelo autarca de uma freguesia onde está situada umas das zonas industriais do concelho que refere que:

“(...) Não existe transportes adequados para estas pessoas se deslocarem para os seus trabalhos nem para os filhos se deslocarem às escolas. Este é um aspeto muito determinante para as vidas destas famílias e tem que ser resolvido no curto prazo”.

Este problema de mobilidade e de transportes, ou seja, a ausência de uma rede bem articulada de transportes a nível regional, no Alto Minho e nomeadamente no concelho de Viana do Castelo, pode-se afirmar que, é uma das condições importantes para o desenvolvimento da região, e principalmente para poder servir uma população que não mora e trabalha na cidade. Além disso, há uma clara ausência de articulação de transportes públicos não apenas dentro da NUTS Alto Minho

como entre o Alto Minho e Baixo Minho (Cardoso e Cachadinha, 2018) e entre o Minho e outras regiões do Norte de Portugal⁵⁰.

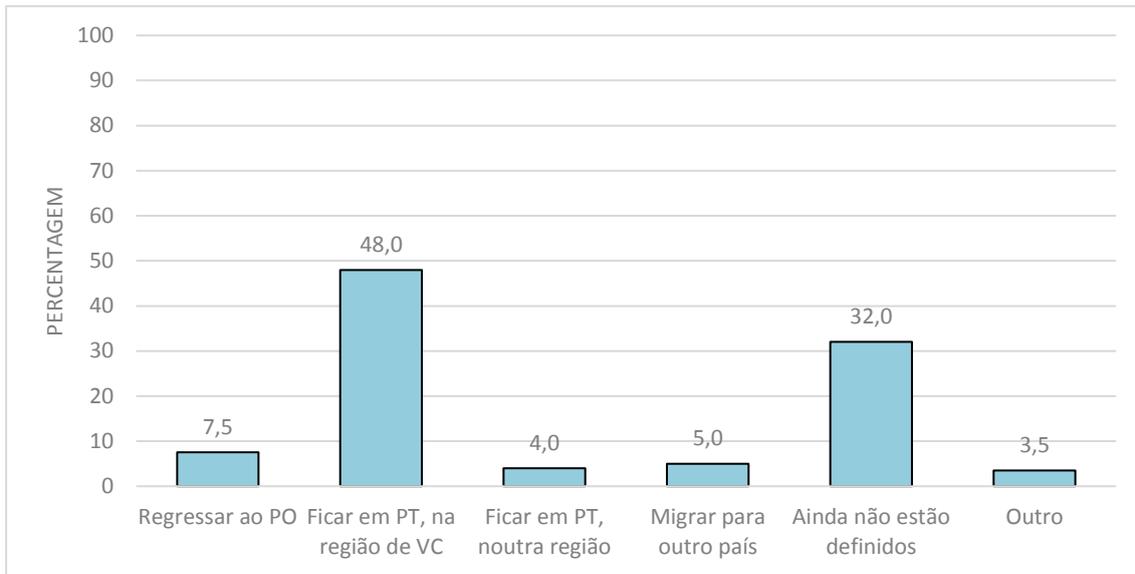
Tendo em conta que as áreas de maior empregabilidade dos imigrantes no concelho são a indústria, a restauração e os serviços - áreas diferentes das áreas profissionais de origem – e considerando o número relativamente elevado de desempregados, interessou-nos aferir até que ponto o empreendedorismo e a criação do próprio negócio, poderiam estar no seu horizonte, enquanto oportunidades de empregabilidade.

Assim, às questões relativas ao empreendedorismo responderam 17 migrantes, sendo que todos referiram que não tiveram apoio para a instalação do seu negócio. Destes, 8 não responderam à questão relativa às dificuldades. Dos restantes, 1 referiu que não teve dificuldades e os outros 8 referiram as questões burocráticas relacionadas, por exemplo, com o licenciamento, as questões financeiras relacionadas com falta de apoio de linhas de crédito, de apoios comunitários ou outros, a carga de impostos, as dificuldades no aluguer de espaços, ou má-fé dos senhorios e o reduzido número de clientes face à área de negócio, ou à procura de preços baixos. Parece-nos que, em Viana do Castelo, não haverá condições para a promoção do empreendedorismo migrante, sem uma profunda reflexão da parte das autoridades, nas condições de acesso a crédito e sem uma política de integração.

Tendo em conta tudo o que atrás se referiu, quanto ao aumento da imigração em Portugal e aos fatores de atração enquanto país de destino, quisemos saber quais eram os planos dos inquiridos para o futuro (Figura 30), no sentido de aferir até que ponto as suas expectativas relativamente a esta questão se mantinham.

⁵⁰ Facilite-se apenas dois exemplos. Se pretender viajar em transporte público entre a freguesia de Afife (Viana do Castelo) e a cidade de Fafe (distância de cerca de 110 Km, serão necessários, em transporte público, pelo menos 195 minutos para a ida e mais 195 minutos para volta. Um segundo exemplo: o caso da mobilidade entre polos do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC, no Alto Minho, que, perante a falta de um bom serviço público em matéria de transportes, a instituição se viu 'obrigada' a criar o seu próprio sistema de transporte (Bus Académico) para os seus alunos, no Alto Minho, o que implica à própria instituição ter que anualmente desembolsar do seu próprio orçamento milhares de euros, a fim de colmatar uma lacuna de mobilidade regional, que não é satisfeita pelo serviço público (Cardoso e Cachadinha 2018:60).

Figura 31 - Planos a longo/médio prazo



Verifica-se que, quanto aos planos a médio/longo prazo, a maioria dos respondentes (48,0%) refere querer ficar em Portugal, na região de Viana do Castelo, seguido de 32,0% que menciona ainda não ter planos definidos. Regressar ao país de origem é referido por 7,5%, migrar para outro país, por 5,0% e ficar em Portugal, noutra região, por 4,0%. 7 inquiridos que referem outras opções, mencionando mais do que uma das que estão definidas, havendo ainda uma referência ao plano de ganhar dinheiro e outra de terminar a formação universitária.

CAPÍTULO VI

6. Conclusões e recomendações

Tal como os diferentes estudos e estatísticas nos demonstram, Portugal, nas últimas duas décadas, com maior ou menor oscilação, tem servido de porto de entrada de pessoas oriundas de todo o mundo que, com motivações diferentes e com perfis cada vez mais diversificados, contribuem para uma variação na demografia, mais intensa numas regiões do que noutras, mas atingindo praticamente todo o território nacional. Consequentemente, este movimento de pessoas e culturas provoca impactos nos territórios a vários níveis que, por sua vez, conduzem à tomada de medidas políticas, legislativas, sociais, económicas e culturais, de modo a regular, acolher e a integrar estas comunidades nos territórios de destino.

Este estudo revelou-se importante porque visou caracterizar, a nível microsociológico, a população imigrante em Viana do Castelo – questionando-a diretamente – e identificar uma diversidade de problemas que fazem parte dos percursos desde o país de origem até ao país/região de acolhimento. Das várias dimensões do fenómeno migratório, começou-se por apresentar uma caracterização sociodemográfica, atendendo a variáveis tais como idade, sexo, estado civil, dimensão do agregado doméstico, naturalidade/nacionalidade e formação que nos permite concluir que estamos perante uma comunidade migrante relativamente ainda jovem, que potencialmente poderá contribuir para contrariar a quebra demográfica em Portugal.

Outro aspeto a concluir refere-se ao perfil dos imigrantes inquiridos que é bastante diversificado, salientando-se o facto de a maioria estar em idade ativa e possuir um grau de escolaridade elevado (ensino superior e secundário). Contudo, este não se constitui como um fator de inserção no mercado de trabalho, já que existe um número relativamente elevado de desempregados e a maioria dos que estão empregados exerce profissões que não correspondem ao nível de qualificações que detêm, uma vez que exercem uma atividade profissional abaixo da sua formação e qualificação profissional. Esta situação pode gerar um sentimento de frustração, discriminação e injustiça, que muitas vezes se traduz numa atitude de acomodação perante a falta de oferta de outra oportunidade. Ou seja, estamos perante uma população, no geral, bem qualificada, que escolheu Viana do Castelo como destino, em que o país/região de acolhimento tem a vantagem de poder beneficiar de um nível de recursos humanos para o qual não teve custos quer na formação inicial quer a nível de qualificação profissional, o que contraria a ideia preconceituosa de que o país

de acolhimento é prejudicado com a entrada e presença dos imigrantes, o que implica ação das autoridades governamentais na desconstrução deste preconceito.

Em matéria de acolhimento, Portugal aparece no pódio dos países que melhor acolhem os imigrantes, mas, também, tal como demonstram os estudos já referidos anteriormente, bem como o presente trabalho, ainda há muito a fazer, para que a efetiva integração dos migrantes vá mais além do que a simples agilização dos processos de regularização. O aumento significativo do número de imigrantes em Portugal, pressionou os poderes públicos a ajustarem e reformularem as políticas nesse sentido e, a par das diversas alterações à chamada Lei dos Estrangeiros (Lei nº 23/2007, de 4 de julho), foram implementadas outras estratégias com este propósito, nomeadamente a elaboração de dois Planos de Integração de Imigrantes e o Plano Estratégico para as Migrações direcionados a todo o território nacional. No entanto, com maior ou menor expressão, praticamente todas as regiões do país têm vindo a sentir o impacto deste aumento migratório, pelo que a intervenção local passou a desempenhar um papel preponderante nesta área, com a conceção e implementação de Planos Municipais para a Integração de Migrantes, a criação de CLAIM onde não existiam, entre outras medidas de proximidade. O concelho de Viana do Castelo, inclui-se nos territórios que sentiram a marca deste movimento e tem vindo a implementar várias medidas de acolhimento e integração dos imigrantes que residem no concelho. E é, justamente, a partir deste território que o presente estudo teve lugar, partindo de alguns modelos teóricos sobre as migrações no mundo, na Europa e no país e, com recurso a algumas técnicas de investigação, foi possível apreender quais os problemas que mais afetam os imigrantes residentes em Viana do Castelo.

Também foi possível apreender que as dificuldades no acesso ao mercado de trabalho passam pelos processos de regularização junto do SEF que, por sua vez, atribui a causa destas dificuldades ao elevado número de pedidos e à falta de documentação necessária, por parte dos migrantes. Contudo, do ponto de vista dos imigrantes, esta dificuldade traduz-se em outros fatores, que vão desde a divergência de informação entre o SEF e as entidades empregadoras, a rigidez dos procedimentos, a morosidade dos processos até a situações de discriminação e racismo. O que nos leva a concluir, ainda que, segundo o MIPEX, a área do emprego esteja bem classificada em Portugal, há trabalho a fazer, por parte das políticas públicas nacionais e locais, para melhorar o acesso ao mercado de trabalho, pelo menos, em regiões de pequena e média dimensão e menos industrializadas, como é o caso de Viana do Castelo.

Uma outra grande dificuldade verificada relaciona-se com a habitação, pois quase metade dos imigrantes inquiridos apontaram essa dificuldade, por escassez de oferta, elevado valor das rendas, exigências de fiador e cauções também elevadas, para além da discriminação. O mercado de arrendamento em Viana do Castelo só evidenciou alguma dinâmica a partir da crise económica de 2008 e das políticas de requalificação habitacional que começaram a emergir na cidade, muito por via do aumento da procura pelos imigrantes e pela entrada de europeus reformados, por motivações fiscais. Estes fatores contribuíram também para o aumento das rendas e da especulação, tornando-se um entrave para os imigrantes que têm menor poder económico ou que são estudantes.

De uma forma geral, podemos dizer que os imigrantes são bem acolhidos em Viana do Castelo, quer pela comunidade quer pelas instituições. A maioria gosta de morar na cidade e no concelho pela qualidade de vida, tranquilidade e segurança e planeia ficar no país e na região. Apesar disso, verificaram-se alguns constrangimentos na integração, nomeadamente no acesso à regularização dos processos para obtenção da autorização de residência (morosos e complexos, pela documentação exigida e despersonalizados); no acesso à formação profissional e complementar pela não complementaridade da legislação que estabelece os critérios de inscrição e que impede a frequência, por parte dos imigrantes; no acesso ao mercado de trabalho, como já atrás se referiu, bem como no acesso à habitação, onde os sentimentos de racismo são mais demonstrados. Acresce, ainda, a questão dos transportes existentes e que dificultam as deslocações dentro e para fora do concelho, e que se revela um entrave no acesso ao mercado de trabalho, pela pouca regularidade, a não existência para alguns locais, os horários e a não coincidência com o funcionamento das indústrias.

A desarticulação formal e a divergência da informação entre os diferentes serviços existentes na comunidade e as dificuldades de comunicação, devidas às diferenças da língua, são problemas que merecem a atenção, sobretudo porque se percebe que os serviços, em Viana do Castelo, ainda não estão consciencializados para este ciclo migratório, não se tendo preparado para lhe dar a devida resposta (atualização da informação nos serviços de atendimento, recurso aos programas de tradução telefónica do ACM, articulação nas Respostas).

Os imigrantes inquiridos foram incentivados a apresentar contributos para melhorar a sua integração, surgindo propostas como a criação de um canal no *site* da Câmara onde se possa denunciar a discriminação, a diminuição de morosidade dos processos do SEF, a diminuição das respetivas taxas, o aumento do apoio aos estudantes que vêm para o ensino profissional através de protocolos com os governos dos seus países e o apoio da Câmara no acesso ao alojamento social.

Face às dificuldades verificadas, e ao objetivo de fornecer recomendações para a política pública, apresentam-se algumas propostas que podem minimizar as referidas dificuldades e contribuir para melhorar a integração dos NPT nas comunidades de acolhimento. Neste campo as instituições/autoridades dos diversos níveis de poder terão, não apenas neste aspeto mas também noutros campos, um papel muito importante a desempenhar, nomeadamente em situações de vulnerabilidade social, que são salientes, tais como o desemprego, a pobreza e a privação, além das dificuldades de acesso à formação profissional e à educação em geral, assim como à habitação, onde se constata abuso e especulação nas rendas e nas cauções, por parte dos senhorios. Se o país, em geral, e Viana do Castelo, neste caso particular, querem promover um processo de inserção, coesão social e acolhimento pleno, é obrigatório resolver este tipo de problemas com que os imigrantes se confrontam e que este estudo os evidencia, evitando assim situações de exclusão social, pobreza e de marginalização.

Embora as recomendações, que se passam a descrever, sejam de âmbito geral estas são sobretudo orientadas ao concelho de Viana do Castelo, uma vez que o estudo se centra nas políticas locais para migrantes. Assim, propõe-se que:

Na Legislação

Necessária a revisão dos normativos legais sobre imigração, no sentido de os adaptar à realidade atual e evidenciarem uma certa articulação entre si. Por exemplo, o artigo 198º da Lei nº 23/2007 de 4 de julho, que prevê a aplicação de coimas às empresas que contratem imigrantes sem autorização de residência, quando o artigo 88º da mesma Lei permite que isso aconteça. Esta discrepância, além de ser um entrave à contratação dos imigrantes, provoca uma grande confusão na informação e na atuação das empresas, com consequências negativas no acesso ao mercado de trabalho, por parte dos imigrantes.

Outro exemplo idêntico, refere-se aos critérios de inscrição na aprendizagem do Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL), onde é exigido que os imigrantes possuam um conjunto de documentos, alguns dos quais só obtidos através de um contrato de trabalho (NISS) mas, para a celebração do contrato de trabalho é exigido um mínimo de conhecimento da língua portuguesa. Fica-se num ciclo vicioso, onde o imigrante sai prejudicado. Embora se perceba que o imigrante que não possua alguns destes documentos se encontre em situação irregular, sendo a língua um dos principais

fatores de integração, importa refletir sobre mecanismos legais que possibilitem o acesso à aprendizagem da língua, de uma forma mais flexível.

Em termos de Estatuto legal/autorização de residência

Tendo em vista a inserção das diversas minorias no todo nacional, diversos estudos realizados em vários países⁵¹ têm evidenciado a importância do vínculo de cidadania de imigrantes e refugiados, passando do estatuto de residente para permanente e deste para o estatuto de cidadão/cidadã nacional pleno e, em particular, a acessibilidade aos sistemas de saúde, de educação, de justiça e de participação política não só a nível nacional, municipal e local como global em termos de direitos humanos. Embora o acesso à cidadania esteja contemplado na legislação nacional, trata-se de um processo moroso e, de certa forma, penoso, que fragiliza em integração do imigrante na comunidade local, porque seria de refletir sobre uma eventual simplificação dos procedimentos.

Na Habitação:

Regular o mercado de arrendamento, no sentido de se evitar situações de especulação e de discriminação, desrespeitando a própria Constituição da República Portuguesa e a Lei do Arrendamento Urbano;

Assumir, pelo poder político, o combate destes problemas, nomeadamente nas relações sociais entre comunidades autóctones e comunidades de migrantes e étnicas;

Implementar programas de informação e sensibilização junto do mercado de arrendamento, no sentido da não discriminação e especulação;

Estabelecer parcerias/protocolos com imobiliárias e instituições com prédios devolutos, no sentido de facilitar o acesso da comunidade migrante ao mercado do alojamento;

Criar algum tipo de alojamento temporário para migrantes que cheguem a Viana do Castelo sem local para residir e com poucas condições económicas, como é o caso dos estudantes de S. Tomé

⁵¹ Alguns destes estudos sobretudo sobre níveis de educação diferenciados de refugiados levados a cabo na Holanda, alguns dos quais também na Suécia e na Alemanha, de modo a potenciar oportunidades, mais presente na Suécia, de modo intermédio mais na Holanda que na Alemanha, com alguns países a partir de 2015 a facilitar a cidadania e a não dificultar nem culpabilizar o imigrante/refugiado pela não integração por razões alegadamente religiosas ou por os considerar uma ameaça à segurança (cf. respetivamente Vink 2017, Groenendijk 2017, Michalowski 2017, Oomen 2017, Crul *et al.* 2017, Teutsch 2017, Martin 2017, Wodak 2017, Triandafyllidou 2017, Szucs 2017)

e Príncipe, que chegam a Viana do Castelo para frequentar a formação profissional e/ou superior, com uma bolsa de baixo valor, levando-os a habitar em espaços sobrelotados e com poucas condições.

Nos Serviços

Promover a articulação formal entre as diferentes instituições que atendem imigrantes, de modo a não haver duplicação nas respostas, nem divergência da informação;

Simplificar os procedimentos dos serviços de forma a agilizar os processos, nomeadamente na Segurança Social e no Serviço de Estrangeiro e Fronteiras, como por exemplo, a possibilidade dos imigrantes poderem enviar a documentação em falta, para completar os processos de autorização de residência, através dos meios digitais, evitando, assim, deslocações desnecessárias, com todas as consequências que daí advêm (despesas com a deslocação, faltas ao trabalho...).

Criar programas de capacitação dos técnicos de serviços públicos no atendimento aos migrantes;

Criar uma estrutura de acompanhamento da legislação e informação atualizada sobre as migrações de forma a manter todos os serviços atualizados, para que não haja divergência na prestação de informação;

No Emprego

Criar programas de sensibilização e informação, em parceria com a Associação Empresarial de Viana do Castelo (AEVC), o Gabinete de Inserção Profissional (GIP), as empresas e empresas de recrutamento de trabalho temporário, sobre discriminação, condições e critérios para integrar o cidadão migrante;

Estabelecer canais de colaboração entre a Câmara Municipal, a AEVC e as empresas, no sentido de encaminhar migrantes e requerentes de asilo para as ofertas de trabalho existentes;

Criar mecanismos eficazes de combate e denúncia à discriminação e racismo, prestando atenção aos meios de comunicação social, no sentido de desempenhar um papel de relevância no incentivo e aproximação às comunidades imigrantes e minorias étnicas, e assim diminuir comportamentos de estigmatização, discriminação e racismo;

Promover programas específicos de formação profissional, em áreas de interesse do próprio imigrante e que correspondam às necessidades do mercado de trabalho, com uma componente de aprendizagem multicultural;

Desburocratizar os procedimentos de acesso aos programas de formação profissional, no sentido de facilitar a inserção no mercado de trabalho;

Criar quotas de emprego nas administrações públicas (discriminação positiva) e incentivos às empresas que atinjam determinada quota de imigrantes nos seus quadros.

Nos transportes

Melhorar a rede de transportes, sobretudo para as áreas industriais, e com maior frequência e regularidade. Considerando que esta recomendação não será implementada num curto prazo, um meio para minimizar este problema de forma mais imediata, poderá passar pelo estabelecimento de um consórcio entre as várias empresas sediadas na mesma zona industrial e uma empresa transportadora de modo a criar resposta de transporte coincidente com os horários de laboração.

No campo da Cidadania e Participação

Incentivar a cidadania e a participação cívica, dando suporte às Associações de Migrantes, apoio jurídico e de manutenção administrativa.

Na Investigação

Pela pertinência de contribuir para uma sociedade mais justa e democrática, continuar a suportar investigação sobre a situação real dos imigrantes não só a nível nacional mas também a nível local/regional.

BIBLIOGRAFIA

- Albuquerque, R. (2019). Portugal tornou-se um dos países mais favoráveis à imigração. Lisboa: Semanário *Expresso*, 26.01.2019.
- Almeida, C. e Barreto, A. (1976). *Capitalismo e emigração em Portugal*. Lisboa: Prelo.
- Almeida, J. et al. [1994 (1992)]. *Regiões rurais periféricas: que desenvolvimento? Uma experiência no concelho de Almeida*. Lisboa: Centro de Acolhimento e Integração Social e Centro de Investigação e Estudos de Sociologia.
- Amin, S. (1976). *Unequal Development. An Essay on the Social Formations of Peripheral Capitalism*. Sussex: The Harvester Press.
- Arroteia, J. C. (1983). *A emigração portuguesa: suas origens e distribuição*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Bäckström, B. e Castro-Pereira, S. (2012). A Questão Migratória e as Estratégias de Convivência Entre Culturas Diferentes em Portugal. *Revista Internacional Mobilidade Humana*, Ano 2012, Nº 38: 88, jan./jun.
- Bader, V. e Benschop, A. (1988). *Ongelijkheden*. Groningen: Wolters Noordhoff.
- Baganha, M., Marques, J.C. e Fonseca, G. (2000). *Is a ethnic class emerging in Europe? The Portuguese case*. Lisboa: Fundação Luso-Americana.
- Baganha, M., Reyneri, E. (2001). La Inmigración en los Países del Sur de Europa y su inserción en la Economía Informal. In C. Solé e E. Reyneri (orgs.). *El impacto de la inmigración en la economía y en la sociedad receptora*. Barcelona: Anthropos, pp 53-212.
- Baganha, M., Marques, J.C., Góis, P. (2004). Novas migrações, novos desafios: a imigração do Leste Europeu. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69:95-115.
- Baganha, M., Marques, A. e Góis, P. (2005). Trajectórias migratórias: os imigrantes do Leste Europeu. In M.C. Silva (2005). *Nação e Estado. Entre o global e o local*, pp. 281-301. Porto: Afrontamento.
- Cabecinhas, R. (2003). *Racismo e Etnicidade*. Braga: Universidade do Minho.
- Cabecinhas, R. (2007). *Preto e Branco. A naturalização da discriminação racial*. Porto: Campo de Letras.
- Cardoso, A. (2012). *Território e Desenvolvimento. Populações no concelho de Barcelos (1960-2011)*. Ribeirão: Húmus/CICS.

- Cardoso, A. & Silva, M. C. (2015). Unequal Development in Barcelos, Northwest Portugal: Articulation of the Central-Peripheral Model with the Territorialist Model. *Ambiente y Desarrollo*, 19(36). <http://dx.doi.org/10.11144/Javeriana.ayd19-36.udbn> doi:10.11144/Javeriana.ayd19-36.udbn
- Cardoso, A. e Cachadinha (2018). Cultura, desenvolvimento e demografia: dos conceitos e dos atores à ação. *Diálogos com a Arte, Revista de Arte, Cultura e Educação*, nº 8: 50-61.
- Castles, S. e Kosack, G. (1973). *Immigrant Workers and Class Structures in Western Europe*. Londres/Nova Iorque: Oxford University Press.
- Cepeda, F. (1988). *Emigração, regresso e desenvolvimento no nordeste, interior português*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Charmaz, K. (2014), *Constructing Grounded Theory*. Londres: Sage.
- Collier, J. (1973) *Antropologia Visual: a fotografia como método de pesquisa*. São Paulo: EPU;
- Costa, P. A política portuguesa de integração dos imigrantes: uma análise dos dois Primeiros planos de integração, https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/5708/1/e-book_MDC-N%C2%BA1_planos_integracao.pdf
- Crul, M., Keskiner, E., Schneider, J., Lelie, F. e Ghaemina, S. (2017). No lost generation? Education for refugee children: A comparison between Sweden, Germany, the Netherlands and Turkey. In R. Bauböck and M. Tripkovic (Eds). *Integration of migrants and refugees. An EUI Forum on Migration, Citizenship and Demography*. European University Institute.
- Cunha, P. (2015). Portugal segundo melhor país a acolher e integrar imigrantes. In *Agência Lusa*, 12 junho 2015, acessado em 3 de junho 2019 <https://observador.pt/2015/06/12/portugal-segundo-melhor-pais-a-acolher-e-integrar-imigrantes/>
- Dias, S. (coord.), Gama, A., Silva, A., Cargaleiro, H., Horta, R., Lemos, M. e Martins, M. (2018). *Atitudes e representações face à saúde, doença e acesso aos cuidados de saúde nas populações imigrantes*. Lisboa: ACM.
- Durkheim, E. [1977 (1893)]. *A divisão do trabalho social*. Lisboa: Presença.
- Elias, N. e Scotson [1969 (1963)]. *The Established and the Outsiders. A Sociological Enquiry into Community Problems*. Londres: Frank Cass.
- Essed, P. (2002 (1984)). Everyday Racism: A New Approach to the Study of Racism. In Ph. Essed e D.T. Goldberg (orgs). *Race Critical Theories*, 176-194, Malden. Oxford: Blackwell Publishing.

- Esteves (coord.), A., Esteves, A., Amílcar, A., Garrigle, J., Malheiros, J., Moreno, L., Fonseca, M. e Pereira, S. (2017). *Condições de Vida e Inserção Laboral de Imigrantes em Portugal: Efeitos da Crise de 2007-2008*. Lisboa: ACM.
- Foddy, W. (1996) *Como perguntar: Teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*. Oeiras: Celta
- Harper, D. (2002) Talking about pictures: a case for photo elicitation. *Visual studies*. v. 17, n.1, p. 13-26;
- Fonseca, M.L., (2003). Integração dos Imigrantes: estratégias e protagonistas. I *Congresso Imigração em Portugal – Diversidade, Cidadania E Integração*. Lisboa.
- Fonseca, M.L. (2005). *Reunificação familiar e imigração em Portugal* (coord.). Lisboa: ACIME, Observatório da Imigração, nº 15.
- Frank, A.G. (1961). *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Furtado, C. [1976(1961)]. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Galbraith, J.K. [1976(1958)]. *A sociedade da abundância*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Godinho, V. (1978). L'émigration portugaise (XV-XX siècles): une constante structurale et les réponses aux changements du monde. *Revista de História Económica e Social*, 1:5-32.
- Góis, P. (2019). *Common Home. Migration and Development in Portugal. Moving further with practices: towards social inclusion and social cohesion*. Lisboa: Caritas Portuguesa
- Góis, P.; Marques, J.C.; Valadas, C.; Leite, A. e Nolasco, C. (2018). *Discriminação no recrutamento e acesso ao mercado de trabalho de imigrantes e portugueses de origem estrangeira. Manual de identidade corporativa*. Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações/Observatório das Migrações.
- Groenendijk, K. (2017). Citizenship, diversity and mobility. In R. Bauböck and M. Tripkovic (Eds). *Integration of migrants and refugees. An EUI Forum on Migration, Citizenship and Demography*. European University Institute.
- Grosfoguel, R. (2018). Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In J. Bernardino-Costa, N. Maldonado-Torres e R. Grosfoguel (orgs), *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Keynes, J. M [1973 (1947)]. *The General Theory of Employment, Interest and Money*. Cambridge: MacMilan Cambridge University Press.

- Lages, M.F. et al. (2006). *Os Imigrantes e a População Portuguesa - Imagens Recíprocas*. Lisboa: Alto Comissariado Para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).
- Lahire, B. (2004) *Retratos sociológicos: Disposições e variações individuais*. Porto Alegre: Artmed, p. 19-44
- Lima, M. P. (1981) *Inquérito Sociológico: Problemas de Metodologia*. Lisboa: Presença.
- Leandro, E. (1985). *Acculturation e identité d'un groupe d'immigrés portugais* (mémoire de maitrise). Université René Descartes, Sorbonne, Paris.
- Leandro, M.E. (1995). *Au-delà des apparences. Les Portugais face à l'insertion sociale*. Paris, CIEMI-L'Harmattan (Coll. "Migrations et changement").
- Leandro, M.E., Cunha, M.A. e Bauman, M. (2014). Migrações Humanas: teorias e práticas. In M.C. Silva e J.M. Sobral (orgs.). *Etnicidade, Nacionalismo e Racismo. Migrações, minorias étnicas e contextos escolares*. Porto: Afrontamento, pp. 181-223.
- Lee, E. (1969). A Theory of Migration. In J. A. Jackson (org.). *Migration*. Sociological Studies. Nova Iorque: Cambridge University Press, pp. 282-297.
- Locke, J. (1961). Of the State of Nature. In Parsons et al., *Theories of Society – foundations of modern sociological theory*, parte I. Nova Iorque: The Free Press, pp. 101-103.
- Lopes, J.T. (org.) (2012), *Registos do Ator Plural. Bernard Lahire na Sociologia Portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento
- Luhmann, N. [1982 (1970)]. *The Differentiation of Society*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Machado, F. (1992). Etnicidade em Portugal - contrastes e polarização. *Sociologia - Problemas e Práticas*, 12: 123-136.
- Malheiros, J.M. (1998). Immigration, clandestine work and labour market strategies: the construction sector in the Metropolitan Region of Lisbon. *South European Society and Politics*. 3(3):169-186.
- Malheiros, J. et al. (2007). *Espaço e Expressões de Conflito e Tensão entre Autóctones, Minorias Migrantes e Não Migrantes na Área Metropolitana da Lisboa – (Observatório de Imigração; 22)*.
- Malheiro, J. e Fonseca, L. (2011). *Observatório das Migrações*. Lisboa
- Malheiros, J. e Esteves, A. (2013). *Diagnóstico da população imigrante em Portugal: desafios e potencialidades*. Lisboa: ACIDI.
- Malthus, T. [1999 (1798)]. *Ensaio sobre o princípio da população*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Marini, R. (1973). *Dialéctica de la dependência*. Cidade do México: Editora Era.

- Marques, J. (2000). O neo-racismo europeu e as responsabilidades da Antropologia. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56:35-60.
- Marques, M. (2005). Singularidade nacional e construção da cidadania. *A difícil incorporação dos imigrantes na sociedade portuguesa*, 15: 304-312.
- Martin, I. (2017). From refugees to workers': What challenges?. In R. Bauböck and M. Tripkovic (Eds). *Integration of migrants and refugees. An EUI Forum on Migration, Citizenship and Demography*. European University Institute.
- Marx, K. [1974 (1967)]. *O Capital*. Lisboa: Delfos.
- Mbembre, A. (2013). *Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada*. Luanda: Edições Mulemba.
- Mendes, M. e Magano, O. (2013). *Os ciganos portugueses*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Michalowski, I. (2017). Towards a life course perspective on naturalisation for refugees. In R. Bauböck and M. Tripkovic (Eds). *Integration of migrants and refugees. An EUI Forum on Migration, Citizenship and Demography*. European University Institute.
- Mill, S. [1970 (1848)]. *Principles of Political Economy*. Londres: Penguin.
- Moura, A. (2002). Tendências nacionais e internacionais em educação multicultural. *Expresso- Revista do Centro de Artes e Letras*, (1), p.5-22, Santa Maria/Brasil: Universidade Federal de Santa Maria.
- Münz, R. (2017). The integration of migrants and refugees - A European Synopsis. In R. Bauböck and M. Tripkovic (Eds). *Integration of migrants and refugees. An EUI Forum on Migration, Citizenship and Demography*. European University Institute.
- Myrdal, G. [1974(1957)]. *Teoria económica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Edição Paz e Terra.
- Myrdal, G. [2009(1944)]. *An American Dilemma: The Negro Problem and Modern Democracy*. New Brunswick/London: Transaction Publishers. 6ª edição.
- Oomen, B. (2017). Beyond the nation state? Glocal citizenship and its consequences for integration. In R. Bauböck and M. Tripkovic (Eds). *Integration of migrants and refugees. An EUI Forum on Migration, Citizenship and Demography*. European University Institute.
- Parsons, T. [1988 (1951)]. *El sistema social*. Madrid: Alianza Editorial.
- Peixoto, J. (1992). Portugal e as migrações internacionais: as perspectivas de evolução. *Actas do II Congresso Português de Sociologia, Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, I: 849-862. Lisboa: Fragmentos.

- Peixoto, J. (2008). "Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências. PEIXOTO, J. (org.). *Revista Migrações - Número Temático Imigração e Mercado*, Abril 2008, n.º 2, Lisboa: ACIDI.
- Petigrew, T. & Meertens, R. (1995). Subtle and blatant prejudice in Western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25: 57-75.
- Pereira, F. (2010), "Associativismo migrante e participação política: que respostas para os novos tempos?", in HORTA, Ana Paula Beja (org.), *Revista Migrações - Número Temático Associativismo Imigrante*, Abril 2010, n.º 6, Lisboa: ACIDI, pp. 237-24.
- Pierré-Caps, S. (1995). *A Multinação – o future das minorias étnicas na Europa Central e Oriental*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Prebisch, R. (1963). *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.
- Quesnay, F. (1978). *Quadro Económico: análise das variações de rendimento de uma Nação*. Lisboa: FCG.
- Quijano, A. (2000). Colonialidad del poder: eurocentrismo y América Latina. In L. Lander (org). *La colonialidad del saber, eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latino-Americanas*. Buenos Aires: CLACSO.
- Quivy, R. e Van Campenhoudt, L. (1992) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Ravenstein, E. G. (1885). The laws of migration. *Journal of Royal Statistical Society pf London*, vol. 48, 2:167-235.
- Ricardo, D. [1975(1917)]. *Princípios de Economia Política e de Tributação*. Vol I. Lisboa: FCG.
- Rocha-Trindade, M. B. (1976). Comunidades migrantes em situação dipolar. *Análise Social*, vol XII. 48:983-997.
- Rocha-Trindade, M. B. (1995). *Sociologia das migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Santos, B.S. e Menezes, M.P. (Orgs) (2009). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina.
- Santos, T. (2000). *A Teoria da Dependência e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Seers, D. (1969). O significado do desenvolvimento. *International Development Review*, vol 11:2-6.
- Serrão, J. (1977). *Emigração Portuguesa*. Lisboa: Horizonte.
- Serrão, J. (1985). Notas sobre emigração e mudança social no Portugal contemporâneo. *Análise Social*, XXI, 87-88-89:995-1004.

- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2018). Relatório Estatístico. Lisboa: SEF.
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2019). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*.
- Silva, M.C. (2000). *Acção sindical. Transformação e desenvolvimento*, Porto: Campo de Letras.
- Silva, M.C. e Cardoso, A. (2003). "Assimetrias e dependências no desenvolvimento: a região do Minho no Noroeste peninsular". In *Cadernos do Noroeste*, série Sociologia, Vol. 21 (1-2): 189-216.
- Silva, M. C., Cardoso, A., e Ribeiro, V. (2012). Unequal and Dependent Development: the Minho region in the Northwest of Portugal. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, 9 (69), 103-125.
- Silva, M.C. (1998). *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no noroeste de Portugal*, Porto: Afrontamento.
- Silva, M.C. (2000). Racismo e Conflito interétnico: Elementos para uma investigação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56: 61-79.
- Silva, M.C. (2002). Sociedade, trabalho e desenvolvimento: virtualidades e limites do pensamento de Sen. *Cadernos do Noroeste*, Série Sociologia, *Sociedade e Cultura*, vol. 3:323-348.
- Silva, M.C. (2008). Imigrantes africanos no noroeste de Portugal: relações interétnicas de acomodação e resistência. In Renato Lessa (org.). *Travessias*, 9:61-93.
- Silva, M.C. (2018). *Africanos dos PALOP no Distrito de Braga: condições objetivas de vida, identidades e relações interétnicas*. V.N. Famalicão: Húmus.
- Silva, Manuel C. e Ribeiro, Fernando (2000). "Ciências Sociais e desenvolvimento regional e local no Minho". In *Territórios Alternativos, Ciência e Desenvolvimento*: 121-135, Lisboa/Grândola: ISCTE/ Câmara Municipal de Grândola.
- Silva, M. C., Delarue, A. e Neves, R. (2011). *Diagnóstico da população imigrante no concelho da Trofa: desafios e potencialidades para o desenvolvimento local*. Lisboa: ACIDI.
- Silva, M.C. e Sobral, J.M. (orgs) (2012). *Etnicidade, Nacionalismo e Racismo. Migrações, minorias étnicas e contextos escolares*. Porto: Afrontamento
- Silva, M.C. Cardoso, A. Vieira, R. (2020). Condições objetivas de vida, relações e representações interétnicas entre ciganos e não ciganos no bairro de Santa Tecla, Braga. Comunicação ao *XIII Congresso Espanhol de Sociologia*. 3-6 de julho, Valência: Universidade de Valência.
- Simmel, G. (1984). Digressions sur l'étranger. In Y. Grafmeyer e I. Joseph, *L'École de Chicago. Naissance de l'écologie urbaine*, 53-60, Paris: Aubier.
- Simmel, G. (1987). A metrópole e a vida mental. In O. G. Velho (org), *O fenómeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara.

- Smith, A. [1993(1776)]. *Riqueza das Nações*. Lisboa: FCG.
- Sousa, S. e Lewis, T. (2013). Para além da divisão Norte/Sul em epistemologia e política emancipatória. *Configurações – Revista de Sociologia*, 12:29-45.
- Stavenhagen, R. (1997). *Multiculturalidade e Conhecimento: Novas Dinâmicas*. Conferência de Abertura do I Encontro da APEDI - Associação de Professores para a Educação Intercultural.
- Stoer, S. e Cortesão, L. (1999). *Levantando a pedra. Da Pedagogia Inter/Multicultural às Políticas Educativas numa época de transnacionalização*. Porto: Afrontamento.
- Szücs, T. (2017). The cultural integration of immigrants and refugees: shifting narratives and policies in the European Union. In R. Bauböck and M. Tripkovic (Eds). *Integration of migrants and refugees. An EUI Forum on Migration, Citizenship and Demography*. European University Institute.
- Tapinos, G. (1974). *L'économie des migrations internationales*. Paris : Armand Colin/FNSP.
- Teutsch, M. (2017). Education opportunities for recently arrived migrants. In R. Bauböck and M. Tripkovic (Eds). *Integration of migrants and refugees. An EUI Forum on Migration, Citizenship and Demography*. European University Institute.
- Thomas, W. e Znaniecki, F. (1971). A Polish Peasant Family. In T. Shanin (org.). *Peasants and Peasants Societies*. Harmondsworth/Middlesex: Penguin Books, pp 23-29.
- Triandafyllidou, A. (2017). From Eastern Enlargement to Jihad: The double challenge for migrant integration in Europe. In R. Bauböck and M. Tripkovic (Eds). *Integration of migrants and refugees. An EUI Forum on Migration, Citizenship and Demography*. European University Institute.
- Vala, J., Lopes, D. e Brito, R. (1999). A construção social da diferença: racialização e etnicização das minorias. In J. Vala e Alexandre, V. (org). *Novos racismos: Perspectivas Comparativas*. Oeiras: Celta Editora, pp. 145-167.
- Valente, A. (coord.), António, J.; Correia, T. e Costa, L. (2016). *Imigrantes Desempregados em Portugal e os Desafios das Políticas Ativas de Emprego*. Lisboa: ACM.
- Vieira, R. (2011). *Educação e diversidade cultural: notas de Antropologia da Educação*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- Vink, M. (2017). Citizenship and legal statuses in relation to integration of migrants and refugees. In R. Bauböck and M. Tripkovic (Eds). *Integration of migrants and refugees. An EUI Forum on Migration, Citizenship and Demography*. European University Institute.

- Wallerstein, I. [1990 (1974)]. *O sistema mundial moderno*. vol. I. Porto: Afrontamento.
- Weber, M. (1978[1920]). *Economy and Society I*, editado por G. Roth e C. Wittich, California: University of California Press.
- Wirth, L. [1987(1938)]. O urbanismo como modo de vida. In O. G. Velho (org). *O fenómeno urbano*, pp. 90-113. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Wodak, R. (2017). Integration and culture: From ‘communicative competence’ to ‘competence in plurality’. In R. Bauböck and M. Tripkovic (Eds). *Integration of migrants and refugees. An EUI Forum on Migration, Citizenship and Demography*. European University Institute.

ANEXOS

ANEXO I

LISTAGEM DE NPT E ENTIDADES LOCAIS CONTACTADOS/AS E ENTREVISTADOS/AS



LISTAGEM DE NPT CONTACTADOS E ENTREVISTADOS

Nacionalidade	Execução
Representante do Brasil	Sim
Representante de S. Tomé e Príncipe	Sim
Representante da Venezuela	Sim

LISTAGEM DE ENTIDADES LOCAIS CONTACTADAS E ENTREVISTADAS

Nome da entidade	Cargo	Execução
ADECCO	Diretor	Sim
Autoridade para as Condições do Trabalho	Diretor	Sim
Caritas de Viana do Castelo	Presidente	Sim
Casulo Methamorphys	Presidente	Sim
Centro Dramático de Viana do Castelo	Diretor	Sim
Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes	Técnica Superior	Sim
Escola Secundária de Monserrate	Diretor	Sim
Escola Secundária de Monserrate	Professora PPT	Sim
Escola Secundária de Santa Maria Maior	Diretor	Sim
Escola Secundária de Santa Maria Maior	Professora	Sim
Gabinete de Atendimento à Família	Diretora Geral	Sim
Instituto de Emprego e Formação Profissional	Diretor	Sim
Junta de Freguesia de Chafé	Presidente de Junta	Sim
Rede Local de Intervenção Social	Coordenadora	Sim
SEF- Viana do Castelo	Inspetor	Sim
Segurança Social - Viana do Castelo	Técnica de apoio à comunidade imigrante	Sim
União de Freguesias de Viana do Castelo	Presidente de Junta	Sim

ANEXO II

GUIÃO DE ENTREVISTA A NACIONAIS DE PAÍSES TERCEIROS



Guiões de entrevista aprofundada a

- Nacionais de Países Terceiros (NPT) das comunidades de imigrantes mais representativas

N.º de entrevista: _____

Data da entrevista: / / 2019

Nome: _____

Contacto e-mail/ tel.: _____

Esta entrevista tem por objetivo o aprofundamento contínuo do conhecimento sobre o fenómeno migratório, dinâmicas de acolhimento, integração de imigrantes e de requerentes de asilo, no concelho de Viana do Castelo. Este estudo procura obter informação sobre as comunidades migrantes existentes em Viana do Castelo de forma a permitir o desenvolvimento de políticas locais para imigrantes conducentes a uma melhor integração na comunidade local. A sua colaboração é fundamental para que as entidades locais atuem mais e melhor.

Desde já agradecemos a sua colaboração para a concretização dos objetivos deste trabalho.

NOTA: - A negrito surgirão as perguntas e entre parêntesis, o tipo de informação que se pretende obter

I – Caracterização institucional elementar

- 1. Em que ano nasceu?**
- 2. Nacionalidade**
- 3. Profissão**
- 4. Habilitações literárias**
- 5. Localidade de residência**

II – Referenciar o trajeto percorrido desde o território de origem até ao concelho de Viana do Castelo

(Recolha de informação individualizada relativa aos migrantes/refugiados: local de residência, idade, nível de instrução, profissão e categoria profissional)

6. Qual o motivo que o/a levou a deixar o seu país de origem?

7. Porque escolheu Portugal? E Viana do Castelo?

8. Como se sentiu no dia da chegada a Portugal?

(Referenciar a importância de Portugal como porto de abrigo)

9. Qual o seu percurso desde que está em Viana do Castelo?

(com as entidades oficiais e com a população portuguesa; Retratar o meio onde vive, condições de vida, emprego, acesso à informação; formas de organização do trabalho)

10. Fora das horas de trabalho/ocupação, com que frequência se encontra com compatriotas e migrantes de outras nacionalidades e em que contexto/circunstância?

(Estabelecer a relação entre a nacionalidade e a comunidade onde vive -exemplo: casos de casais inter-étnicos – o que isso implica em termos de factores de conflito/sociabilidade; Verificar como são as atividades de lazer e tempos livres dos migrantes/refugiados; Qual a importância da realização dessas atividades/tempos livres para a socialização na sociedade vianense)

III – A influência da literacia nas relações sociais dos migrantes

11. Conseguiu emprego na sua área de formação? Quais os constrangimentos que sentiu em contexto de trabalho?

(Importância que a literacia representa para os migrantes num quadro de mudança da sociedade portuguesa no sentido da multiculturalidade; qual o impacto da literacia/qualificação nas atitudes em contexto de trabalho e/ou formação; Importância no grau de literacia para a integração na sociedade portuguesa/vianense)

12. E quanto à habitação, considera que tem sido mais fácil ou mais difícil os migrantes conseguirem uma habitação em Viana do Castelo?

13. E em relação ao transporte público, acha que os transportes públicos existentes em Viana do Castelo, respondem às necessidades dos migrantes?

14. Acha que os imigrantes se sentem integrados, como cidadãos, na sociedade portuguesa/vianense?

(Identificar a participação cívica e política nos espaços de relacionamento; Identificar intervenções de carácter associativo -iniciativas culturais/desportivas- existentes no seio dos migrantes)

15. Em relação à atividade dos diferentes serviços e entidades públicas, que balanço faz de cada uma delas relativamente ao acolhimento e integração, habitação, educação/formação?

(Ver em que medida o imigrante beneficiou da ação das diversas entidades)

IV – A ideologia e os valores nos migrantes

16. O que pensa dos valores e cultura de Portugal, no geral, e de Viana do Castelo, em particular? Qual a sua relação com os hábitos culturais e sociais dos portugueses? Com que valores dos portugueses se identifica mais? E menos?

(Destacar o conteúdo do artigo 13º da CRP – princípio da igualdade; Identificar relações entre cultura/religião/ideologia e identidades e valores dos migrantes)

17. Na sua opinião, existem cursos de formação ministrados pelas instituições públicas (IEFP/Escolas) que respondem às necessidades dos migrantes.

(Verificar em que medida as políticas de formação profissional são direcionadas às reais aspirações e necessidades dos migrantes)

V – Carácter assistencialista da formação/qualificação no quadro da vida local dos migrantes

18. Em relação às escolas, acha que o Estado apoia os imigrantes e os seus filhos?

19. Que instituições do concelho de Viana do Castelo contribuem para uma atividade lúdica cultural dos migrantes?

VI – Perspetiva para o futuro

22. Para terminar, como vê o seu futuro (e o da sua comunidade) no concelho de Viana do Castelo?

A entrevista terminou. Mais uma vez, obrigado pela sua colaboração.

ANEXO III

GUIÃO DE ENTREVISTA A ENTIDADES LOCAIS

Guiões de entrevista aprofundada a

N.º de entrevista: _____

Data da entrevista: / /2019

Instituição/Cargo: _____

Esta entrevista tem por objetivo o aprofundamento contínuo do conhecimento sobre o fenómeno migratório, dinâmicas de acolhimento, integração de imigrantes e de requerentes de asilo, no concelho de Viana do Castelo. Este estudo procura obter informação sobre as comunidades migrantes existentes em Viana do Castelo de forma a permitir o desenvolvimento de políticas locais para imigrantes conducentes a uma melhor integração na comunidade local. A sua colaboração é fundamental para que as entidades locais atuem mais e melhor.

Desde já agradecemos a sua colaboração para a concretização dos objetivos deste trabalho.

I – Caracterização institucional elementar

1. Que tipo de serviços a vossa entidade presta à comunidade local, em geral? E aos imigrantes, em particular?

II – Política local de integração dos cidadãos nacionais de países terceiros

2. De todos os serviços que a instituição presta, quais os mais solicitados pelos imigrantes? Tendo em conta a sua experiência, o que leva os migrantes a procurarem a vossa instituição?
3. A instituição confronta-se com constrangimentos/dificuldades na resposta às solicitações dos imigrantes?

III – A influência das instituições na integração social dos migrantes

4. Como caracterizaria o perfil dos migrantes que os contactam?

5. Será que as políticas de integração de imigrantes, nomeadamente na área de atuação desta instituição, têm contribuído para a integração e promoção da igualdade de oportunidades?

IV – A instituição e os valores nos migrantes

6. A questão da imigração e da integração dos imigrantes tem tido uma importância crescente nomeadamente nos últimos anos, devido à elevada taxa de imigração em Portugal, da interação entre as culturas e identidades diversas. Este fenómeno nem sempre é bem visto pela população. O que pensa acerca desta afirmação?
7. Existe uma estratégia de colaboração com outras entidades locais ligadas à problemática da imigração? E com a administração central? Em que medida?

V – As instituições envolvidas nas políticas de imigração num quadro de abertura da sociedade portuguesa/vianense à comunidade(s) migrante(s)

8. Em que medida as ações fomentadas pela instituição são importantes para o aumento da consciência cívica e autonomia dos migrantes?

VI – Perspetiva para o futuro

9. Para terminar, como vê o futuro desempenho desta instituição face ao previsto aumento de fluxos migratórios? Qual ou quais os maiores desafios a ultrapassar?

A entrevista terminou. Mais uma vez, obrigado pela sua colaboração.

ANEXO IV

QUESTIONÁRIO APLICADO A NACIONAIS DE PAÍSES TERCEIROS

POLÍTICAS LOCAIS PARA IMIGRANTES

Este questionário tem por objetivo a recolha de informação sobre o fenómeno migratório, dinâmicas de acolhimento, integração de imigrantes e requerentes de asilo, no concelho de Viana do Castelo, numa lógica de conhecer mais para agir melhor e contribuir com recomendações para a política pública de integração de imigrantes. A sua opinião é muito importante para melhorar as políticas locais. Pedimos a sua colaboração e sinceridade nas respostas a este questionário.

Todas as informações registadas neste questionário são absolutamente confidenciais.

DADOS PESSOAIS

1. Sexo:

Feminino

Masculino

2. Qual a sua idade?

anos

3. Qual o país onde nasceu?

4. Qual o seu estado civil?

Solteiro/a

Casado/a ou União de facto

Divorciado/a ou Separado/a

Viúvo/a

5. Qual a sua escolaridade? _____

6. Em que data chegou a Portugal? _____

7. E a Viana do Castelo? _____

7.1. Indique a Rua e a freguesia da sua residência:

8. Qual o seu estatuto legal de residência em Portugal?

- Autorização de Residência Temporária
- Autorização de Residência Permanente
- Autorização de Residência Caducada
- Visto
- Visto Caducado
- Cartão de Residente de Familiar de Cidadão da União Europeia
- A aguardar resposta do SEF
- Outro. Especifique: _____
- Não responde

9. Com quem vive?:

(Pode assinalar mais do que uma opção)

- Cônjuge/companheiro
- Pais
- Filho/a(s)
- Outros familiares
- Amigos/as
- Sozinho/a
- Outra situação: _____

9.1. Quantas pessoas compõem o seu agregado familiar? _____

9.2 Quantas pessoas moram na casa onde vive ? _____

CAUSAS DA MIGRAÇÃO

10. Qual o principal motivo que o/a levou a sair do seu país de origem?

- Melhorar as condições de vida (económicas, segurança, criminalidade ...)
- Estudo/ Investigação
- Reagrupamento Familiar
- Questões políticas/guerra
- Perseguição (religiosa, étnica, orientação sexual...):
- Outro. Especifique: _____

11. Porque escolheu Portugal? *

(Pode assinalar mais do que uma opção)

- Tinha família ou amigos/as em Portugal
- Proposta de trabalho (contrato)
- Boas referências do país
- Facilidade da língua
- Facilidade em arranjar trabalho
- Não foi uma escolha minha. Especifique _____
- Maior abertura do país à imigração
- Outro Especifique: _____

12. Refira três razões que o levaram a escolher Viana.

INTEGRAÇÃO NA COMUNIDADE

13. Desde que chegou a Portugal, de quem tem recebido apoio/ajuda? *

(Pode assinalar mais do que uma opção)

- Familiares
- Amigos/as e/ou conhecidos/as do país de origem
- Amigos/as e/ou conhecidos de portugueses



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

- CLAIM – Caritas
- Câmara Municipal de Viana do Castelo
- Segurança Social
- Gabinete de Apoio à Família (GAF)
- Casulo Abrigo
- Entidades religiosas
- Outro Especifique: _____

14. Que tipo de apoio recebeu?

- Financeiro
- Encaminhamento para outros serviços
- Procura de habitação
- Procura de emprego
- Aprendizagem do português
- Outro. Especifique: _____
- Não necessitou de apoio

15. Em que medida o apoio recebido o ajudou?

16. Até que ponto o apoio recebido correspondeu às suas expectativas?

HABITAÇÃO

17. Qual o tipo de habitação em que reside?

- Casa própria
- Casa arrendada
- Casa de familiares/amigos
- Quarto arrendado



CÂMARA MUNICIPAL
VILA DO CASTELO

- Pensão
- Habitação social
- Outro. Especifique: _____

18. Qual a tipologia da sua habitação?

- T1
- T2
- T3
- Outro. Qual?

19. Sentiu dificuldade em arranjar alojamento? Se sim, especifique.

(refira fatores como valor da renda, cauções, discriminação, entre outros)

20. Qual o grau de satisfação com a sua habitação?

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7 _____ NA
(muito mau) (excelente)

20.1 Se a resposta se situa entre “1 e 3”, qual o motivo desta avaliação? _____

21. Comente o nível de conforto da sua habitação.

(estado de conservação da habitação, localização, tamanho, entre outros)

EMPREGO

22. Qual a sua profissão no país de origem? _____

23. Atualmente, qual é a sua situação profissional?

(Pode assinalar mais do que uma opção)

- Empregado/a a tempo parcial
- Empregado/a a tempo inteiro
-



CÂMARA MUNICIPAL
VILA DO CASTELO

- Trabalhador Independente
- Empresário/Comerciante (se assinalou esta opção passe diretamente para a pergunta nº 26)
- Desempregado/a
- Reformado/a
- Estudante
- Outro. Especifique: _____

24. Qual a profissão atual? _____

25. Comente eventuais dificuldades na sua inserção no mercado de trabalho.

(durante quanto tempo esteve desempregado, tipo de trabalho, funções, salário, horário, discriminação, tipo de contrato, entre outras)

EMPREENDEDORISMO:

26. Se é empresário/comerciante, teve algum apoio na instalação do seu negócio?

Sim

Não

26.1. Se sim, indique de quem _____

26.2. Em que medida o apoio recebido correspondeu às suas necessidades?

26.3. Como soube da existência dos apoios que referiu anteriormente?



CÂMARA MUNICIPAL
VILA NOVA DE CASTÊLO

26.4. Quais as maiores dificuldades que teve na concretização do negócio?

TRANSPORTES

27. Que meio utiliza para se deslocar para o trabalho/escola?

- A pé
- Em carro próprio
- Carro partilhado
- Transporte público
- Outro: _____

28. Tem dificuldades na deslocação para o seu trabalho?

- Não Sim

29. Se respondeu sim, diga quais:

30. Se utiliza o transporte público, avalie os seguintes aspetos:

Frequência/Regularidade

- 1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7 _____ NA
(muito mau) (excelente)

Qualidade dos autocarros

- 1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7 _____ NA
(muito mau) (excelente)

Preço dos bilhetes

- 1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7 _____ NA
(muito mau) (excelente)



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

Duração da viagem

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7 _____
(muito mau) (excelente)

NA

INCLUSÃO SOCIAL: EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E LÍNGUA

31. Desde que chegou a Viana do Castelo frequentou alguma formação?

Não

Sim

32. Teve dificuldades em aceder à formação? Sem sim, especifique.

(falta de informação ou pouca divulgação das ações, valor/custo da formação, localização, horários, critérios de seleção)

32.1. Em que medida a formação pode contribuir/contribuiu para arranjar emprego?

33. Se está interessado/a em frequentar cursos de formação profissional, assinale quais as áreas de interesse?

(Pode assinalar mais do que uma opção)

- Formação Base
- Desenvolvimento Pessoal
- Comércio
- Agricultura
- Hotelaria, Turismo e Restauração
- Saúde
- Informática
- Línguas
- Gestão e administração
- Contabilidade e Fiscalidade
- Estética
- Outro.Especifique: _____

SAÚDE

34. Quanto à sua saúde:

	Sim	Não
Já recorreu aos serviços de saúde em Portugal?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tem médico/a de família?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tem as vacinas em dia?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tem alguma doença que exija cuidados médicos regulares?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

35. Como obtém informação sobre os serviços de saúde?

- Brochuras/folhetos informativos
- Centro de Saúde
- Hospital
- Câmara Municipal
- CLAIM- Caritas
- Segurança Social
- Gabinete de Atendimento à Família (GAF)
- Internet
- Amigos/familiares
- Outro. Especifique: _____

36. Que dificuldades sentiu no atendimento/acesso aos serviços de saúde:

(Pode assinalar mais que uma opção)

- Dificuldade de comunicação/língua
- (Des)Conhecimento da organização dos serviços de saúde
- Relação com os profissionais
- Resposta desadequada ao problema
- Nenhuma

CULTURA E TEMPOS LIVRES

37. Quais são as atividades que pratica nos seus tempos livres, incluindo o desporto?

38. Desde que reside em Viana do Castelo em quais das seguintes atividades já participou?:

(pode assinalar mais que uma opção)

- Festas/convívios
- Atividades culturais (eventos, teatro, concertos)
- Atividades dinamizadas por associações, coletividades, paróquias
- Outras. Especifique: _____
- Nenhuma

39. Se respondeu **Sim** às questões anteriores, em que medida estas podem contribuir para a sua integração na comunidade de acolhimento?

- Aumento das relações sociais
- Aperfeiçoamento da língua
- Maior conhecimento da cultura da comunidade de acolhimento
- Maior partilha sobre a cultura do seu país de origem
- Maior acesso ao mercado de trabalho, entre outras)
- Outras.Quais? _____

40. Gostaria de dinamizar oficinas sobre a cultura do seu país?

(ex. Oficinas de dança, oficinas de língua, oficinas de cozinha, entre outras)

Sim

Não

40.1. Se **Sim**, Quais? _____



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

41. Através de que meios tem conhecimento das atividades que existem em Viana do Castelo?

(Pode assinalar mais que uma opção)

- Agenda cultural
- Redes sociais (Facebook, Instagram, WhatsApp)
- Internet
- Correio normal/correio eletrónico
- Comunicação social local
- Nos estabelecimentos públicos e comerciais
- Outros. Especifique: _____

42. Assinale o que mais sente falta do seu país de origem e que não encontra na região onde habita?

(Pode assinalar mais do que uma opção)

- Produtos alimentares
- Vestuário
- Atividades culturais
- Atividades sociais
- Hábitos do quotidiano
- Espaços de culto
- Outro (especifique) _____

43. Qual(is) a(s) principal(is) diferença(s) que encontrou entre a cultura do seu país de origem e a cultura de Portugal?

44. E quais a(s) principal(is) semelhança(s)?

CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA

45. Pode votar em Portugal?

- Sim, e faço-o regularmente
- Sim, mas não o faço regularmente
- Não

46. Faz parte de alguma associação ou grupo?

Não Sim Qual? _____

46.1 Se sim, que cargo desempenha? _____

47. Gostaria de aderir a uma associação/grupo de migrantes em Viana do Castelo?

Não Sim

48. Alguma vez participou nalguma das seguintes ações públicas?

- Manifestação sindical
- Manifestação política
- Desfile de protesto
- Comício
- Greve

Nenhuma

49. Desenvolve alguma atividade de voluntariado?

Não Sim Qual? _____

SERVIÇOS

50. Gostaríamos agora de conhecer a sua opinião relativamente à forma como diferentes instituições públicas dão resposta às suas solicitações/pedidos/necessidades. Numa escala de 1 a 7, em que 1 corresponde a muito má e 7 corresponde a excelente, como avalia a resposta dos seguintes serviços:

Da Segurança Social?"

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7 _____ NA
(muito má) (excelente)

Do Hospital ?

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7 _____ NA
(muito má) (excelente)

Do Centro de Saúde?

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7 _____ NA
(muito má) (excelente)

Da Repartição das Finanças?

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7 _____ NA
(muito má) (excelente)

Do Centro de Emprego (IEFP)?

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7 _____ NA
(muito má) (excelente)

Da Câmara Municipal de Viana do Castelo?

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7 _____ NA
(muito má) (excelente)

Da Autoridade para as condições de Trabalho (ACT)?

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7 _____ NA
(muito má) (excelente)



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

Dos Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)?

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7 _____
(muito má) (excelente)

NA

Do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM)?

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7 _____
(muito má) (excelente)

NA

Do Agrupamento de escolas?

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7 _____
(muito má) (excelente)

NA

50.1 Se a resposta se situa entre "1 e 3", qual o motivo desta avaliação? _____

RELIGIÃO

51. Qual a sua religião?

- Católica
- Ortodoxa
- Protestante
- Judaica
- Muçulmana
- Sem religião
- Não responde
- Outra. Qual? _____

52. Em Viana do Castelo existem condições para a prática da sua religião?

Sim Não Não responde

52.1. Se Não, especifique porquê. _____

OPINIÕES E ATITUDES

53. Na zona onde vive relaciona-se mais com:

- Pessoas do seu país de origem
- Mais com pessoas daqui de Portugal
- Pessoas do seu país de origem e pessoas daqui/de Portugal em igual medida
- Pessoas de outros países/etnias

54. Em que lugar/lugares se relaciona com as pessoas do seu país de origem?

55. E com os portugueses, em que lugar ou lugares se relaciona?

56. Conhece ou sabe quem são os seus vizinhos?

Não Sim

57. Como avalia, em geral, as relações com os seus vizinhos?

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7 NA
(muito má) (excelente)

56.1 Se a resposta se situa entre “1 e 3”, na sua perspetiva, a que se deve essa má relação?

58. Dos seguintes problemas existentes em Portugal em relação aos imigrantes, indique por ordem de importância (1.º, 2.º, 3.º) aqueles a que o governo deveria dar mais atenção:

- Às carências dos serviços de saúde
- Ao acesso ao ensino
- A lentidão dos serviços públicos (SEF, Segurança Social, etc.)



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

- À habitação
- Ao desemprego
- Aos baixos salários
- Outros. Quais? _____

59. Qual dos seguintes meios é o mais frequente para obter informação sobre Portugal e os portugueses?

- | | | | |
|------------------------------|-----------------------|----------------|-----------------------|
| Jornais | <input type="radio"/> | Local de culto | <input type="radio"/> |
| Instituições públicas | <input type="radio"/> | Associação | <input type="radio"/> |
| Redes sociais (Quais?) _____ | <input type="radio"/> | Televisão | <input type="radio"/> |
| Cafés/Restaurantes | <input type="radio"/> | Revistas | <input type="radio"/> |
| Família | <input type="radio"/> | | |
- Outros meios. Quais? _____

OUTROS ASSUNTOS

60. Numa escala de 1 a 7 em que 1 corresponde a muito e 7 corresponde a nada, durante a sua estadia em Viana do Castelo, até que ponto se sentiu discriminado:

No local de trabalho/escola

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7
(muito) (nada)

Nos serviços públicos

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7
(muito) (nada)

No atendimento em serviços comerciais

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7
(muito) (nada)

Na procura de alojamento

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7
(muito) (nada)

Na procura de trabalho

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7 (muito
) (nada)

Na integração em grupos/coletividades

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7 (muito
) (nada)

Na integração na comunidade local

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7 (muito
) (nada)

61. Quais são os seus planos a médio/longo prazo?

Regressar ao país de origem

Ficar em Portugal, na região de Viana do Castelo

Ficar em Portugal, noutra região

Migrar para outro país

Ainda não estão definidos

Outro. Especifique: _____

62. Referencie alguma área, questão, necessidade ou sugestão de atividade para o Plano Municipal de Integração de Migrantes.

—

—

—

—

63. Gostaria de participar mais ativamente na plataforma de acompanhamento deste plano, fazendo parte de reuniões de trabalho, encontros e outras atividades? *

Sim

Não

CHEGAMOS AO FIM DO QUESTIONÁRIO. MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO!